



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS
LÍNGUA, CULTURA, IDENTIDADE E ENSINO

WAGNER GONZAGA LEMOS

**NO OCASO DO IMPÉRIO, UM PROJETO DE NAÇÃO:
SILVIO ROMERO E A *HISTÓRIA DA LITERATURA
BRASILEIRA***

São Cristóvão/Sergipe
Julho/2012

WAGNER GONZAGA LEMOS

**NO OCASO DO IMPÉRIO, UM PROJETO DE NAÇÃO:
SILVIO ROMERO E A *HISTÓRIA DA LITERATURA
BRASILEIRA***

Dissertação apresentada por Wagner Gonzaga Lemos ao Núcleo de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Afonso Henrique Fávero.

Co-orientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira.

São Cristóvão/Sergipe
Julho/2012

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Janaína Cardoso de Mello – Examinadora externa
Núcleo de Pós-graduação em História/Universidade Federal de Alagoas

Prof. Dr. Afonso Henrique Fávero - Orientador
Programa de Pós-graduação em Letras/Universidade Federal de Sergipe

Profa. Dra. Maria Leônia Garcia Costa Carvalho – Examinadora interna
Programa de Pós-graduação em Letras/Universidade Federal de Sergipe

Profa. Dra. Josalba Fabiana dos Santos – suplente de examinadora interna
Programa de Pós-graduação em Letras/Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Antonio Dimas de Moraes – suplente de examinador externo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

L556n Lemos, Wagner Gonzaga
No ocaso do Império, um projeto de nação: Silvio Romero e a
História da Literatura Brasileira / Wagner Gonzaga Lemos;
orientador Afonso Henrique Fávero. – São Cristóvão, 2012.
137 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de
Sergipe, 2012.

1. Literatura brasileira – História e crítica. 2. Identidade
nacional. 3. Romero, Silvio – Crítica e interpretação. I. Fávero,
Afonso Henrique, orient. II. Título.

CDU 821.134.3(81)(091)

*Aos meus pais,
Célia e Valdemir,
em dolorida e saudosa memória, os quais,
mesmo sob tantas dificuldades e contradições,
me ensinaram o valor do conhecimento
e me inculcaram o amor pelos livros.*

*À Claudia,
pela poesia de sempre
e o silêncio de quase nunca,
ambos tão imprescindíveis.*

*Em suma,
aos ausentes e àqueles que comigo estiveram
a compreender minhas ausências.*

AGRADECIMENTOS

Ao Eterno, Clemente e Misericordioso por Seus muitos benefícios.

À Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - pela bolsa em parte do desenvolvimento deste mestrado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Afonso Henrique Fávero, “mineiro-paulistano”, que se aproximou às terras de Gilberto Amado e muito me tem ensinado.

Ao meu co-orientador, Prof. Dr. Luiz Eduardo Meneses, acionista majoritário do Silvio e “brasilusitano”, cuja trajetória tem sido um grande ensinamento para mim.

À Profa. Dra. Janaína Cardoso de Mello pelas imprescindíveis observações na banca de qualificação, pelo empréstimo dos livros e também pelas animadas prosas na Laranjeiras de João Ribeiro.

À Profa. Dra. Leônia Garcia Costa Carvalho, componente da banca de qualificação e também desta banca final, pelas palavras sempre cordiais, afetuosas e embasadas, mas, sobretudo, por ter sido minha primeira orientadora nos tempos de iniciação científica e que viu no menino de graduação um possível pesquisador e investiu nisso. Devo-lhe meu caminhar científico.

Aos meus ex-professores Leila Matos, Jorge Marcos Oliveira, Lauro Meneses, Grace, Marlúcia Secundo, Dinah Girão, Solange Montalvão, Denise Porto, Denis Meneses, José Araújo Filho, e, em saudosa memória, o grande João Costa.

Aos colegas e amigos do Núcleo de Dança do Campus da Universidade Federal de Sergipe, na cidade de Laranjeiras, onde exerci meu tirocínio docente dentre os alunos de Arqueologia, Arquitetura, Dança, Museologia e Teatro.

A Célia e Gil, importantíssimas colegas de trabalho no Campus UFS Laranjeiras que se tornaram amigas queridas.

Aos colegas do GPHELB – Grupo de Pesquisa História do Ensino das Línguas no Brasil - com especial deferência e em ordem alfabética - Anselmo Guimarães, Cristiane Tavares, Marcle Vanessa, Sara Rogéria e Thadeu Vinicius.

Aos alunos e ex-alunos que me ouviram em minhas literárias digressões entre Romero e romarias.

Aos amigos Ivan e Adélia, pelas mãos amigas, pelos livros, pelas taças de vinho e os dedos de boa prosa itabaianense.

A Roberta Oliveira Couto e Ana Carolina Oliveira, estimadas ex-alunas e amigas, que optaram pela carreira das Letras e muito me honram com essa escolha.

Aos amigos, em ordem alfabética, Aldenise Cordeiro, escoteira sempre alerta que com generosa amizade tem se tornado cada vez mais importante nessa trilha a que chamamos de vida; Edilza Coelho, amiga-irmã, incentivadora desde o primeiro momento e quem com um afetuoso presente foi a primeira me colocar em contato com Silvio Romero (meu primeiro exemplar de *História da Literatura Brasileira* veio de suas mãos); Gizelda Santana Morais, sempre incentivadora, carinhosa e excelente dedo de prosa; Jackson da Silva Lima, inspiração, influência e marca na pesquisa; Jorge Henrique, professor gloriense, poeta de mão cheia e companheiro nas lidas desta turma de mestrado; Lourdes Almeida, que se aproximou turbulenta em minha vida e hoje é indispensável; Luiz Antônio Pinto Cruz, o Luizão, pelas prosas sergipanas demais da conta entre torpedamentos e submarinos; Taysa Mércia, ex-professora e amiga lagartense que também deu sua parcela de incentivo.

À minha “filha” estanciana, Tallita Silveira, pela honra que me dá em me chamar de pai.

Aos nórdicos irmãos Suely, Leticia, Jaqueline e Andrius, além dos nórdicos pais Jackson e Rosa, em razão de sabermos que “em todo tempo ama o amigo, mas na angústia nasce o irmão”.

Aos sobrinhos Sâmarah, Ariel, Gabriela, Ariadne, Gabrielle, César e Yitzhak, que nesses tempos de leituras e escrita foram privados de muitos momentos.

À “mãe-drinha” Edna Moreira pelo afeto imensurável de sempre.

Às minhas famílias Lemos de Oliveira, Teles Gonzaga e Prado Silva pelo apoio e afeto dispensados ao longo da caminhada.

Aos meus avós, todos em saudosa memória, mas em especial aos com quem convivi:

- À Anadir Cabral (Dindinha ou simplesmente Mãe), sergipana que, em sua sensibilidade de professora de piano me deu não só o pianinho, mas também livros e o símbolo mais representativo de nossas profissões: um quadro negro. Justamente em um dia dos professores nos anos 90, ela fez sua última viagem;

- À Maria José Monteiro, tão somente Vovó Zezé, pernambucana de boa cepa, divina na culinária, derramada em afetos e generosidades, mãe e avó de tantos professores e, sobretudo, mulher de bom coração que substituiu como pôde, na distância geográfica que nos separava, a lacuna que minha mãe deixou;

- A Aristóteles Gonzaga Silva, vovô Gonzaga, militar estanciano, homem encantado em ouvir o neto falar em outras línguas, mas que não tinha ideia o quanto me encantava ao recitar a missa em Latim, ao contar a história da Ordem Terceira do Carmo de que ele fazia parte, as histórias de II Guerra Mundial e ainda com as prosas que me permitia presenciar e participar com os seus amigos, alguns nonagenários, e que me permeavam o ouvido e foram meus grandes professores de história viva e me fizeram desde menino namorar Clio.

Aprender é desiludir-se.
Tobias Barreto

*Ainda hoje se anda a indagar quais as noções exatas
dos próprios fatos e princípios fundamentais das ciências.*
Silvio Romero

*O Brasil dos meus sonhos será a terra do cosmopolitismo do futuro,
onde encontrarão guarida os deserdados de todos os povos.*
Silvio Romero

*Digo: o real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.*
Guimarães Rosa

*Lutar com palavras
é a luta mais vã.
Entanto lutamos
mal rompe a manhã.
São muitas, eu pouco.*
Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de caráter bibliográfico e de fonte documental que tratou da importância do crítico sergipano Silvio Romero (1851-1914) e de sua capital obra *História da Literatura Brasileira* (1888), no cenário dos fins do século XIX. Esta obra revelou-se como um projeto de nação, em diferentes acepções da palavra “projeto”, que o crítico sergipano buscava consolidar por meio das Letras, estabelecendo cânones, abarcando as diversas produções culturais do período em seu amplo conceito de Literatura, além de ter sido a primeira a colocar a história literária brasileira em bases científicas e conceituais. Na trajetória deste texto, consideramos a construção do conceito de identidade nacional nos Estados Modernos, bem como tratamos da relevância da narrativa de nação a partir da Literatura. Outrossim, esteve em nosso foco não apenas a obra maior de Romero, mas dentro de uma contextualização do singular século XIX no Brasil, tratamos também das vozes europeias e nacionais que o antecederam no trabalho de pensar a literatura de nosso país, tais como Barbosa Machado, Ferdinand Denis, Gonçalves de Magalhães, Joaquim Norberto Sousa e Silva, Cônego Fernandes Pinheiro e Machado de Assis. Debruçamo-nos ainda acerca do papel que a instituição escolar teve na legitimação de cânones e na afirmação das letras nacionais, considerando para esse fim a importância dos compêndios de história literária, discursos e antologias. Por fim, traçamos um perfil biobibliográfico de Silvio Romero, incluindo as origens, a formação intelectual, as célebres polêmicas, a sua posição divergente no contexto de sua produção intelectual, além de termos ousado trazer à luz considerações e aspectos novos sobre o autor. De igual modo, propusemo-nos a identificar em *História da Literatura Brasileira* aspectos que a aproximassem dos elementos que, segundo Stuart Hall (2006) e Eric Hobsbawm (2002; 2012), estabelecem o construto de imagem de uma nação.

Palavras-chave: Identidade nacional; Literatura brasileira; Silvio Romero; *História da Literatura Brasileira*.

ABSTRACT

This study is the result of a bibliographic and with study of documents research which deals with the importance of sergipano critic Silvio Romero (1851-1914) and his masterpiece *História da Literatura Brasileira* (1888) at the end of the nineteenth century. That work is found to be a project of nation, in the different meanings that the word “project” have, which Romero sought to consolidate through the letters by establishing canons and including in his broad concept of literature a large variety of cultural productions that could be seen at the time. Therefore, his masterwork was the first to conjoin scientific and conceptual principles in Brazilian literary history. In this text, we consider the construction of the national identity in the modern states as well as we deal with nation’s narrative relevance from literature’s perspective. Moreover, taking into consideration the contextualization of the nineteenth century in Brazil, it was our focus not only Romero’s masterpiece, but also European and national authors who analysed literature in our country before him, such as Barbosa Machado, Ferdinand Denis, Gonçalves de Magalhães, Joaquim Norberto Sousa e Silva, Cônego Fernandes Pinheiro and Machado de Assis. In this sense, we discuss the role performed by school in the process of canon legitimation as well as in the affirmation of national letters, considering to this end the importance of literary history compendia, discourses and anthologies. At last, we outline Silvio Romero’s biobibliography, including his origins, his intellectual formation, the most famous polemic, his divergent position in his intellectual production context, and we dared to bring to light new aspects related to the aforementioned author. Likewise, we intend to identify aspects in *História da Literatura Brasileira* in relation to elements which, according to Stuart Hall (2006) and Eric Hobsbawm (2002; 2012), establish a nation’s image construct.

Keywords: National identity; Brazilian literature; Silvio Romero; *História da Literatura Brasileira*.

RESUMEN

El presente trabajo es el resultado de una investigación bibliográfica y en documentos que abordó la importancia crítica del sergipano Silvio Romero (1851-1914) y de su capital obra *História da Literatura Brasileira* (1888), en el escenario de finales del siglo XIX. Esta obra se reveló como un proyecto de nación, en diferentes acepciones de la palabra "proyecto", que el crítico sergipano pretendía consolidar por medio de las Letras, estableciendo cánones, abarcando las diversas producciones culturales de la época, en su concepto amplio de Literatura, además de haber sido la primera en poner la historia literaria brasileña sobre bases científicas y conceptuales. En el curso de este texto consideramos la construcción del concepto de identidad nacional en los Estados Modernos, así como tratamos de la importancia de la narrativa de nación desde la literatura. Por otra parte, nuestro objetivo era no sólo la obra mayor de Romero, pero dentro de una contextualización del singular siglo XIX en Brasil, sino también las voces europeas y nacionales que lo precedieron a la labor de pensar la literatura de nuestro país, tales como Barbosa Machado, Ferdinand Denis, Gonçalves de Magalhães, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, Canónigo Fernandes Pinheiro y Machado de Assis. Nos debruizamos aun acerca del papel que la institución escolar tuvo en la legitimidad de los cánones y en la afirmación de las letras nacionales, teniendo en cuenta para este fin la importancia de los manuales de historia literaria, discursos y antologías. Por último, trazamos un perfil bibliográfico de Silvio Romero, incluyendo los orígenes, su formación intelectual, las célebres controversias, su posición divergente en el contexto de su producción intelectual, además de habernos atrevido a sacar a la luz consideraciones y aspectos nuevos acerca del autor. Del mismo modo, nos proponemos a identificar, en *Historia da Literatura Brasileira*, los aspectos que la acercasen de los elementos que, de acuerdo con Stuart Hall (2006) y Eric Hobsbawm (2002; 2012), establecen la forma de la imagen de una nación.

Palabras-clave: Identidad nacional; Literatura brasileña; Silvio Romero; *Historia de la Literatura Brasileña*.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01

Frontispício autografado da obra *Meandro Poético*, do Cônego Fernandes Pinheiro (1864)
 65

FIGURA 02

Antônia, a escrava que criou Silvio Romero 71

FIGURA 03

Silvio Romero em beca de professor 73

FIGURA 04

Frontispício de *Vindiciae*, do Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, sob o pseudônimo de Labieno (1898) 76

FIGURA 05

Frontispício de *A América Latina*, de Silvio Romero (1906) 77

FIGURA 06

Frontispício autografado de *Os Próceres da Crítica*, de Laudelino Freire (1911) 78

FIGURA 07

Frontispício de *Minhas Contradições*, de Silvio Romero (1914) 79

FIGURA 08

Frontispício da primeira de *História da Literatura Brasileira*, de Silvio Romero (1888)
 84

LISTA DAS ABREVIACOES

CHLB – Compêndio de História da Literatura Brasileira

HLB – História da Literatura Brasileira

SR – Silvio Romero

LISTA DOS ANEXOS

ANEXO I

Contrato firmado entre Silvio Romero e Garnier para 2ª edição de *HLB*

ANEXO II

Texto do Contrato firmado entre Silvio Romero e Garnier para 2ª edição de *HLB*

ANEXO III

Matéria de Jackson da Silva Lima que traz versos populares sobre Silvio Romero

ANEXO IV

Caricatura de SR feita por J. Carlos

ANEXO V

Encaminhamento escrito por SR direcionando um exemplar a Medeiros e Albuquerque

ANEXO VI

Frontispício autografado da obra *Da crítica e sua exacta definição*, de SR (1909)

ANEXO VII

Desenho de autoria de desconhecida encontrado em apenas um dos exemplares da segunda edição de *HLB* pertencentes ao autor deste trabalho

ANEXO VIII

Frontispício de *Martins Pena*, de SR (1901)

ANEXOS IX e X

Frente e anverso de medalhão em homenagem ao centenário de nascimento de SR (1951)

ANEXO XI

Fotografia de SR extraída do exemplar da obra *Martins Pena* (1901)

ANEXO XII

Frontispício de *Doutrina contra doutrina*, de SR (1895)

ANEXO XIII

Frontispício de CHLB, de Silvio Romero e João Ribeiro (1906)

ANEXO XIV

Frontispício de CHLB, de Silvio Romero e João Ribeiro (1909)

ANEXO XV

Frontispício de *Evolução do Lirismo Brasileiro*, de SR (1905)

ANEXO XVI

Bibliografia de SR segundo a Academia Brasileira de Letras

ANEXO XVII

Entrevista concedida por SR a João do Rio

SUMÁRIO

À GUISA DE INTRODUÇÃO	18
Capítulo I:	
Estados, identidades, narrativas e ações: um olhar sobre a língua portuguesa (séculos XVI-XVIII)	23
1. Europa Moderna, deslocamentos e inventadas tradições	23
2. Aroma de virgens selvas e oceano largo: a Língua Portuguesa e o Estado Lusitano	27
2.1 Esperar como quem sonha	27
3. Sob a égide do Conde: a consolidação da língua do Príncipe	35
Capítulo II:	
Era no tempo do rei: de precursores, discursos e histórias (Século XIX)	43
1. Oitocentismo no Brasil: um poema de muitas faces	43
2. Cantos da antevéspera	50
2.1 Os cantos de cotovia: as primeiras histórias literárias	50
3. Cantos de sabiá: a literatura vista pelos nacionais	54
3.1 Um senhor de nobre palavra: Gonçalves de Magalhães	54
3.1.1 A Revista Nitheroy e o Discurso	57
3.1.2 O Discurso: Literatura e Comunidade Imaginada	60
3.2 O rato, o padre e a escola: Norberto, Pinheiro e a palmatória	62
3.3 Machado de Assis: a literatura sob o olhar e o instinto do bruxo	66
Capítulo III:	
Nos braços de Calíope e Clio	69
1. O amplo e sonoro Silvio Romero	69
2. No rio da memória, historiar é preciso	83
3. Espelhos de Nação	87
4. Rememorar e esquecer	92
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS ou <i>MINHAS CONTRADIÇÕES</i>	94

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
-------------------------------------	----

6. ANEXOS	112
-----------------	-----

À GUIA DE INTRODUÇÃO

O título deste trabalho toma por empréstimo a obra *O Ocaso do Império*, publicada em 1925, pelo intelectual fluminense Oliveira Vianna (1883-1951). A partir desse diálogo nos arvoramos ao papel de fixar nestas páginas um breve perfil da época ou, para utilizar como metáfora uma invenção do século XIX, uma fotografia.

Desse modo, como em um retrato, há vários ângulos que ficam de fora. Neste caso, por uma questão de tempo e espaço, mas que a tinta, o papel, a pesquisa e as horas a serem dedicadas em saltos futuros de labuta acadêmica não de suprir. Assim esperamos.

Ainda sobre o batismo deste texto, convém dizer que pensamos a palavra *projeto* considerando os diversos sentidos do verbo projetar: “arremessar, atirar longe, formar projeto de; figura por meio de projeção; delinear-se” (FERNANDES, 1955, p. 479). Dessa maneira, ratificamos a obra de Silvio Romero (1851-1914) como um projeto de nação que o crítico sergipano fincou por meio dos dois monumentais volumes de sua *História da Literatura Brasileira*, em 1888. Uma obra que representa o feixe do pensamento romeriano (CANDIDO, 1988) e um texto que, por ter ampliado o seu conceito de Literatura, englobou bem mais do que poetas e prosadores, e, constituiu-se, em um pescar de tarrafa (DIMAS, 2009), que abarcou as diferentes criações da intelectualidade antes de si e da sua contemporaneidade (SCHERER & ALMEIDA, 2009).

É imprescindível, ainda, destacar que foi nosso norte para esta produção o liame entre a sociedade e a produção intelectual de seu tempo, lição já ensinada desde o século XIX por Romero e subscrita por ele e por João Ribeiro (1860-1934) no século XX, na introdução do *Compêndio de História da Literatura Brasileira* (1906). Esses autores sergipanos já indicavam que a arte literária não era, de modo algum, fruto de uma inspiração metafísica, mas que estava diretamente vinculada ao contexto social. Embora imbuídos de uma perspectiva positivista que grassava na época e que definia a literatura como um resultado do meio, da raça e do momento histórico, os críticos já avançavam ao romper com a ideia de abstração e imaterialidade que durante muitos anos fora imposta à produção literária. Desse modo, é pertinente atribuir-lhes um mérito no tocante à compreensão de que a sociedade é um fator de suma relevância nos delineamentos de uma obra literária.

Esse mesmo ensinamento, Gilberto Freyre (1900-1987) fez, anos depois, em 1947, em ensaio publicado no volume *Interpretação do Brasil*, no qual fez notar que a literatura e a

arte não se restringem ao domínio da crítica literária ou de arte, mas chegam às fronteiras de atuação “do sociólogo, do historiador social, do antropólogo e do psicólogo social” (FREYRE, 2001, p. 281). Clareza que também foi alcançada pelo crítico literário carioca Antonio Candido, desde a primeira edição de seu *Literatura e Sociedade*, em 1965, afirmando que o fator sociedade não deveria ser dispensado do estudo do fenômeno literário ou artístico e que, nesse sentido, a Sociologia deveria ser compreendida como uma disciplina auxiliar que não tem o objetivo de explicar tal fenômeno, mas apenas de esclarecer alguns dos seus pontos (CANDIDO, 2000, p. 18).

Nesse viés, é que consideramos que o olhar para a obra literária, bem como para outras obras intelectuais de um determinado período, é um movimento de caráter pendular que segue da obra para a sociedade que a produziu e a recebeu. Assim, não só consideramos, para este trabalho dissertativo, os aspectos sociais que envolveram as obras literárias e intelectuais dos períodos analisados, mas também os pressupostos que acompanham o grupo de pesquisa¹ a que este trabalho se vincula.

Na primeira parte deste texto intitulada “Estados, Identidades, Narrativas e Ações: Um Olhar Sobre a Língua Portuguesa (Séculos XVI-XVIII)”, expusemos brevemente o contexto da Europa Moderna e a formação dos seus Estados Nacionais. Ressaltamos os elementos de construção da comunidade nacional imaginada, tendo por diretrizes a compreensão de Stuart Hall (2006), Benedict Anderson (2008), Peter Burke (2010), Ernest Renan (2011) e Eric Hobsbawm (2012) acerca desse processo cujos ecos ainda ressoam em nossa sociedade.

Destacamos, igualmente, como a questão de uma língua, que também fosse nacional e legitimasse um poder em detrimento de alteridades, tornou-se relevante. Tratamos também de como, nesse contexto da Europa Moderna, símbolos eminentemente religiosos foram incorporados a um discurso de nação em que o sacro foi suplantado pelo secular. Em continuidade, firmamos o nosso foco para a consolidação da língua portuguesa pelo Estado Lusitano, considerando como os cinco elementos (narrativa nacional, tradição inventada, mito fundacional, mito das origens e folclore) são identificáveis na trajetória desse Estado europeu.

Sob nossa ótica, esses elementos foram apropriados no molde da nação independente que se pretendeu forjar no século XIX no Brasil, quando da sua emancipação política e que

¹ Este trabalho está vinculado à pesquisa “A Escola, o Estado, a Nação: para uma história do ensino de línguas no Brasil”, financiada pelo CNPq (processo nº 400822/2008-3) e realizada pelo Grupo de Pesquisa História do Ensino das Línguas no Brasil – GPHELB (www.ufs.br/grupos/gphelb/), que tem atuado na investigação no institucionalizar do ensino das línguas e suas respectivas literaturas no sistema educacional do país, considerando como pontos relevantes questões identitárias, políticas e culturais.

gerou o contexto em que, posteriormente, Silvio Romero produziu e publicou *História da Literatura Brasileira* (1888). Explicitamos que esse recorte teve por motivação o fato de que a institucionalização da língua portuguesa e o estabelecimento de seu cânone tiveram irremediáveis efeitos no Brasil.

Destarte, para tecermos essa narrativa de nação lusitana, elencamos os autores mais representativos da pátria portuguesa, personagens históricos cujo papel foi imprescindível nessa formulação de “país glorioso” (RIBEIRO, 1910), discurso imbuído do apagamento de outras vozes, em que se “procura estabelecer uma versão dos fatos, real ou imaginada que dará sentido e legitimidade à situação vencedora” (CARVALHO, 1998, pp. 13-14).

No século XVI, destacamos Fernão de Oliveira, autor da primeira gramática da língua portuguesa; João de Barros, o polígrafo cuja atuação registrou na escrita o discurso de superioridade lusitana; e Luís Vaz de Camões, autor da obra que fez de Portugal “o único país a produzir uma epopeia nacionalista e imperial” (BIRON, 2011), figurando como um dos narradores da pátria.

Após o Classicismo português, tomamos como figuras proeminentes nessa narrativa pátria o Padre Antônio Vieira (1608-1697), que se firmou no cânone literário como o Imperador da Língua Portuguesa, profeta do Quinto Império e reforçador do mito sebastianista, bem como notamos nas figuras dos poetas Gabriel Pereira de Castro (1571-1632) e Antônio de Sousa de Macedo (1606-1682), respectivamente autores de *Ulisseia ou Lisboa Edificada* (1636) e *Ulyssipo* (1640), as quais reforçavam um mito fundacional enlaçado à antiga Grécia a fim de justificar o espírito desafiador dos mares atribuído ao povo português.

Por fim, tratamos do século XVIII, época em que a política linguística tornou-se uma questão de governo mediante ações de imposição do idioma. Neste caso, a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, o conde de Oeiras e Marquês de Pombal, é objeto dessa derradeira parte do capítulo. Temos como pressuposto que sua ação foi fundamental para o falar português na América por intermédio da diretriz que impunha aos súditos a língua do príncipe. Para ilustrar esse contexto pombalino, detivemo-nos em sua controversa representação histórica, bem como na gramática de Reis Lobato, obra didática que veio a lume com chancela legal para cumprir metas do ensino do idioma do colonizador português, o que teve influência na política cultural da Monarquia Brasileira (NASCIMENTO, 1999).

No segundo momento deste trabalho, intitulado “Era no tempo do rei: de precursores, discursos e histórias (século XIX)”, levamos nossa observação para os Oitocentos do Brasil,

tendo na transferência da Corte para a América Portuguesa o elemento desencadeador do que denominamos de bosquejos de fundação do Brasil.

Consideramos, nesse aspecto, as mudanças no cenário histórico, tais como as implicações da vinda, os mapas político, histórico e das relações culturais do século XIX, além dos elementos que se estenderam para os governos que o sucederam: Dom Pedro I, Regências e Dom Pedro II, ressaltando que, sob o cetro deste último, Silvio Romero nasceu, teve sua formação intelectual e produziu a sua principal obra.

Outrossim, dedicamo-nos a tratar de autores que precederam Romero e que postularam a ideia de uma literatura pátria como representação do povo e da alma deste. À exceção dos textos de Gonçalves de Magalhães e Machado de Assis, tratamos de forma panorâmica as histórias que aqui aparecem. Essa diferenciação no tocante a esses dois autores coube em razão de neles termos tido, em nosso entender, os marcos delimitadores mais representativos da literatura brasileira vista de modo reflexivo pelos nacionais antes da crítica naturalista de Silvio Romero. Outro ponto que os fez sobressair em nossas observações é o fato de termos nesses dois intelectuais, não apenas analistas de nossa literatura, mas também participantes dela. Ambos estão dentre os cânones das Letras nacionais e figuraram com relevo nas duas mais importantes fases da literatura brasileira do século XIX: O Romantismo e o Realismo².

Nesse sentido, efetuamos uma breve narrativa sobre o papel e a importância desses autores que precederam Silvio Romero na tarefa de pensar a literatura. Também consideramos pertinente trazer à luz o ensino como forma de fixação de uma narrativa pátria nas gerações seguintes. Nisso contemplamos autores cujas produções se voltaram para o ensino, tais como Joaquim Norberto de Sousa Silva e o Cônego Fernandes Pinheiro, que escreveram compêndios escolares.

Assim seguindo o curso dessa produção sobre Literatura na segunda metade do século XIX, nosso trabalho se encaminha para o divisor de águas: *História da Literatura Brasileira* (1888), que, juntamente com seu autor, é objeto do terceiro e último capítulo. Nesse pressuposto de abarcar áreas múltiplas, rejeitamos a ideia de que a história está enraizada em grandes homens e fatos e, em seu lugar, adotamos uma postura de estudar as complexidades. O que, em palavras nossas, representa que os tais grandes homens e fatos são, na verdade, uma metonímia de seu contexto, isto é, eles são apenas parte de um todo muito amplo. Assim, entendemos que figuras como Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de

² Ressalve-se que quando da publicação de *Instinto de Nacionalidade*, o Realismo ainda não ocorrera entre nós. A referência que fazemos é a todo o percurso do século XIX e não apenas ao instante de 1873.

Pombal, Dom João VI, Dom Pedro II, Tobias Barreto, Silvio Romero, dentre outros, não eram representantes de si mesmos, mas de sua época, em uma relação com diversos aspectos das sociedades em que atuaram.

Igualmente, vemos que um fato, como o Sebastianismo, por exemplo, não pode ser simplificado na superstição das massas. De igual modo, não se pode atribuir uma ideia de nacionalidade (ou brasilidade) à literatura produzida no Brasil, tão somente em razão da assinatura da Independência política em 1822. A nosso ver seria equívoco negar a conjuntura econômica, cultural, política e social em que foram produzidas as obras, objeto de nossa análise, vislumbrando o que Braudel denominava de “complexa interação entre o meio, a economia, a sociedade, a política, a cultura, os acontecimentos” (BURKE, 1992, p. 55).

O terceiro capítulo, “Nos braços de Calíope e Clio”, encontrou nos nomes das musas gregas da Eloquência e da História a ideal maneira de se referir à obra maior de Silvio Romero e ao conjunto da produção deste. Iniciamo-nos nessa terceira parte, tratando do perfil de Romero considerando nesse autor duas características que lhe marcaram a atuação intelectual: a poligrafia e seu lado combativo e muitas vezes verrineiro. Trouxemos a sua trajetória de Sergipe ao Rio de Janeiro, as polêmicas que colecionou ao longo de seus 63 anos de vida, demarcando-lhe as particularidades do caminho. Trouxemos aspectos novos, desconhecidos pela maioria dos pesquisadores do amplo escritor lagartense, tais como o acervo que lhe pertenceu e que hoje se encontra em Sergipe, as dedicatórias irônicas aos seus desafetos, o contrato para a segunda edição de *HLB* assinado entre Baptiste Garnier e Silvio Romero, as referências a Romero na condição de juiz em Parati, Rio de Janeiro, alguns manuscritos, autógrafos, objetos (como o medalhão comemorativo ao centenário de nascimento do lagartense e que nos chegou às mãos nos encaminhamentos finais deste trabalho, sem que soubéssemos precisar sua origem, haja vista que não há referências ao objeto na bibliografia especializada sobre o autor), além das indicações da existência de textos inéditos.

Revisitamos *en passant* o conjunto de sua obra, para, enfim debruçarmo-nos sobre a obra central de Silvio Romero e que representou o eixo central de sua produção bibliográfica (CANDIDO, 1988), um trabalho intelectual que, em nosso entendimento, revelou-se como seu projeto de nação. Destarte, dentro desse olhar, buscamos identificar em *História da Literatura Brasileira* os elementos constituintes do discurso de formação dos Estados Modernos e que justificariam a denominação de *projeto* que demos à obra de Romero, tendo como norte distintas semânticas dessa palavra, mas primordialmente a “figuração de algo por meio de projeção” e “perspectiva de futuro” (FERNANDES, 1955; HOUAISS, 2001).

CAPÍTULO I

ESTADOS, IDENTIDADES, NARRATIVAS E AÇÕES: UM OLHAR SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA (SÉCULOS XVI-XVIII)

1. Europa Moderna, deslocamentos e inventadas tradições

*Na casa antiga, até eu fazer anos
era uma tradição de há séculos.
(Álvaro de Campos, heterônimo de
Fernando Pessoa, no poema Aniversário)*

A Idade Moderna foi um tempo de deslocamentos nos âmbitos social, político, econômico e ideológico. Segundo a maior parte dos historiadores, o período é demarcado com a tomada de Constantinopla, em 1453, e a Revolução Francesa, em 1789. Entretanto, outros, como o inglês Peter Burke³, preferem balizar essa época entre os anos de 1500 e 1800, descartando, desse modo, eventos específicos. Todavia, um ponto pacífico entre as distintas tendências de leituras históricas é que a denominada Modernidade (mesmo que alguns questionem o termo), a partir do Velho Mundo, foi um momento de modificações nos mais distintos segmentos.

Esse tempo de mudanças, segundo Hannah Arendt (2007), teve, por exemplo, como um dos seus pontos relevantes a alteração no valor atribuído ao pensar e ao fazer. Na Antiguidade, segundo ela, predominava o *contemplar*; na Modernidade o *fazer* ascendeu e pôs em evidência o *homo faber*. Para esse recorte cronológico, a filósofa alemã assinala três acontecimentos como nevrálgicos nas transformações que se sucederam e que definiram o caráter dessa época:

A descoberta da América e subsequente exploração de toda a Terra; a Reforma, que expropriando as propriedades eclesiásticas e monásticas, desencadeou o duplo processo de expropriação individual e acúmulo de riqueza social; e a invenção do telescópio, ensejando o desenvolvimento de

³ BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. As demais referências desse ano são à obra **Linguagens e Comunidades**.

uma nova ciência que considera a natureza da Terra do ponto de vista do universo (ARENDETT, 2007, p. 260).

Nesse sentido, podemos afirmar que a tríade de eventos convergiu para que a Idade Moderna fosse considerada o tempo da alteração de paradigmas e do desafio do reposicionamento diante do mundo: Cristóvão Colombo (1451-1506) que, como navegador, com vistas a chegar às Índias, mas seguindo no caminho oposto, abraçou a divergência em lugar de absorver a verdade consolidada; Martinho Lutero (1483-1546), que deslocou a condição humana diante da divindade (retirando, por exemplo, a figura do sacerdote como mediador entre o homem e seu Deus, estabelecendo que cada homem é seu próprio representante diante do Criador e, assim, reordenou a posição da humanidade dentro da religião) e realocou-se também diante da Igreja Católica, até então, a voz uníssona, considerada o discurso da verdade, o caminho *sine qua non* para o Paraíso⁴; e, por sua vez, Galileu Galilei (1564-1642), que, ao inventar o telescópio, reposicionou a terra no Universo, expôs a nossa limitação, e tal qual um enxadrista movimentou as peças do tabuleiro da Ciência e não apenas refez o jogo, mas foi além: transgrediu as regras.

No entanto, além dessas mudanças no *modus observandi* do mundo e que repercutiram nos séculos seguintes, em especial, na forma de se produzir Ciência, a Idade Moderna representou também o desmontar do que ainda perdurava do Feudalismo, a ascensão gradual de uma nova ordem capitalista com o Mercantilismo e a formação e estabelecimento dos Estados nacionais. Nesse sentido, este trabalho caminha pelas trilhas do papel e da importância atribuídos à língua na tessitura do conceito de nação desses Estados⁵, tendo em vista que, no desenrolar desse período histórico, a questão linguística sobrelevou-se como de ordem política. Tal como o Império Romano, que impôs sua língua e a considerou como fator importante para a manutenção de seus domínios (ELIA, 1987), os Estados Modernos ressaltaram o papel da língua vernácula em detrimento da latina, buscando na afirmação de seus idiomas o aumento de seu poderio (BURKE, 2010); e conforme afirma Sheila Hue, tratando do caso português: “O império pretendia se solidificar não apenas comercialmente ou

⁴ Ressalte-se ainda na questão luterana uma reorganização do espaço da fé dentro da crença cristã. Note-se, *verbi gratia*, a doutrina da consubstanciação (crença de que o pão e o vinho não se transformam em carne e sangue) substituindo a transubstanciação, preceito que exigia muito mais da fé. Ou ainda em um apropriar-se de ideias da Razão que suprime do ritual religioso o inacessível Latim, inútil aos fiéis que não o compreendiam, substituindo-o pela língua alemã como idioma da celebração, rompendo destarte com a ideia de uma fé ininteligível realocando-a para uma perspectiva do que é compreensível, ou seja, de um culto racional.

⁵ Nosso recorte no Estado lusitano tem por finalidade abordar a trajetória de consolidação do seu idioma com a repercussão no Brasil. Levamos em conta que, quando de nossa Independência política, a literatura, embora em língua portuguesa, foi utilizada como instrumento de afirmação da nacionalidade.

na conquista bélica dos territórios, mas também com a expansão da língua” (HUE, 2007, p. 17).

Também a partir do idioma, esses Estados começaram a moldar o que hoje nomeamos de ideia de pertencimento, conceito que nos faz imaginar que somos possuidores e, ao mesmo tempo, posse de uma nação. Isto é, somos integrantes de uma trama que enreda as pessoas em fios invisíveis dessa “comunidade”⁶, sendo a língua um dos mais fortes e imprescindíveis destes.

Outrossim, mudaram-se também os paradigmas das crenças e o que antes era considerado sagrado foi sendo substituído pelo secular: as línguas que representavam o mistério da fé foram sendo remanejadas por idiomas do cotidiano; os numes foram destronados pelo apregoado amor à pátria (ANDERSON, 2008); os livros sagrados perderam espaço para os mundanos e os mitos religiosos ganharam contornos nacionalizados, como o Sebastianismo, que, segundo nosso entendimento, é a lusitanização do Cristianismo na figura do Rei Encoberto.

De igual modo, a ideia de filiação tão cara aos preceitos religiosos foi, por meio do nacionalismo, reconstruída e desdobrou ressignificados que podem ser vistos, por exemplo, na simbologia do vínculo entre a língua materna e a pátria. Isto é, os símbolos da *mater* (do latim, mãe) e do *pater* (do latim, pai) atribuem um caráter não apenas de profundo liame sentimental pela metáfora que têm, mas, sobretudo, fortalecem esses elementos, dando-lhes um sentido quase místico.

A partir dessa conjuntura da Idade Moderna, as culturas nacionais tornaram-se a principal fonte de identidade cultural alinhavando as pessoas em um sentimento de nação, o qual foi construído, tendo como princípio as representações efetuadas dentro de sua cultura. Tal assimilação é feita até a hodiernidade por meio de um discurso, de uma forma de construir sentidos que influencia nossas ações e as organiza, bem como modela a maneira como pensamos acerca de nós mesmos (HALL, 2006). Destarte, as incipientes nações europeias consolidaram seus domínios por meio desse conceito que Hall enuncia, em consonância com Benedict Anderson (2008), como comunidade imaginada.

Ainda segundo Stuart Hall (2006), os Estados Modernos imaginaram suas nações a partir de cinco elementos principais.

⁶ Etimologicamente, a palavra remete a comum; assim *comunidade* seria o grupo daqueles que têm algo em comum.

“A narrativa da nação”, histórias sobre essa pátria e que enfeixam o modo como ela compreender-se-á através da “literatura nacional”⁷, da mídia e da cultura popular. Segundo ele, tais narrativas desenrolam um cabedal de rituais, eventos, imagens e símbolos que se fixam no imaginário daqueles que partilham da comunidade, os quais dividem as experiências de ganhos e perdas da pátria como se fossem suas no ponto de vista individual. É de se destacar que essa ideia sobressai o valor do literário e, nesse viés, promove o estabelecimento de um cânone⁸ que certamente obedecerá a determinados interesses ideológicos (GEARY, 2005). Essa perspectiva sobremodo nos interessa, haja vista que essa consolidação deu-se por meio da palavra escrita, quer fosse por épicos, gramáticas, diálogos (gênero literário) ou mesmo crônicas históricas. E é pertinente ressaltar que a ideia de cânone literário como representante da pátria coaduna com a perspectiva de nação de Ernest Renan cujos delineamentos são de que uma nação se constitui dos elementos de que se lembra e também daqueles que são obliterados (RENAN, 2011).

“A ênfase nas origens” com a necessidade de se estabelecer uma continuidade, uma tradição e uma intemporalidade e forjar a ideia de que, apesar das intempéries vividas ao decorrer dos anos, a nação mantém uma imutabilidade de espírito.

“A tradição inventada”, que se constitui no conjunto de práticas ritualísticas ou simbólicas engendradas a fim de tornar os membros de uma comunidade em continuadores de comportamentos adequados a um passado histórico para eles construído. (HOBBSAWM, 2012.)

“O mito fundacional”, uma narrativa que localiza a célula mãe de uma nação com particularidades que a distinguem das demais nações em um passado tão remoto cujas tramas se perdem não em um tempo cronológico, mas sim, mítico.

“O Folclore”, como expressão de uma alma genuína do povo⁹, embora, este muito raramente participe dos destinos da comunidade.

Neste aspecto, podemos afirmar que as Modernas Nações europeias delinearam suas trajetórias basicamente nesses cinco critérios que são identificáveis como os constituintes de

⁷ Grifo nosso.

⁸ É interessante destacar que a palavra *cânone* (ou sua variante *cânon*) originalmente era aplicada a uma lista de livros considerados de inspiração divina ou uma das partes em que se divide a Santa Missa. Ainda temos o verbo *canonizar* que, segundo Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa versão 3.0 (2011), é *reconhecer e declarar santo (indivíduo falecido), inscrevendo no cânon dos santos, segundo as regras e rituais prescritos pela Igreja*. Sob nossa ótica, isso robustece o sentido, muitas vezes, religioso, imputado a determinados símbolos pátrios.

⁹ Fazemos notar que a palavra *povo* no decorrer da História tem sido usada em diferentes contextos por grupos até mesmo antagônicos como recurso meramente retórico, tendo em vista que a população evocada nos discursos está muito distante dos círculos do poder.

um discurso que se pretendia homogêneo para a manutenção de um *status quo* cujo preço é a fragmentação dos demais discursos: a supressão impiedosa “de línguas minoritárias, tradições culturais e memórias variantes do passado em prol de uma história nacional unificada e cultura homogêneas, que supostamente se estendem a um passado longínquo” (GEARY, 2005, p.48).

Segundo Peter Burke (2010, p. 78), iniciativas de apagamento de culturas linguísticas minoritárias e/ou embate entre outros idiomas ocorreram na Europa moderna, haja vista que conforme o historiador inglês, a língua passou a ser a representatividade do culto à nação. Assim, obras em vernáculo, a partir de 1461 (data de primeiro livro impresso em alemão¹⁰), tornaram as línguas cotidianas mais importantes no domínio da literatura e buscavam enfatizar a riqueza de uma língua e a pobreza das demais. Todavia, o que fez diferença na trajetória de alguns desses idiomas europeus foi o fato de que línguas como eslavo, croata, tcheco ou polonês não tiveram como o português, espanhol, francês e inglês “novos mundos para se expandir” (BURKE, 2010, p. 97).

2. Aroma de virgens selvas e oceano largo: a Língua Portuguesa e o Estado Lusitano

2.1 Esperar como quem sonha¹¹

*Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
(Olavo Bilac em Língua Portuguesa)*

Na conjuntura de mudanças da Idade Moderna, Portugal não era uma peça inerte da engrenagem, mas ocupava, em relação aos demais países, uma posição proeminente (COUTINHO, 1968), haja vista que esse tempo, na história portuguesa, correspondeu à prosperidade financeira advinda do domínio e início da exploração do Brasil, sua mais rica colônia (MAXWELL, 1996), além do fato de que a centralização política ocorrida na Baixa Idade Média foi um fator preponderante para o destaque luso (AMEAL, 1949; REIS, 2005; SARAIVA, 2007).

¹⁰ Albert Pfister imprimiu *Der Edelstein*, um livro de fábulas de autoria de Ulrich Boner.

¹¹ Verso da canção “Porto de Mágoas”, composição da cantora portuguesa contemporânea Dulce Pontes e que está presente no álbum “O Primeiro Canto” (1999).

No plano político, Portugal, que vivenciara a glória em razão de sua expansão ultramarina, amargou o declínio de sua força como potência colonizadora, quando da unificação de seu trono com o de Espanha (CUNHA, 1980). O país passara pelos governos de Dom Manuel I (1495-1521) e Dom João III (1521-1557), tidos como consolidadores do absolutismo português, até que o reinado seguinte (1557-1578) foi interrompido, quando Dom Sebastião I desapareceu, na batalha de Alcácer-Quibir, na África. Iniciavam-se, a partir de um só evento, a crise lusitana da segunda metade do século XVI e o surgimento do mito messiânico que atravessou séculos e que tornou o rei Dom Sebastião perene no imaginário de Portugal e até mesmo de suas colônias (GASPAR, 2010).

Ainda sobre o Sebastianismo, é interessante destacar que durante o século XVII, as trovas proféticas do sapateiro Antonio Gonçalves Bandarra (1500-1556) ganharam eco por meio da voz de nacionalistas que identificavam, a seu ver, elementos sebastianistas nos versos do poeta popular do século XVI. Embora proibidas pela Inquisição, as trovas do sapateiro circularam manuscritas, mas ainda provocaram o ânimo de devotos do Encoberto ao ponto de, em 1603 e 1644, terem sido editados os textos do sapateiro:

Como se tivessem concentrado neste texto as aspirações sebastianistas dos portugueses durante o domínio dos Filipes, as "Trovas" foram impressas em Paris, em 1603. Em 1644, "Trovas do Bandarra apuradas e impressas por ordem dum grande senhor de Portugal, oferecidas aos verdadeiros portugueses, devotos do Encoberto", publicada em Nantes, sob o patrocínio de D. Vasco Luís da Gama, então embaixador de Portugal em Paris. (BIBLIOTECA JOANINA, 2010)

Em meio a essa fragilidade do reino, adveio a unificação dos tronos ocorrida em consequência da vitória do rei Filipe II, de Espanha, o qual, como parente politicamente mais forte e articulado de D. Sebastião I, estabeleceu-se como mandatário das duas coroas. Destarte, iniciava-se a União Ibérica (1580-1640) período em que, além da perda da independência portuguesa, houve um processo de esmorecimento e fragmentação na economia de Portugal (WEHLING & WEHLING, 1999; REIS, 2005).

Igualmente, fortaleceu-se em segmentos distintos da população um anseio de restauração da autonomia lusa. Ressalte-se que esse sentimento foi um dos campos férteis em que se produziu o fruto do mito sebastianista, uma vez que esta alegoria é uma leitura do messianismo judaico-cristão nacionalizado, como afirmamos anteriormente. Os portugueses,

em Dom Sebastião I, forjaram a ideia de seu próprio Cristo moldando para si imagem de povo escolhido¹².

Todavia, o turbulento século de Quinhentos se estabeleceu, para a pátria lusa, como uma fase de avanço no tocante à cultura. Considerem-se como aspectos relevantes a expansão da arte tipográfica¹³, já presente em Portugal, pouco depois de sua invenção (SANTOS, 1812) e, aliada a isso, a ascensão da língua portuguesa em substituição à língua latina, que evidenciava que “o declínio do Latim ilustrava um processo mais amplo, em que as comunidades sagradas amalgamadas por línguas sacras vinham gradualmente se fragmentando, pluralizando, territorializando” (ANDERSON, 2008, p. 47). Nesse momento, surgiram as primeiras gramáticas de língua portuguesa e constituiu-se nas Letras a era dos grandes poetas, o contexto de glória (RIBEIRO, 1910).

As produções impressas em português se ampliaram acompanhando o que ocorria em outras partes da Europa: o declínio do Latim como veículo de pensamento e a ascensão dos vernáculos (BURKE, 2010), em que os livros desempenhavam não apenas a condição de divulgadores de ideias, mas também uma função simbólica da permanência da palavra escrita¹⁴.

Houve entre nós no Seculo XVI. tres Classes de Typografia a saber, de Livros em vulgar, de Livros Latinos, e de Livros Gregos. E pelo que pertence á primeira, he certo, que tendo ella começado no Seculo XV. com

¹² Talvez na ânsia de construir uma narrativa nacional, o Padre Antônio Vieira (1608-1697) interpretou as trovas como profecias do V Império desejado pelos portugueses, e tornou-se dessa maneira um reforçador do mito. No século XVIII, no Brasil, em Minas Gerais, não faltaram sebastianistas e nem mesmo quem se declarasse o rei desaparecido. Na primeira metade do século XIX, em Portugal veio à luz uma interessante publicação de longuíssimo título: *O Egregio Encuberto ou demonstração dos principaes fundamentos em que se estribam os SEBASTIANISTAS, para esperarem pelo seo D. SEBASTIÃO; e de que este reyno, nossa cara patria, hade ser a CABEÇA do império e da monarchia universal: Et fiet unum ovile, et unus pastor*, assinada apenas por um sebastianista M.C., trazendo o nome da Tipografia de Martins com data de 1849 e como local a cidade de Lisboa, o que evidencia não apenas a crença na época, mas a permanência do embate de ideias a esse respeito, uma vez que se fazia mister defendê-la, propagá-la, fazendo frente aos que não criam no retorno do rei desaparecido, ainda que se utilizasse como argumento uma espécie peculiar de predestinação: *A Filosofia do Encuberto, não he para todos. Os Sebastianistas não se fazem – nascem* (M.C., 1849, p. 1). No Brasil, também no século XIX, tanto na primeira quanto na segunda metade, houve movimentos sebastianistas que terminaram com derramamento de sangue. Dentre os mais conhecidos, *A Tragédia do Rodeador* (1820), *A Tragédia de Pedra Bonita* (1838) e *a Guerra de Canudos* (1897), os dois primeiros em Pernambuco e o último na Bahia. Atualmente o mito persiste através de festas folclóricas como o tambor de mina, cura e pajelança, nas quais Dom Sebastião e outros personagens de sua corte ou família são recebidos em transes rituais como nobre ou como encantado em um touro. Na festa do bumba-meu-boi, a lenda sebastianista está presente, sendo retratada em bordados das vestimentas e nos cânticos entoados (FERRETTI, 2008).

¹³ Wilson Martins, em *A Palavra Escrita* (3ª edição, Ática, 2001), indica que, em 1897, houve uma discussão provocada por Gilliodts van Severen (1827-1915), conservador dos arquivos da Biblioteca de Brudges, Bélgica, o qual apontava que João Brito, provavelmente um judeu português exilado na França, teria feito impressão com tipos móveis antes de Johann Gutenberg.

¹⁴ Nesse sentido, não é inadequado, a nosso ver, rememorar a ideia do provérbio latino: *Verba volant, littera scripta manet*: as palavras voam, a letra escrita permanece.

muito ardor, e luzimento, continuou de fazer grandes progressos no Seculo XVI, accendendo-se cada vez mais entre os nossos o desejo de escrever na própria Lingua; exemplo que nos davão Italia, e Castella, que cuidavão então muito de enriquecer, e apurar o seu Romance com doutos escritos, que imprimião. Com effeito nós vimos apparecer á porfia illustres Historiadores, Oradores, Poetas, e Filologos empregando nos estudos de nossa Lingua seus trabalhos, e disvellos, e dando com as muitas obras, que então nella compozerão, uteis e honrosas fadigas á Typografia Portugueza. (SANTOS, 1812, p.77)

A língua com o que de mais belo nela fosse escrito estabeleceu-se como instrumento de afirmação política e cultural e se tornou símbolo de civilização. Nas Letras, manifestava-se a posição portuguesa de potência nas Grandes Navegações (BURKE, 2010), garantindo-lhe a expansão linguística, processo cujos resultados se fazem sentir até a contemporaneidade:

No século XIV, os portugueses descobrem os arquipélagos da Madeira e dos Açores, que começam a povoar em princípios do século seguinte. Em 1415, tomam Ceuta. Depois, descem pouco a pouco a costa da África. Em 1488, Bartolomeu Dias dobra o Cabo da Boa Esperança. Em 1498, Vasco da Gama chega à Índia. Em 1500, Pedro Álvares Cabral descobre o Brasil. Depois os portugueses prosseguem até Malaca, às ilhas de Sonda, às Molucas, à China e ao Japão. A língua portuguesa, transportada assim ultramar vai se expandir por vastos territórios. Política e administrativamente, nada resta do antigo Império. O Brasil tornou-se independente em 1822, e a descolonização que se seguiu à revolução de 25 de abril de 1974 pôs termo à presença portuguesa na África. A língua, porém, essa permaneceu no Brasil e em diferentes países da África e da Ásia. (TEYSSIER, 2007, p.42)

No contexto glorioso, vieram à luz obras de valor significativo não só do ponto de vista cultural, mas, sobretudo, ideológico. Fernão de Oliveira, João de Barros e Luís Vaz de Camões tornaram-se componentes essenciais nesse ensaio de pátria cultural que estabelecia em Quinhentos nas terras lusas e no d'além mar, bem como foram os reforçadores de um cânone e de uma narrativa sobre a pátria.

Em 1536, foi publicada a *Grammatica da lingoagem portugueza*, considerada a primeira da língua. Fernão de Oliveira (1507-1581), seu autor, professor da casa nobre de João de Barros, afirmava ser o pioneiro na arte de compor a gramática: “escrevi sem ter exemplo antes” (OLIVEIRA, 1536, p. ii). Oliveira, a serviço do contexto de exaltação de Portugal por meio de seu idioma, não só apenas reuniu lições dessa língua dando-lhe de certa forma o *status* de clássica, uma vez que era empregada na classe¹⁵, mas se dedicou a ensinar a

¹⁵ A palavra *classe* é aqui empregada no sentido relacionado à escola. Segundo o Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa versão 3.0: “aula em que se ensina determinada matéria; conjunto dos alunos que a frequentam; sala, local onde são ministradas as aulas; num estabelecimento de ensino, conjunto dos estudantes que seguem o mesmo curso, ano a ano, frequentando a mesma sala; turma” (HOUAISS, 2011)

variedade padrão de seu tempo (recusando plebeísmos), indicando que se propunha a ministrar o ensino da boa pronúncia. Note-se que essa era uma tentativa de generalizar uma “única língua vernacular como o meio dominante de comunicação de toda uma nação” (HALL, 2006, p. 49).

Aquele compêndio já indicava o que atualmente se sabe: o ensino em geral, mas, sobretudo, o de línguas, é um ato que não advém de diletantismo, ultrapassa os limites do que é belo, bem falado e/ou escrito. Trata-se de um discurso afirmador de que uma pátria se fortalece e se impõe às demais por meio do idioma e que este é, sobretudo, a identidade.

Instituições educacionais se tornaram o lócus da criação do Estado-nação, tanto com a imposição da ideologia nacionalista como, de forma mais sutil, com a disseminação da língua nacional, na qual estava implícita essa ideologia. A então língua se tornou o veículo de ensino da história nacional do “povo” que a falava e expressava suas aspirações políticas através dela. (GEARY, 2005, p. 46)

Nessa afirmativa identitária, surgiu com força a ideia de um cânone da língua a fim de se estabelecerem os florilégios que representassem o que era significativo para a pátria. É o tempo de João de Barros (1496-1570), historiador, gramático e expedicionário português¹⁶, que com seus escritos criou narrativas de nação e promulgava a superioridade de seu vernáculo. Ressaltamos em sua lavra: a novela de cavalaria *Crônica do Imperador Clarimundo*¹⁷ (1530), narrativa sobre um legendário antepassado dos reis de Portugal; o manual de ensino conhecido como *Cartinha*¹⁸ de João de Barros (1539); os importantes textos *O Diálogo de João de Barros com dois filhos seus sobre preceitos morais* e *a Grammatica da língua portuguesa*, obra acompanhada do *Diálogo em louvor da Nossa Linguagem* (1540); além de *As Décadas*, quatro volumes sobre a história de Portugal. Destacamos, outrossim, que Barros foi o pioneiro na precedência da gramática de língua portuguesa em uma etapa mais elementar do ensino do idioma (HUE, 2007).

É a época de Luís Vaz de Camões (1524?-1580), soldado poeta considerado o imbatível cânone da poesia de língua portuguesa. A narrativa épica de *Os Lusíadas* garantiu ao combatente a permanência na história da literatura como um herói comparável a Vasco da Gama cujas qualidades são destacadas no poema épico. Notemos, todavia, que Gama não era

¹⁶ João de Barros, em 1535, recebeu terras de capitânicas brasileiras e em duas ocasiões esteve em terras da rica colônia, todavia, sem êxito na empreitada da colonização.

¹⁷ Obra disponível no endereço eletrônico <<http://purl.pt/6277/4/>> acessado em 23 de março de 2011.

¹⁸ Termo que dará origem à palavra *cartilha*.

herói por si mesmo, mas se tratava da ideia de herói coletivo: era a representação do povo português.

Poeta cujo nome se confunde com as musas¹⁹ e cuja biografia, a fim de se reforçar a ênfase nas origens e a tradição inventada, foi envolta em lendas como a do naufrágio em que o soldado teria optado por salvar a obra em lugar da esposa. Tal história dá margem ao discurso de que o poema épico era a pátria portuguesa e desse modo, perder a companheira de nada significava, pois amores individuais deveriam ser dirimidos em nome do amor à nação.

Esse referencial de renúncia do individual em prol do coletivo que foi aplicado na formação da lenda acerca da morte de Dinamene, esposa de Camões, é uma ideia defendida por Ernest Renan (1823-1892), na célebre conferência de 1882 “Que é uma nação”. Segundo ele, a ideia de espírito nacional formador de uma “consciência moral que prova sua força pelos sacrifícios que exige a abdicação do indivíduo em proveito de uma comunidade” (RENAN, 2011).

Segundo Osmar Barbosa (1965), Camões é o grande lírico do Quinhentismo e que se constituiu ainda maior no gênero épico, um gênio envolvido na “heroicidade que envolvia a alma portuguesa no século XVI, nas aventuras marítimas, o rasgo do Universo pela audaciosa inteligência humana, as invenções que marcaram o primeiro passo da Idade Moderna (...) molhando a sua pena no sangue dos heróis que queriam fazer maior a sua pátria” (BARBOSA, 1965, p. 54).

Todavia, o século XVII com o fim da União Ibérica não garantiu a Portugal, como se esperava na época, uma fase de glória econômica. O domínio espanhol extinto em 1640 deixou na pátria de Camões profundas marcas. Estas fizeram com que a lusitana nação adentrasse em séria crise, somente encerrada com a descoberta de ouro na colônia brasileira nos idos de 1690 (AMEAL, 1949). Ainda sobre esse período, afirma-nos Jesús Ignacio Pérez Perazzo (2011):

El siglo XVII se caracteriza por la pérdida de la autonomía del reino hasta casi la primera mitad del mismo siglo y por la existencia de una Inquisición que, como hemos dicho, hacía sentir todas las fuerzas de la censura ante cualquier producción artística o literaria, valga citar el hecho de que entre 1534 y 1684 fueron quemadas mil trescientas setenta y nueve personas. La Inquisición logró, durante una parte del siglo XVI y todo el siglo XVII,

¹⁹ Tobias Barreto em texto chamado *Ligeira conjetura sobre o nome de Camões* (1884), incluído na coletânea *Crítica Literária* (1978), indica que o autor de *Os Lusíadas* costumava assinar Ludovicus de Camoenis (Luís das Musas), seguindo o hábito de latinizar o próprio nome, a exemplo do que se vê em Edmondo de Amicis e Francesco de Sanctis. Segundo Barreto, com o tempo desapareceu o prenome latino e ficou *Luís de Camoenis* e aos poucos com o desenvolvimento prosódico e ortográfico o *I* foi sendo eliminado até que se formasse a palavra Camões.

mantener a la actividad cultural portuguesa aislada del movimiento de ideas que, en el resto de Europa, se caracterizaba por una gran intensidad creativa e innovadora. (PERAZZO, 2011)²⁰

Na arte literária, por sua vez, a tentativa de resgatar um passado majestoso se apresentou sob a forma dos poemas épicos de Gabriel Pereira de Castro²¹ (1571-1632) e Antônio de Sousa de Macedo²² (1606-1682), respectivamente autores de *Ulisseia ou Lisboa Edificada* (1636) e *Ulyssipo* (1640). Segundo Manuel dos Santos Alves:

Ligado à fundação de Lisboa desde os autores greco-latinos, devido a uma falsa etimologia (Ulisses > Olissipo), muito habilmente explorada, por motivos políticos, pelos nossos humanistas do Renascimento, num propósito de afirmar a existência de Portugal como país independente e autónomo face às ambições de Castela –, o mito de Ulisses tem uma presença muito forte na épica, desde *Os Lusíadas* (1572), até aos poemas epigónicos de Gabriel Pereira de Castro e de António Sousa Macedo, como *Ulisseia ou Lisboa Edificada* (1636) e *Ulyssipo* (1640), respectivamente. (ALVES, 1996, p. 569)

Esses textos reforçavam o mito fundacional da pátria portuguesa enlaçando-a à antiga Grécia para, através da lenda de que o herói Ulisses seria o fundador de Lisboa, justificar a origem do espírito de navegador imputado ao povo português. Tal ideia foi, no século XX, apresentada por Fernando Pessoa (1888-1935), em sua alegórica obra *Mensagem*. Em nosso entendimento, o autor de *Lisbon Revisited* ao abordar a questão desse mito foi quem melhor sintetizou o significado desse emblema na história de Portugal, vendo nessa legenda um fator preponderante nessa comunidade imaginada.

²⁰Tradução: O século XVII se caracteriza pela perda da autonomia do reino até quase a primeira metade do mesmo século e também pela existência de uma Inquisição que, como temos dito, fazia sentir todas as suas forças da censura ante qualquer produção artística ou literária. Basta citar o fato de que entre 1534 e 1684 foram queimadas mil trezentas e setenta e nove pessoas. A Inquisição logrou, durante parte do século XVI e todo o século XVII, manter a atividade cultural portuguesa ilhada do movimento de ideias que, no resto da Europa, se caracterizava por uma grande intensidade criativa e inovadora.

²¹ Gabriel Pereira de Castro, presbítero, professor, desembargador do Porto e da Casa da Suplicação, corregedor do Crime e procurador-geral das Ordens Militares, além de ter escrito textos na área jurídica (estudou Direito em Coimbra), também foi autor de poemas em português, latim e espanhol. Entretanto, o destaque em sua obra é o épico *Ulisseia ou Lisboa Edificada* trazido à luz postumamente em 1636 por Luís Pereira de Castro, irmão do autor.

²² Antônio de Sousa de Macedo estudou Direito em Coimbra e exerceu em Lisboa os cargos de desembargador dos Agravos na Casa da Suplicação, de conselheiro da Fazenda e de juiz das Justificações do Reino. Após a Restauração, de que era ardoroso defensor, atuou na vida diplomática como secretário da primeira embaixada na Inglaterra e embaixador na Holanda. Todavia, um incidente com a rainha D. Maria Francisca levou Macedo a ser afastado das esferas de poder, sendo desterrado e expulso da Corte.

Ulisses

O mito é o nada que é tudo.
O mesmo sol que abre os céus
É um mito brilhante e mudo -
O corpo morto de Deus,
Vivo e desnudo.

Este, que aqui aportou,
Foi por não ser existindo.
Sem existir nos bastou.
Por não ter vindo foi vindo
E nos criou.

Assim a lenda se escorre
A entrar na realidade,
E a fecundá-la decorre.
Em baixo, a vida, metade
De nada, morre.
(PESSOA, 1998, p. 21)

Todavia, o século XVII teve no Padre Antônio Vieira (1608-1697) a sua mais representativa voz, um doutrinador do imperialismo português (RODRIGUES, 1958) ou como no dizer de Fernando Pessoa, na citada obra *Mensagem*: o Imperador da Língua Portuguesa. A trajetória desse religioso inaciano enfeixa expressivamente com o período em que viveu e sua obra sobressai nos Seiscentos como a que se notabilizou no manejo do idioma vernáculo constituindo-se um dos mais perfeitos cânones da prosa portuguesa (LISBOA, 1968). Seu papel na literatura nacional configurou-se ímpar no fortalecimento da narrativa de nação que por sua fala se manifestou.

Na literatura epistolar, na sermonística e, sobretudo, nas profecias, Vieira compreendeu sua época e, no leque²³ dos seus textos, deu-nos seus anseios utópicos inscrevendo-se como o profeta do Quinto Império. Fiel ao Absolutismo, articulador político de primeira ordem e orador eloquente, o filho da família Ravasco penou sob as hostes do Santo Ofício a ousadia de sonhar o Império e erguê-lo em palavras resgatando na *Clavis Prophetarum* as saudades do futuro. Esse sebastianista era, segundo Alfredo Bosi, tal como uma “criança que abre os olhos para a luz da manhã e vê que o sol rompeu; no entanto, a idade do astro que ilumina o novo dia é contada em bilhões de anos. O novo repropõe desde a origem dos tempos. Este é o fundamento da esperança” (BOSI, 1998, p. XIX).

²³ Merece breve citação que o substantivo comum *vieira* tem como um dos seus significados *leque*, termo adequado quando nos remetemos às possibilidades do leque Antônio Vieira.

3. Sob a égide do Conde: a consolidação da língua do Príncipe

Luxuoso, bronco, déspota esclarecido, excelentíssimo, fidalgo provinciano, ditador sanguinário, mecenas, tirano progressista, autocrata esclarecido, homem prático e estrangeirado são alguns dos termos que romancistas, historiadores e biógrafos atribuíram a Sebastião José Carvalho e Melo (1699-1782), o Conde de Oeiras (1759) e Marquês de Pombal (1769). Tantas imprecações e louvores destinados a um só homem não nos deixam passar incólumes diante da figura que governou Portugal na segunda metade do século XVIII. Sua atuação na economia, nas artes militares, na reconstrução de Lisboa após o fatídico terremoto (1755), nas obras de Arte por meio de sua política de mecenato, bem como nas reformas que empreendeu na educação fez do primeiro ministro de Dom José I uma das relevantes personalidades históricas de Portugal (MAXWELL, 1996).

Filho de uma família de pequenos fidalgos, Sebastião José tornou-se tão grandioso para a história de seu país, tanto como provavelmente pretendeu. Notem-se como exemplos dessas intenções sua política de mecenato (TEIXEIRA, 1999) ou mesmo a estátua equestre de Dom José, em que figura o medalhão pombalino através do qual Sebastião José evidenciou o encômio à sua influência no reino, uma vez que ele próprio era representado na base da estátua do rei: “na frente do pedestal, aparecem heraldicamente as armas do reino e um medalhão de bronze que retrata o Marquês de Pombal” (GONÇALVES, 2009).

Ressalte-se que se o ministro sabia deixar-se permanecer no imaginário, também conhecia métodos de silenciar as vozes discordantes. Note-se o seu proceder com o periódico *Gazeta de Lisboa* que “por ordem do Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o jornal esteve suspenso de Junho de 1762 a Agosto de 1778. (...) todos os estudiosos da matéria invocam o desagrado do ministro com alguns artigos menos favoráveis à sua governação”(FERREIRA, 2010).

A despeito disso, as referências à imagem do primeiro ministro de Dom José atravessaram séculos. Temos, por exemplo, *Perfil do Marquez de Pombal*, de Camilo Castelo Branco, o qual afirma que sua obra é *sem partido* (BRANCO, 1900, p. 7). Todavia, constata-se que a real finalidade é esmigalhar o ícone do Conde de Oeiras, como evidencia a assertiva: “o meu odio grande, intranhado e unico na minha vida, ao marquez de Pombal, não procede de afecto ao padre nem do desagravo da religião: é por amor ao homem” (BRANCO, 1900, p.8). Doravante, o que se vê é um derramar desse ódio, inclusive perpetrando aspectos da vida pessoal: “era peccado velho a lubricidade de Sebastião José de Carvalho. Entre os 39 e 45

annos, em quanto (sic) esteve em Londres, em vez de estudar o inglez, deu-se ao fêmeaço escandalosamente. Foi um grande *whore-master*” (BRANCO, 1900, p. 219).

Por outro, encontramos louvores que se estenderam através do século XIX, como o rótulo de cigarros Marquês de Pombal²⁴, que circulava em Pernambuco, passando pelo século XX chegando ao XXI, em instituições como a Fundação Marquês de Pombal²⁵, a qual renova laudatoriamente a imagem de Sebastião José. Localizada em Oeiras, no Palácio dos Aciprestes, essa instituição tem por discurso oficial louvar a hodiernidade das diretrizes pombalinas: “ação governativa e filosofia de desenvolvimento é referenciada, ainda hoje, como modelo de modernização da sociedade nomeadamente nos seus vectores económicos, sociais e culturais” (FUNDAÇÃO MARQUÊS DE POMBAL, 2009).

Não obstante se propague a importância desse período governamental para a história portuguesa e, evidentemente, das suas colônias, permanece ainda uma lacuna a ser preenchida: estudos que deem conta do real alcance das ações pombalinas. Um desses campos ainda não totalmente explorados é a política linguística de Pombal e seus desdobramentos na educação nos domínios portugueses da época, constituído por Portugal e suas colônias, com destaque para a mais rica: o Brasil (MAXWELL, 1996). Nesse sentido, destaquemos o fato de que compêndios que tratam de história da língua portuguesa praticamente ignorarem a ação de Pombal na expansão da língua, mormente no Brasil.

Teyssier (2007), Lima Sobrinho (2000), Silveira Bueno (1967), dentre outros, não dedicam espaço em suas obras à ação de Sebastião José. Há autores que, por sua vez, quando o fazem, abordam superficialmente, como Cunha (1985) em um exíguo capítulo em *A Questão da Norma Culta*, ou Coutinho (1968) em *Pontos de Gramática Histórica*. Este último sequer cita o primeiro ministro de Dom José e tão somente afirma: “várias ordens régias foram expedidas pelo governo da metrópole, para que se ensinasse aos índios a língua portuguesa. Depois da expulsão dos jesuítas, o uso do vernáculo tornou-se obrigatório, nesta porção do solo americano” (COUTINHO, 1968, p. 323).

Tais afirmações, em nosso entendimento, muito simplificam a constituição da língua portuguesa em idioma do Brasil, uma vez que não basta a assinatura no papel para que as normas de uma lei se tornem realidade, mas é necessário todo um cabedal de ações que propiciem a efetivação do que a autoridade promulgou:

²⁴ Esse rótulo faz parte do acervo da Fundação Joaquim Nabuco e está disponível no endereço eletrônico <http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/ult_frame.php?cod=577>.

²⁵ Mais informações sobre a Fundação Marquês de Pombal são encontradas no endereço eletrônico <<http://www.fmarquesdepombal.pt/>>.

O historiador deve tomar consciência de que uma estipulação oficial, num decreto ou numa circular, visa mais frequentemente, mesmo se ela é expressada em termos positivos, corrigir um estado de coisas, modificar ou suprimir certas práticas, do que sancionar oficialmente uma realidade. “Apenas o francês será usado na escola”, estipula o regulamento modelo das escolas de 1851: finalidade de objetivo. Trinta anos mais tarde ensinava-se ainda em *patois* ou na língua regional. (CHERVEL, 1990, p. 190)

Existe, provavelmente, nessa omissão, uma recusa velada no que tange ao papel da instituição escolar como instância privilegiada da sociedade. Talvez seja esta a razão pela qual somente textos bem mais específicos, como de obras acerca da história da Educação, dediquem maior espaço às reformas pombalinas e busquem ratificar o valor dessa intervenção no ensino do século XVIII e suas implicações na expansão da língua portuguesa. Pilleti e Pilleti (1991), Hilsdorf (2003), Cunha (1980) e Nunes (1984) estão dentre aqueles que atribuem relevância às reformas ilustradas do século XVIII, sem, entretanto, deterem-se longamente. Há, todavia, trabalhos que se votam a abordar com exclusividade o assunto, *verbi gratia*: Andrade (1978) e Carvalho (1978), que tratam do tema mais detalhadamente, mas que precisam, assim como todos os autores, ser revisitados.

Sob o governo do Marquês estrangeirado, foi que a política educacional deixou de ser campo de atuação religioso e se tornou política de Estado. Em 1757, sob as vistas de Sebastião José Carvalho e Melo, era promulgado o Diretório dos Índios ou Lei dos Diretórios, o qual instituiu oficialmente o ensino de língua portuguesa no Brasil. Dois anos depois, vinha à luz o Alvará Régio também idealizado por Pombal, determinando a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses (OLIVEIRA, 1999).

Nesse momento histórico, o Estado português atua com mais vigor na administração, na justiça, na assistência e na educação. Ainda segundo o mesmo autor, o antijesuítismo violento praticado por Pombal era, sobretudo, uma afirmação da autoridade real sobre um poder religioso que paralelamente estava “mantendo e ampliando sua influência e controle sobre a sociedade e o Estado” (FALCON, 1982, p. 424). Evidenciava-se, então, o vínculo que Portugal pretendia firmar entre sua língua e a ideias de nação, o vernáculo era agora utilizado como instrumento de centralização administrativa (ANDERSON, 2008).

O governo português, com o alvará, gerava uma lacuna no ensino da colônia e, enfim, tomava para si a responsabilidade da atividade do ensino, antes nas mãos dos inicianos:

O referido Alvará não só condenava o ensino dos Jesuítas, mas impunha a condição prévio exame que iria afastar de todo os Professores Religiosos,

durante o reinado de D. José. [...] Na verdade, de um momento para o outro pretendia-se instaurar o ensino oficial, sob a égide do Estado, que passaria a constituir a única autoridade competente, se não para fiscalizar todo o ensino, mesmo o dos Conventos, pelo menos para imprimir a orientação desejada nesses mesmos estudos e, sobretudo, nas escolas oficiais, em que só lecionariam Professores habilitados com o exame sancionado pelo Soberano. (ANDRADE, 1978, p. 36)

Destarte, o reinado de Dom José I, por meio da obrigatoriedade da língua portuguesa, estabelecia uma clara posição política enfatizando a unidade linguística, como condição imprescindível para se formar uma nação:

A constituição das nações européias corresponde a uma profunda transformação das relações sociais (nascimento do capital mercantil, urbanização, mobilidade social, extensão das relações comerciais etc.), aí compreendidas em seus aspectos religiosos (Reforma, 1517, e Contra-Reforma).

A expansão das nações acarreta indiscutivelmente uma situação de luta entre elas, o que se traduz, ao final, por uma concorrência, reforçada porque institucionalizada, entre as línguas. A velha correspondência uma língua, uma nação, tomando valor não mais pelo passado, mas pelo futuro, adquire um novo sentido: as nações transformadas, quando puderam, em Estados, estes vão fazer da aprendizagem e do uso de *uma* língua oficial uma obrigação para os cidadãos. (AUROUX, 1992, p. 49)

Ressaltemos, contudo, que isso não significou uma secularização do ensino. Mudava-se tão somente a orientação inaciana, mas permanecia o pensamento católico (FÁVERO, 2009). O que se pretendia, sobretudo, era implantar diretrizes civilizatórias sob as luzes do século XVIII (ALMEIDA, 1994).

As reformas pombalinas não se restringiram às duas leis citadas. Entre 1757 e 1773, segundo Hilsdorf (2003), trinta reformas foram promulgadas pelo governo português. As leis transitavam do sequestro dos bens dos jesuítas, passando pela proibição dos livros dos inacianos, chegando aos novos estatutos da Universidade de Coimbra ou a criação das aulas avulsas e regulamentação do ensino particular.

Uma dessas leis interessa, em especial, à questão do ensino da língua portuguesa. Trata-se do Alvará Régio de 30 de setembro de 1770, que determinava o estudo da gramática portuguesa nas aulas de gramática latina por pelo menos seis meses antes de os educandos serem introduzidos à língua latina. Para tal finalidade, o mesmo Alvará já instituiu a obra que prioritariamente se prestou a esse serviço: *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, de Reis Lobato.

Editada pela primeira vez em 1770²⁶, sob os auspícios do já citado Alvará, esse livro trouxe a seu autor a permanência nos cânones didáticos, tendo em vista as suas diversas reedições, bem como as citações que a ele se fazem até hoje os presentes dias, haja vista ter Lobato se tornado referência nos estudos gramaticais lusófonos (SOUZA, 1804; MARSDEN, 1827; CETAS, 2009). Não há muitos dados biográficos acerca de Reis Lobato. São frequentes as citações ao fato de que era bacharel (o texto base para este artigo é a décima quarta edição, de 1815, que traz essa informação em seu frontispício). Mas o catálogo de uma livraria especializada em obras raras afirma que “Há indícios de que tenha nascido por volta de 1721 e falecido em 1804, mas desconhecido o local; foi cavaleiro da Ordem de Cristo e bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra” (LIBER RARUS, 2009). Outros, entretanto, consideram Reis Lobato apenas um pseudônimo²⁷.

O compêndio de Lobato, tendo como texto de abertura o Alvará Régio de 30 de setembro de 1770, recebeu dessa lei autoridade pedagógica e teve reforçado o seu caráter civilizatório, o qual, segundo se acreditava, far-se-ia eficaz por meio da língua. A ideia de civilização esteve ligada ao conhecimento da forma correta de falar e escrever a língua. Neste sentido, os gramáticos da época ligaram a língua portuguesa à ideia de língua pátria ou língua nacional, o que interligava gramática à figura real (CARVALHO, 2009):

EU EL REY Faço saber aos que este alvará virem, que em Consulta da Real Meza Censoria me foi presente, que sendo a correção das línguas nacionaes hum dos objectos mais attendiveis para a Cultura dos Povos civilizados, por dependerem dela a clareza, a energia, e a magestade, com que se devem estabelecer as Leis, persuadir a verdade da Religião, e fazer uteis e

²⁶ LOBATO, Reis. **Arte da Grammatica da Língua Portugueza**. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1770

²⁷ Nesse sentido, o pesquisador e professor português da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Carlos da Costa Assunção, retomando dados dos seus compatriotas, o dicionarista Eugênio Silva (1810-1876), que indicava a formação acadêmica de Lobato e seu vínculo com a Ordem de Cristo, bem como sua provável data de óbito, e do filólogo José Leite de Vasconcelos (1858-1941), o qual considerava 1721 como data de nascimento do gramático, buscou nos arquivos da Universidade de Coimbra e da Torre do Tombo quem teria sido Reis Lobato. Assunção afirma não ter encontrado registros que correspondessem exatamente ao nome António José de Reis Lobato. Tal lacuna, segundo ele, deve-se ao fato de que, na verdade, não teria existido um Reis Lobato, mas que este era um pseudônimo, o que nesse período não era incomum. Seguindo essa linha de raciocínio, o professor português lançou mão da comparação estilística e concluiu que o padre português António Pereira de Figueiredo (1725-1797) era a pessoa sob o nome Antonio José de Reis Lobato (ASSUNÇÃO, 1997). Essa hipótese é verossímil, não só pela análise textual entre os textos de Lobato e Figueiredo feita por Carlos Assunção, reconhecida autoridade na matéria e doutor em Linguística Portuguesa, mas também sob o aspecto ideológico. Pedro Calafate, autor contemporâneo, professor da Universidade de Lisboa, aponta na biografia de António Pereira de Figueiredo uma estreita relação com os interesses pombalinos e declara em artigo que o religioso oratoriano “foi figura cimeira do iluminismo em Portugal, tendo sido estreito colaborador do marquês de Pombal” e que defendeu métodos de ensino e exposição das matérias teológicas, de acordo com o caráter pedagógico do Iluminismo. Contudo, o aspecto que mais o fará sobressair “como architecto dos designios pombalinos gira em torno do esforço teórico que empreendeu a fim de redefinir o problema das relações Igreja-Estado dentro de um contexto regalista, ele emerge assim como um dos principais teóricos do regalismo ao tempo de Pombal” (CALAFATE, 2010).

agradáveis os Escritos. Sendo pelo contrario a barbaridade das línguas a que manifesta a ignorância das Nações; e não havendo meio que mais possa contribuir para polir, e aperfeiçoar qualquer Idioma, e desterra d'elle esta rudez, do que a applicação da Mocidade ao estudo da Grammatica da sua própria lingua. (*apud* LOBATO, 1815, p. vii)

De fato, era a civilização o que se pretendia espalhar por meio do ensino da língua nacional. Esse apuramento linguístico garantiria não apenas a “nobreza de pensamentos”, mas, sobretudo, a elevação de Portugal ao patamar das outras “Nações illuminadas”. Neste caso, considerou o país tão grandioso que há a possibilidade de alcançar o nível de Roma e Grécia, cujas línguas, segundo o Alvará, chegaram “ao grao de gosto e perfeição que se virão nos formosos seculos de Athenas e Roma e que bem nos testemunhão as excellentes Obras que delles ainda nos restão”, em razão, de terem sido ensinadas através do “referido methodo e espirito da educação”, que o Alvará estabelecia nesse momento para Portugal.

Não obstante tenha como texto de abertura o Alvará Régio de 1770, a obra é “composta e oferecida” a Sebastião José de Carvalho e Melo, mostrando destarte, talvez, que “o rei reina e não governa”²⁸ e que, na verdade, o melhor caminho de estar perto do poder e dele beneficiar-se era louvar o primeiro ministro. É singular o texto encomiástico de Reis Lobato a Sebastião José. Nele é patente que o papel exercido pelo rei não é tão louvado quanto o do Conde de Oeiras (quando da primeira edição, ainda não havia recebido o título de Marquês de Pombal):

Offereço a V.EXCELLENCIA a Arte da Grammatica de lingua Portugueza, procurando-lhe por meio deste obsequioso arbitrio a fortuna de chegar á douta mão, que lhe póde emendar os erros; pois todos conhecem, que V. EXCELLENCIA tem a mais perfeita sciencia dos principios da Lingua Portugueza pella falar com toda a pureza, e propriedade de termos, como testificação os doutissimos escritos, com que V. EXCELLENCIA tem illustrado a republica das Letras.

Persuado-me de que será do agrado de V.EXCELLENCIA esta minha offerta, pela razão de ser huma Nação, que V.EXCELLENCIA com incansavel desvelo pretende fazer a mais culta, e conhecida entre todas as civilizadas. E também julgo que debaixo da protecção de V. EXCELLENCIA será a mesma Grammatica bem acceita do Público; pois para alcançar a sua estimação bastará ver, que V.EXCELLENCIA a approva, concedendo-me a licença de poder gravar na fronte desta pequena Obra o grande Nome de V.EXCELLENCIA, respeitado em todas as quatro partes do Mundo. Deos guarde a V. EXCELLENCIA para a exaltação das Letras, e felicidade da Patria.

²⁸ Verso de Tobias Barreto no poema “O rei reina e não governa”, publicado em *Dias e Noites* (1978), um apólogo em que poeta sergipano critica a situação do Brasil logo após o golpe da maioria no Segundo Reinado. O verso é utilizado aqui tão somente a título de ilustração, pois seria anacrônico afirmar que Barreto se referia ao século XVIII português.

ILL.mo e EXC.mo SENHOR
Beija a mão de V.EXCELLENCIA seu mais reverente criado
Antonio José dos Reis Lobato. (LOBATO, 1815, pp. ix-x)

Diferentemente do tratamento dispensado por Camilo Castelo Branco (1900), na obra aqui já citada, o gramático curva-se ao intelecto do Conde ao ponto de considerá-lo um superior em termos de conhecimentos de língua portuguesa, cabendo-lhe inclusive a condição de poder corrigir as eventuais falhas. Dessa forma, em tom tão elogioso, utiliza-se o autor de um dos recursos mais eficazes para obter o mecenato: a dedicatória. Com ela, manifestava-se uma relação de interdependência entre alguns letrados e aqueles que lhe poderiam conceder bens materiais e/ou privilégios. Além disso, estava em cena “a capacidade de produzir um bem cultural digno de ser oferecido, e que também pudesse ser reconhecido pelos demais como símbolo de afirmação e enaltecimento do poder do rei - um bem cultural que fizesse uma declaração pública do poder real expressiva a ponto de ser recompensado por isso” (DELMAS, 2008).

Assim como a lei que a acompanhou, a dedicatória voltou a tratar da questão do bem falar e conhecer a gramática como instrumentos de civilização. Seu autor demonstrou conhecer bem quais eram os intentos do primeiro ministro para a Nação portuguesa, engajando-se através de seu compêndio, nesse propósito: torná-la “a mais culta, e conhecida entre todas as civilizadas”.

Não podemos também deixar despercebido o elogio desmedido de Reis Lobato, quando afirmou que o nome de Sebastião Carvalho é que faria ser bem aceita a gramática. Tal argumento convenceria se a obra não fosse uma imposição legal, se não houvesse uma determinação do rei para que o compêndio fosse usado na instrução em língua portuguesa. Não se tratava de uma opção, mas uma imposição firmemente estabelecida pela força da tinta, pena e brasão do Rei:

Pelo que mando á Real Meza Censoria, Meza do Desembargo do Paço, Director Geral dos Estudos, Senado da Camera, e a todos os Desembargadores, Corregedores, Provedores, Juizes, e mais pessoas destes meus Reinos, e Dominios o cumprão, e guardem, e fação inteiramente cumprir, guardar este Meu Alvará com inviolavel observancia, e registarem todos os livros da Camera das suas respectivas Jurisdicções (PORTUGAL, 1770).

Por meio da dedicatória tão entusiasmada tornou-se evidente o papel de mecenas exercido por Pombal para não só liberar, mas, sobretudo, impor esse compêndio esquadrihado em perspectiva iluminista e que fez parte de um projeto que consolidou a

lusofonia na América Portuguesa. Reis Lobato não tergiversou quando do momento de louvar ao seu patrocinador e envidar esforços para servir ao plano daquele que o tornou um dos mais lembrados gramáticos de seu país, incorporando a ideia que se tornou corrente do Brasil do século XIX, a de que unida à “exaltação das Letras estava a felicidade da Pátria” (LOBATO, 1815, p. vii).

CAPÍTULO II

ERA NO TEMPO DO REI: DE PRECURSORES, DISCURSOS E HISTÓRIAS (SÉCULO XIX)

1. Oitocentismo no Brasil: um poema de muitas faces

Uma das singularidades dos Oitocentos no Brasil reside prioritariamente nas múltiplas fases e faces que esse século apresentou. Da condição de América Portuguesa a país republicano, diversos foram os (des)caminhos na economia, nas ciências, na cultura, mas, sobretudo, na política nestas terras dos trópicos.

O Brasil, grande fonte de renda de Portugal, experimentou, na primeira década do século em questão, a mudança irremediável deflagrada pela chegada da Família Real Portuguesa em 1808. Se não fosse pela presença da corte lusitana, provavelmente, a colônia em solo americano não teria sido dotada da estrutura que recebeu. Certo aparato se fez necessário a fim de acomodar os Orleans e Bragança, que se esquivavam das mãos de Napoleão Bonaparte (1769-1821).

Ainda hoje alvo de historiadores, a transferência da Corte portuguesa, em uma conturbada viagem na qual “embarcaram quinze mil pessoas, entre dignitários, eclesiásticos, magistrados, criados e tropa, levando cada qual os haveres que podia transportar” (CALMON, 2002, p.177), é considerada uma atuação de mestre arquitetada por mãos inglesas e, possivelmente, uma das mais bem sucedidas empreitadas lusitanas do século XIX. Em uma só manobra, o filho de D. Maria I, a Louca, manteve seu reinado e garantiu a posse de todas as suas colônias.

A impressão de retirada covarde e atabalhoada não se justifica. Historiadores do século XX demonstram que a transferência da Corte não foi nada improvisada. Cogitada em diversas outras ocasiões, a mudança deve ser entendida de acordo com a política externa lusitana daquele período. O reino optava pela neutralidade nos conflitos diplomáticos para evitar choques maiores com as duas principais potências militares da época: França e Inglaterra (CARVALHO, 2008, p. 19).

Vivendo sob o que Manuel Bomfim (2005) denominou de processo de exploração parasitária empreendido pelas nações ibéricas, somente a partir dessa realocação da sede do

reino português, o Brasil recebeu melhorias que o tornaram habilitado para, mesmo que improvisadamente, ter aqui o seu rei.

Em primeiro lugar, 1808 funciona como uma espécie de sorte coletiva que estaca e determina uma definição comum dos países latino-americanos, que veriam sua sina alterada a partir da emergência, no cenário internacional, de Napoleão Bonaparte. Parte de um jogo político conduzido alhures, também o Brasil teve sua história largamente alterada em 1808 pela vinda da corte d. João, monarca que permaneceria na colônia, transformada em Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, até 1821. Não se sabe ao certo se teriam entrado no país de 5 a 15 mil imigrantes, fugidos das intempéries de guerra. Mas o que, sim, se sabe, é que o evento condicionaria o futuro da nação. Transformada rapidamente em uma metrópole provisória, a ex-colônia lutaria para conservar sua nova situação e, para muitos, a independência foi um reflexo, não intencional da pressão portuguesa para que tudo voltasse a ser como antes. (SCHWARCZ, 2011, p. 14)

Desse modo, podemos dizer que ao avançar sobre a Europa, sem saber, Napoleão Bonaparte fundou o Brasil. Tal como no Princípio da Incerteza, de Werner Heisenberg (1901-1976), que reza que “mesmo que se conheçam as posições iniciais de partículas não é possível determinar com precisão absoluta a configuração final” (HEISENBERG, 2011)²⁹, o Imperador da França se moveu sobre o Velho Mundo, deslocou a Corte Portuguesa e, como reflexo desse movimentar de partículas, tivemos o inesperado novo quadro do Brasil na primeira década do século XIX.

Nesse aspecto, a nova face brasileira contou com elementos como a urbanização do Rio de Janeiro, a criação do Banco do Brasil, o surgimento de cursos superiores, a instalação da Real Biblioteca e, pela necessidade de divulgação dos atos oficiais, a instalação da Imprensa Régia, em maio de 1808. Posteriormente, a Imprensa que se expandiu e se tornou o espaço de polêmicos embates como os do período que antecedeu a Independência (LUSTOSA, 2000) e na segunda metade do século XIX, quando Silvio Romero utilizou as páginas dos jornais para expor seu lado polemista (SOUZA, 1976).

A pesquisadora Lilian Martins de Lima, em seu artigo *A Ideia de História e Civilização na Revista Nitheroy*, caracterizou bem a imprensa no século XIX:

A imprensa do século XIX deve ser compreendida como um espaço por excelência de reflexão sobre o país. É característico da imprensa dessa época o formato dos impressos semelhantes a de um livro, como observou Maria Lúcia Pallares-Burke (BURKE, Maria Lucia Garcia Pallares. *The Spectator*,

²⁹ Disponível no endereço eletrônico
<http://www.gta.ufrj.br/grad/07_1/quantica/PrincipiodaIncertezadeHeisenberg.html> Acessado em 20 de janeiro de 2011

o teatro das luzes: diálogo e imprensa no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 14).

Era comum também a prática das subscrições, espécies de assinaturas que garantiam assim uma vendagem maior dos periódicos. Contudo, uma outra característica comum à produção jornalística desse período é a crença nos poderes do conhecimento como capaz de promover o desenvolvimento da nação. Essa ideia estará presente logo nas páginas iniciais dos jornais, revistas e panfletos que deixam claro seus objetivos de instruírem e colaborar para a grandeza do país.

O amor do país e o desejo de ser útil aos seus concidadãos foram os únicos incentivos que determinaram os autores desta obra a uma empresa que excetuando a pouca glória que caber-lhes pode, nenhum outro proveito lhes funde. Há muito reconheciam eles a necessidade de uma obra periódica que desviando a atenção pública sempre ávida de novidades, das diárias e habituais discussões sobre coisas de pouca utilidade e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, os acostumasse a refletir sobre objetos do bem comum e de glória da pátria.

Assim, mais do que um meio de informação, a imprensa periódica oitocentista visava a formação de um público que fosse capaz de discutir e encontrar soluções para o país e, desse modo, contribuir para inseri-lo nos trilhos do progresso e da civilização como era usual no vocabulário do período. É interessante notar que esses periódicos tratavam dos assuntos mais variados, como economia, política, teatro, música, literatura, traduções de textos clássicos, que visavam formar um leitor virtuoso, que fosse bem instruído nos mais diversos assuntos e também possuidor de um bom gosto literário - daí as numerosas traduções de textos franceses considerados fundamentais para a formação desse bom gosto (LIMA, 2009).

Datou, também, desse período uma larga distribuição de títulos de nobreza para os benfeitores da Corte e, assim, forjou-se, inventou-se uma tradição. Notemos, porém, que os títulos não eram transmitidos de pai para filho, embora não fosse incomum a concessão real a ambos (KIDDER, 1940), dando asas a um sentimento de nobreza e procedência diferenciada, moldando uma tradição (HOBSBAWM, 2012).

Devemos ressaltar ainda, sobre a época joanina, a presença da missão de artistas franceses que aqui estiveram a retratar o progresso da civilização brasileira. Hoje alguns historiadores questionam se teria havido um convite por parte de D. João VI ou se os artistas desempregados, em face da circunstância francesa, imploraram pouso e trabalho na América. Não nos importa resolver essa incógnita, mas destacar importância da estada daqueles que, como cronistas nas artes plásticas, registraram paisagens e cultura.

Dentre esses artistas, sobressai-se o pintor Jean-Baptiste Debret (1768-1848), o qual em *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1954, p. 97) anotou, por exemplo, a curiosa afirmativa de que Sergipe fazia divisa com Goiás³⁰ e também registrou as características da

³⁰ Deixamos a questão apenas citada por não ser objeto central de nosso trabalho. Delas certamente ocupar-se-ão os estudiosos da cartografia brasileira no século XIX.

América portuguesa. Especificamente sobre o trabalho desse pintor francês, mas que representa *grosso modo* as atividades da Missão francesa, afirmou Laudelino Freire em *Um Século de Pintura*:

Apenas chegado ao Brasil, começou a trabalhar com afinco: fez o Retrato de D. João VI, de tamanho natural e em trajes majestáticos, e os de diversas pessoas da família real, pintando em grande tela o Desembarque no Rio de Janeiro, a 12 de novembro de 1817, da arquiduquesa Leopoldina, princesa real.

Além deste aqui, deixou muitos outros quadros. Foi nomeado lente de pintura histórica da Academia, cargo que desempenhou até o dia de seu regresso à França, que ocorreu a 5 de julho de 1831.

"Em meados de 1831, sentindo-se cansado de tantas lutas, adoentado e enfraquecido, farto de pelejar... e cômico de que prestara ao Brasil os mais relevantes serviços pelo apostolado artístico exercido no Rio de Janeiro durante quinze anos, regressou à pátria." ("A Missão Artística de 1916, A. Taunay).

Em 1830, havia sido escolhido membro correspondente da Academia das Belas Artes do Instituto de França. Além de pintor notável, era dotado de um espírito altamente cultivado.

Durante sua permanência entre nós, colheu material para uma obra sobre o Brasil, obra cuja publicação iniciou em 1834, dando a lume o primeiro volume, sob o título: *Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou Séjour d'un artiste français au Brésil (Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, ou Cotidiano de um artista francês no Brasil)*.

O segundo volume, publicou-o no ano seguinte e o terceiro, em 1839.

Neste grande trabalho, trata o autor de vários assuntos, todos de interesse para o país, inclusive o estudo de belas artes, referente aos primeiros anos de nossa formação artística, e que se estende de 1816 a 1831. A obra é ilustrada com inúmeras estampas (FREIRE, 1916, p.366).

Contudo, as mudanças ocorridas nesse tempo não se limitaram aos aspectos estruturais, mas do ponto de vista do idioma, por exemplo, “o português só se tornou língua nacional no século XIX e, para tanto contribuiu a chegada da família real com seus burocratas” (CUNHA, 1985, p. 71). Destaquemos que, até o século XVIII, a língua portuguesa era nestas terras algo raro, pois a comunicação se dava, em geral, pelos idiomas indígenas, apenas nos núcleos mais urbanizados se falava português: “para viagens ou negócios, fora do Rio de Janeiro, Salvador, Olinda, Recife, São Paulo, São Vicente ou se usava a língua geral – certamente de base tupi - ou se usava das ‘línguas’ intérpretes às quais se referem os cronistas da época” (HOUAISS, 1983, p. 33).

Já, no caráter ideológico, a título de curiosidade, citamos a atitude de alguns brasileiros que entraram a imitar o *modus vivendi* europeu, inserindo elitizados hábitos portugueses em seu dia a dia, como nos afirma o viajante e naturalista sergipano Antonio Moniz de Souza (1790?-1840?):

É incalculável o prejuízo que o Brasil tem sofrido com o desenvolvimento do luxo. Eu me compadeço do povo; as mulheres, principalmente, consomem dias, e noites empregadas em manufaturas de algodões, bem como fazem delicadas redes e cobertas importantes, fustões finíssimos e outros muitos panos de tecido mui fino e de longa duram de que podiam usar vestidos; e cegas pelo luxo que querem ostentar entregam fielmente. (SOUZA, 2000, p. 95)

Os dias da Corte no Brasil foram se prolongando e, mesmo depois que a ameaça napoleônica foi silenciada em 1814, o tempo de *el rei* D. João VI ainda se estendeu ainda por sete anos na América. Somente em 1821, insatisfeito e sob pressão da nação lusitana, seguiu para Portugal, onde terminou seus dias em 1826.

Tanto descontentamento com o retorno, justificar-se-ia pelo fato de que, no cenário europeu, D. João VI era visto como um rei por acaso: um príncipe que subiu ao trono graças à morte do irmão e à loucura da mãe. No Brasil, porém, sua situação era diversa, era o único monarca do continente, dono de atenções e prestígio da colônia transformada em sede do reino (SCHWARCZ et alli, 2008). Com sua partida, ficou-lhe no lugar, com funções reais, o primogênito D. Pedro I. Este, o protagonista histórico que, em 1822, depois de desafiar as cortes portuguesas, realizou a separação política entre Portugal e Brasil (KIDDER, 1940).

Como se não bastassem turbulências ocorridas nas duas primeiras décadas do século XIX, no decênio seguinte à Independência, mais exatamente em 1831, Dom Pedro I, pressionado pelo desgaste político que sobre ele se abatia, em especial por suas características de déspota e centralizador, abdicou do trono e rumou a Portugal. Sua missão: derrubar D. Miguel, seu irmão, que se tornara absolutista, descumprindo os acertos de jurar a Constituição e casar-se com a sobrinha Maria de Glória, filha de Pedro I. Em terras lusitanas, o filho mais velho de D. João VI tornou-se D. Pedro IV, rei por sete dias, que morreu moço deixando o trono para a filha de quinze anos, D. Maria II (SARAIVA, 2007).

Deste lado do Atlântico, desde a saída de seu Imperador para a Europa, o Brasil ingressou no Período Regencial sob as fortes querelas entre liberais e conservadores, até que o Golpe da Maioridade (1840) elevou o moço de catorze anos, D. Pedro II ao trono. Iniciou-se assim um reinado de quase meio século (CARVALHO, 2007).

É fato que a primeira metade do século XIX para o Brasil constituiu-se em procelosos momentos que só foram amainados sob a égide de D. Pedro II. Não que seu reinado tenha sido tranquilo; entretanto, um único governante por décadas deu mais serenidade a um quadro que fora tão agitado, tanto nas trocas sucessivas de poder quanto nas idas e vindas entre América e Europa.

Em suas quase cinco décadas de trono, o Imperador que sonhava ser professor, além de sofrer a maçada das cerimônias públicas que tanto o aborreciam (SCHWARCZ, 2010), precisou desvencilhar-se do cheiro de pólvora que também não agradava ao seu espírito dado às artes e às letras. Pedro de Alcântara enfrentou os fins da Balaiada (1841), ocorrida no Maranhão, e da Revolução Farroupilha (1845), no Rio Grande do Sul, agitações que estavam já iniciadas quando de sua ascensão ao poder. Outrossim, sentiu na íntegra a Revolução Praieira (1848-1850), dos pernambucanos e a Guerra do Paraguai (1864-1879) em que a Tríplice Aliança (Brasil, Uruguai e Argentina) derrotou Solano López (1827-1870) e amargou situações outras como a Questão Christie (1863), a revolta dos Muckers (1874) e, por fim, o golpe republicano, que o tirou do palácio em 1889.³¹

Na economia do período, não devem ser esquecidos o fato de o café ter se tornado o principal produto de exportação brasileiro (VIANNA, 2006; PAULA, 2012), bem como as mudanças no que se referia à mão de obra e ao mercado consumidor com o afluxo de imigrantes europeus, em especial italianos, e as alterações na política ligada à escravidão. Quanto a esta, ressalte-se que datam do Segundo Reinado a Lei Eusébio de Queiróz (1850), a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e, por fim, assinada pela Princesa Isabel, a Lei Áurea (1888).

Neste último decreto, a Monarquia abriu o flanco para receber um dos golpes que a fez, pouco tempo depois, tombar por inteiro. A abolição, decretada sem indenização, trazia por um lado a aclamação popular, o “Isabelismo” como ficou conhecida a euforia da época. No entanto, por outro viés, afastou do trono o grupo dos proprietários rurais, uma minoria ativa e fortíssima e que rapidamente migrou para as fileiras republicanas, enfraquecendo ainda mais o já combalido Segundo Reinado.

Do ponto de vista intelectual, entretanto, não foram poucas as iniciativas que se incorporaram à vida da novel nação. Desde a chegada da Corte e, tendo desdobramentos durante o tempo imperial, as instituições ou iniciativas científicas contavam com o aval do poder (BARRA, 2008). Dentre esses empreendimentos, podemos citar o observatório astronômico, criado em 1827, porém, com atuação mais efetiva a partir de 1871; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838; os institutos de agricultura surgidos nos 70 e 80 no interior das províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. A essa leva científica devemos acrescentar ações como a Comissão Científica de Exploração, que atuou no Ceará,

³¹ Para um aprofundamento acerca desses conflitos do século XIX, indicamos a obra do professor Ronaldo Vainfas, **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

de 1859 a 1861, e a Comissão Geológica do Império, que operou de 1871 a 1875 (CARVALHO, 1999). Tais feitos no campo da educação e pesquisa no século XIX estavam ligadas, sobretudo, a uma ideia civilizatória.

Não há dúvidas, assim, que as instituições científicas desenvolviam atividades de interesse estatal. As escolas formando quadros; os institutos de pesquisa, como o Museu Nacional, funcionando como assessoras, além de desenvolverem atividades de produção de conhecimento, que acompanhavam razoavelmente os temas e debates que aconteciam na Europa.

Além disso, podemos dizer que fazer ciência parece ter tido uma outra função nesses anos. A de mostrar ao mundo que existia nos trópicos um império civilizado. (DANTES, 2005).

Todavia, nem só de ciências naturais se esquadrihava a civilização deste império nos trópicos. A mais relevante alteração no Oitocentos do Brasil, no plano das ideias, foi que a instalação da Corte alimentou as perspectivas de independência (CUNHA, 1980) e que, com a efetivação desta, em 1822, fortaleceu-se a ideia de que era necessário construir uma identidade nacional brasileira (COUTINHO, s/d).

Para essa finalidade, acreditava-se que era preciso que a literatura ganhasse contornos particulares que eram, no entendimento da época, imprescindíveis à jovem nação. O movimento romântico, que se contextualizou com a Independência, exerceu esse papel em suas aspirações separatistas, revelou-se como “a nossa emancipação literária” (VERÍSSIMO, 1998, pág. 13) e se tornou os fios que teceram, por meio da literatura, uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008).

O Romantismo, no Brasil, nasceu em meio às possibilidades que surgiram com o ato de Sete de Setembro de 1822 e de suas consequências socioculturais: o novo público leitor, as instituições de ensino superior e, sobretudo, o ufanismo que cobriu boa parte do país³², tendo os escritores como os principais intérpretes desse sentimento. Para isso, a cultura letrada era o instrumento utilizado para representar a apregoada grandeza da nação, sendo o espelho do novo mundo e de sua paisagem física e humana (RICUPERO, 2004).

Representantes desses ideais, romancistas e poetas tomam da pena engajando-se nas Letras do recém-independente país e nelas queriam se estabelecer como os mensageiros das aspirações patrióticas. Nas páginas de folhetins e poemas, heróis indígenas, natureza

³² É certo, porém, que ao tratarmos desse sentimento patriótico que cobria o país, estamos a discorrer sobre um Brasil bem limitado: uma nação branca, letrada, consumidora de bens culturais e que preenche espaços (cargos) que direcionam a vida dos demais brasileiros tão distantes dos círculos deliberativos. A nação de brancos pobres, botocudos, mestiços e negros está excluída desse país retratado tão harmoniosamente nas páginas dos nossos autores. Esses renegados que formam a grande massa evidenciam o Brasil que é, como disse Roger Bastide, tanto na ordem econômica quanto na social, uma “terra de contrastes” (BASTIDE, 1959, p. 5).

idealizada, saudosismo, sentimentalismo são alguns dos recursos da literatura utilizados por José de Alencar (1829-1887), Gonçalves Dias (1823-1864), Gonçalves de Magalhães (1811-1882), dentre outros para distinguiem e idealizarem o país (BOSI, 2006).

O Romantismo, no Brasil, apresentou contornos diferentes nos segmentos da prosa, da poesia e do teatro; entretanto, uma marca indelével na maioria dos autores foi a tentativa de firmar uma brasilidade ao “abranger vários ou todos os temas reputados nacionais” (CANDIDO, 1959, p. 10). Nessa conjuntura, poemas, peças e folhetins não bastavam para tecer a narrativa nacional; destarte as histórias da literatura desempenharam um papel imprescindível na construção desse ideário de Nação civilizada, científica, ascendente e, sobretudo, letrada.

2. Cantos da antevéspera

2.1 Os cantos de cotovia³³: as primeiras histórias literárias

— *Muito contas, cotovia!*
E que outras terras distantes
Visitaste? Dize ao triste.
Manuel Bandeira

Recentes estudos no campo das Letras³⁴ têm buscado os textos fundadores de nossa historiografia literária. O resultado encontrado por essas incursões tem sido a produção intelectual de autores estrangeiros como os nossos primórdios da história literária brasileira³⁵. Entre 1759 e 1873, tendo como marcos delimitadores a publicação de *Biblioteca Lusitana, Histórica, Crítica e Cronológica*, de Barbosa Machado e do ensaio *Notícia da atual literatura brasileira*, depois renomeado como *Instinto de Nacionalidade*, de autoria do fluminense

³³ Cotovia é uma ave tipicamente européia, eis a razão desse símbolo aqui empregado.

³⁴ *O Berço do Cânone*, de Regina Zilberman e Maria Eunice Moreira (Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998) *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*, de Maria Helena Rouanet (São Paulo: Siciliano, 1991) são exemplos de obras que trazem estudos acerca desses iniciadores da história da literatura brasileira.

³⁵ Hoje já existe outra indicação de ponto inicial de história literária datando do século XVIII, em uma pequena nota de Nunes Marques Pereira, que listou a produção literária da Bahia. Sobre ele afirma a pesquisa Maria Francelina Drummond: “ao contrário das fontes dos oitocentos, [Nuno Pereira] teve o objetivo de registrar os melhores poetas baianos da primeira metade do século XVIII e sugere incipiente intenção de formação do cânone. Ela é assunto no diálogo entre o protagonista e uma personagem no segundo volume *do Compêndio narrativo do peregrino da América* de Nuno Marques Pereira” (DRUMMOND, 2012).

Machado de Assis (1839-1908), fervilharam publicações que debruçavam sobre a produção literária feita em língua portuguesa no continente americano.

Muitos desses textos sobre a literatura em nosso país preocuparam-se apenas com o sucinto elencar de um cânone português na América. Outros, por sua vez e, em distinto momento histórico³⁶, buscaram destacar um diferencial entre o que se escrevia no Brasil para o que era produzido em Portugal.

Dentre os estrangeiros, o rol dos pioneiros de nossa história literária é encabeçado pelo português Diogo Barbosa Machado (1682-1772), autor da *Biblioteca Lusitana, Histórica, Crítica e Cronológica* (1741-1759), editada em Lisboa, ainda no século XVIII, em 1759. O autor levou ao público uma obra, “na qual se compreende a noticia de authores portuguezes, e das Obras, que compozeraõ desde o tempo da Ley da Graça até o tempo presente” (MACHADO, 1759, p.1).

Barbosa Machado, anunciado no frontispício do exemplar como “Ulyssiponense, Abade Reservatario da Paroquial Igreja de Adriaõ de Server, e Academico do Numero da Academia Real” (MACHADO, 1759, p.1), foi o primeiro a citar as produções literárias da América portuguesa através de uma extensa lista de autores e sínteses biobibliográficas. Sua “Biblioteca” é a mais importante de suas obras, tendo se constituído grande fonte de pesquisa até os dias atuais.

Bibliotheca Lusitana, um dicionário dos autores da história de Portugal. Nesta obra, Bibliotheca não designa um espaço para a organização dos livros, mas um catálogo sobre outros livros. Em ordem alfabética, mais de cinco mil nomes – incluindo o próprio Diogo Barbosa Machado - são apresentados por suas biografias e obras, desde o nascimento de Cristo até meados do século XVIII. Os líderes, letrados, nobres e religiosos, muito elogiados, encontram-se dispostos em quatro volumes publicados entre 1747 e 1759, até hoje um valioso instrumento de consulta para os pesquisadores (MONTEIRO, 2012).

É importante registrar que, mesmo sendo um repertório bibliográfico, durante muitos anos, a opulenta “Biblioteca” do abade Barbosa permaneceu como “a única referência para quem quisesse estudar a literatura de língua portuguesa” (CESAR, 1978, p. X). Somente com a criação da disciplina História Literária pelo movimento romântico é que surgiram outras obras que se propusessem a um trabalho que apresentasse a individuação e caracterização de forma crítica (CESAR, 1978).

³⁶ Após a Independência política (1822).

Não devemos deixar de citar, como dever de justiça com a memória desse autor, uma característica imprescindível na sua trajetória: a bibliofilia³⁷. Seu colecionismo alimentado pelo desejo de preservação da história portuguesa resultou em um legado enorme para o Brasil. A transferência da sua coleção particular para a Real Biblioteca refletiu na cultura de nosso país, pois as raridades de Barbosa Machado tornaram-se “o núcleo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro” (FONSECA, 1979, p. 5), o acervo que veio com a Corte de D. João VI, em 1808.

Dentre as produções sobre literatura em língua portuguesa, também é digno de nomeada o trabalho do filósofo e crítico alemão Friedrich Bouterwek (1766-1828), o qual, através de sua *Geschichte der portugiesischen Poesie und Beredsamkeit*³⁸, tornou-se o pioneiro da história da literatura espanhola e de outras nações (HART JUNIOR, 1953). O livro se originou na incumbência que lhe foi dada como parte do projeto de Johann Gottfried Eichhorn (1752-1827), na elaboração da *História das Artes e da Ciência desde a sua criação até o final do século XVIII*, obra que trouxe significativas contribuições para história literária e é vista como uma transição para história literária moderna (BOLOGNINI, 2003). Nas linhas desse autor, coube-nos um espaço com citações a Antonio José da Silva, o Judeu, e a Cláudio Manuel da Costa³⁹.

Com *De la Littérature du Midi de l'Europe*⁴⁰, publicada em 1813, temos o economista e historiador suíço Jean Charles Leonard Sismonde de Sismondi (1773-1842), citando em seu cânone Antônio José da Silva, Cláudio Manuel da Costa e Silva Alvarenga e, dessa forma, aumentando o cabedal de europeus que trataram de produções da América portuguesa. Com Sismondi, temos a última obra que se aventurou em história literária no período anterior à Independência do Brasil.

Não é demasiado ressaltar que as obras de Barbosa Machado, Bouterwek e Sismondi estavam em um recorte cronológico em que o Brasil figurava como parte do reino português e que, portanto, a visão apresentada não trazia consigo uma perspectiva diacrítica

³⁷ Os bibliófilos têm sido a preciosa peça na engrenagem da pesquisa histórico-literária. De Barbosa Machado passando por Ramiz Galvão, Rubens Borba de Moraes chegando ao extraordinário José Mindlin são relicários de dedicação às letras.

³⁸ *História da Poesia e Eloquência Portuguesa*.

³⁹ Sob organização de Carmen Zink Bolognini, tivemos a publicação de *História da Literatura: o discurso fundador* (Campinas: Mercado das Letras. São Paulo: FAPESP, 2003). Nesse volume constam dentre outros textos, a tradução do texto de Bouterwek sobre Cláudio Manuel da Costa.

⁴⁰ *Sobre a Literatura do Meio-dia da Europa* ou em tradução que a nosso ver fica melhor: *Sobre a literatura meridional da Europa*.

como ocorreu após 1822, quando tivemos a produção de outros autores estrangeiros e nacionais⁴¹ que se dedicaram a abordar nossa produção nas Letras.

Ainda destacamos Ferdinand Denis (1798-1890), brasilianista francês que se tornou fonte de consulta sobre nosso país (ROUANET, 1991), que, em 1826, publicou o seu *Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*⁴², e levou a êxito a tarefa de selecionar obras representativas em língua portuguesa, contudo apenas ecoou as palavras de Bouterwek e Sismondi. O que faz, entretanto, peculiar a obra desse francês é o fato de ser o primeiro estudo a buscar expor uma singularidade atribuída à Literatura Brasileira.

Em linhas escritas francófonas é que temos nossa primeira defesa de autonomia literária. Segundo Denis, deveriam ser elementos diferenciais em relação ao Velho Mundo a esplendorosa natureza, utilizando como argumento o critério espacial e os hábitos distintos de Portugal como aspectos que demarcariam, ao seu entender, a condição de independência da literatura brasileira. Ainda Denis estabeleceu um bosquejo de cânone brasileiro citando Bento Teixeira, Botelho de Oliveira, Cláudio Manuel da Costa, Antonio José da Silva, Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Gonzaga e Souza Caldas, autores cuja vivência se deu em terras brasileiras, o que era, sob a visão do crítico francês, o elemento diferenciador, portanto permitindo considerá-los brasileiros (FRANCO, 2011).

Há outras manifestações como a de João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799-1854) com o *Parnaso Lusitano*, de 1826, ou breves notas sobre a literatura do Brasil

⁴¹ Segundo Regina Zilberman (2000): “Podem-se considerar exemplares da crítica romântica o seguinte grupo de obras, aqui arroladas cronologicamente: Ferdinand Denis, *Résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil* (1826); Almeida Garrett, *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa* (1826); Januário da Cunha Barbosa, *Parnaso Brasileiro* (1829-1831); General José Inácio de Abreu e Lima, *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Brasil* (1835); Gonçalves de Magalhães, *Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil* (1836); Pereira da Silva, *Estudos sobre a Literatura* (1836); Joaquim Norberto de Sousa Silva, *Bosquejo da História da Poesia Brasileira* (1841); Pereira da Silva, *Uma Introdução Histórica e Biográfica sobre a Literatura Brasileira* (1843); Santiago Nunes Ribeiro, *Da Nacionalidade da Literatura Brasileira* (1843); Joaquim Norberto de Sousa e Silva, *Considerações Gerais sobre a Literatura Brasileira* (1843); Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Emílio Adê, *Introdução sobre a Literatura Nacional* (1844); Álvares de Azevedo, *Literatura e Civilização em Portugal* (1849-1850); Francisco Adolfo de Varnhagen, *Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil* (1850); Joaquim Norberto de Sousa Silva, *A Língua Brasileira* (1855); Machado de Assis, *O Passado, o Presente e o Futuro da Literatura* (1858); Macedo Soares, *Harmonias brasileiras* (1859); Macedo Soares, *Ensaio de Análise Literária*. Bittencourt Sampaio: *Flores Silvestres* (1860); Macedo Soares, *Tipos Literários Contemporâneos: Gonçalves Dias* (1861); Quintino Bocaiuva, *Lírica nacional* (1862); Adadus Calpe (pseudônimo de Antônio Deodoro de Pascual), *Estudo sobre a Nacionalidade da Literatura* (1862); Fernandes Pinheiro, *Meandro Poético* (1864); José de Alencar, *Bênção Paterna* (1872); Machado de Assis, *Notícia da Atual Literatura Brasileira* (1873); *Literatura Brasileira*, projeto de investigação que José de Alencar deixou sem realizar, publicado postumamente no quarto volume da *Obra Completa* desse escritor, datada de 1960. Nem todos os textos foram escritos por brasileiros, e alguns deles publicaram-se no Exterior; circularam, contudo, preferencialmente no Brasil, entre o final dos anos 20 e a década de 70 do século XIX, constituindo o corpo de idéias que ajudou os intelectuais a pensarem, julgarem e criarem o que passava por ficção e poesia no país”.

⁴² *Resumo de História Literária do Brasil*. Esse texto de Denis é um anexo à obra *Résumé de l'histoire littéraire de Portugal*.

com o livro *Rio de Janeiro wie es ist*⁴³, de 1829, do alemão C. Schilichthorst, ex-Tenente de Granadeiros Alemães do Exército Imperial. Nessa obra, segundo Gustavo Barroso, co-tradutor e autor da apresentação da edição brasileira, temos uma "larga descrição da vida social, política e militar do Rio de Janeiro e do Brasil, com um retrospecto dos acontecimentos ligados à Independência, no começo do século, de 1824 a 1826"⁴⁴ (BARROSO, 2011).

As primeiras vozes foram europeias; no entanto, mesmo que em terras francesas, o quadro se modificou por uma voz nacional.

3. Cantos de sabiá: a literatura vista pelos nacionais

3.1 Um senhor de nobre palavra: Gonçalves de Magalhães

*No umbigo do mundo, descobriu a própria terra.
Paulo Prado, no prefácio de Pau-Brasil,
a respeito de Oswald de Andrade*

Na Paris da primeira metade do século XIX, por meio das páginas da *Revista Nitheroy*, era publicado o *Ensaio de História da Literatura do Brasil*⁴⁵ (1836). Esse texto que, posteriormente, teve seu nome modificado para *Discurso de História da Literatura do Brasil* veio da lavra do médico, professor e poeta brasileiro Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), o primeiro e único Barão e Visconde de Araguaia.

Gonçalves, que se tornou referência nos cânones literários até o tempo hodierno, como o inaugurador do Romantismo brasileiro com “*Suspiros Poéticos e Saudades* (1836), atuou não só na produção literária, mas também na teorização sobre literatura, na política e diplomacia, mas sobretudo nos estudos filosóficos, dos quais foi instaurador no Brasil” (REALE, 1994). Embora tenha recebido títulos de nobreza, tenha sido professor⁴⁶ do importante Colégio de Pedro II e diplomata, Gonçalves de Magalhães é uma personalidade

⁴³ *O Rio de Janeiro como é.*

⁴⁴ Disponível no endereço eletrônico <http://www.dhi.uem.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=31:livros-eletros-brasil&id=881:c-schilichthorst-o-rio-de-janeiro-como-> acessado em 29 de abril de 2011.

⁴⁵ **Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil**, in: *Niterói*, n° 1, t. I, 1836; republicado com pequenas correções in: *Obras*, t. VIII, sob o título **Discurso sobre a História da Literatura do Brasil**, 1865.

⁴⁶ Gonçalves também foi professor de Retórica e Poética no Colégio Emulação, onde teve dentre seus alunos Joaquim Norberto de Sousa Silva (ZILBERMAN & MOREIRA, 1998).

histórica sobre a qual ainda não se tem grandes informações biográficas. Como se não bastassem os dados serem parcos, surge ao pesquisador um outro mal: o desencontro.⁴⁷

Aquele que se tornou amigo e protegido do Imperador Pedro II, o qual além de ter financiado a publicação de *Confederação dos Tamoios*, chegou a escrever, em 1856, seis artigos em defesa desse poema de Magalhães tão atacado por José de Alencar (CARVALHO, 2007), foi considerado em seu tempo um dos principais românticos:

Segundo o Sr. Borges de Figueiredo, por cinco fases ou épocas, passou a literatura portuguesa, às quais denominou de infância, adolescência, virilidade, velhice e renascimento. Acrescentaremos outra com o nome de reforma, inaugurada em Portugal pelo exímio poeta visconde de Almeida Garrett, e no Brasil pelo Sr. Dr. J. Gonçalves de Magalhães. (...) *reforma* é contemporânea, felizmente estreada em ambos os hemisférios por dous ilustres poetas (Garrett e Magalhães). (...) Como era de se esperar, trouxe a reforma do Sr. Magalhães o gosto pelas coisas pátrias, e do estudo que delas fizeram os nossos poetas e prosadores pode-se datar a aparição da nova escola, que apelidaremos de brasílico-romântica. (PINHEIRO, 1883, p. 11-12)

O autor de *Confederação dos Tamoios* tem, atualmente, seu nome presente nos cânones muito mais por ter sido o autor de *Suspiros Poéticos e Saudades*, marco inaugural da poesia romântica (ABDALA JUNIOR & CAMPEDELLI, 1985), do que pela importância que possuía no século XIX. Essa glória e decadência, apenas seis anos após a morte de Magalhães, já eram apontadas por Silvio Romero. O historiador sergipano esperava uma restauração da imagem do poeta, não para retomar a glória antecedente, mas para uma medida correta:

⁴⁷ As fontes muitas vezes se contradizem. Isso se confirma, por exemplo, ao tratarmos da formação de Magalhães: José Veríssimo (VERÍSSIMO, 1998) e Luft (LUFT, 1966) indicam-nos que o curso de medicina foi feito na cidade do Rio de Janeiro. Por sua vez, o *Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros*, editado pelo Senado Federal em parceria com o Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, afirma que “tendo realizado os preparatórios no Rio de Janeiro, foi mandado estudar em Portugal, onde concluiu o curso de medicina.” (CPDB, 1999, p.305). Incongruência ocorre em relação a locais e anos de edições e datas. Fernandes Pinheiro (PINHEIRO, 1873) indica data diferente de 1836 para a obra inaugural do Romantismo: “estas poesias vierão pela primeira vez a lume em Paris no anno de 1835 com o título de *Suspiros Poéticos e Saudades*: a segunda edição é também de Paris (1859), e a terceira faz parte de suas *Obras completas* (Vienna 1865)” (PINHEIRO, 1873, p. 453). Note-se que Pinheiro traz ainda duas informações que entram em choque com os demais autores: aponta a terceira edição de *Suspiros* nas *Obras completas*, segundo ele, editadas em Viena; contudo o *Dicionário do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro*, anteriormente citado, aponta o Rio de Janeiro como local de publicação. Pinheiro ainda declara que Magalhães ingressou na carreira diplomática em 1836, tornando-se adido da representação brasileira em Paris, enquanto os demais indicam que só depois de 1842 é que isso ocorreu. Ponto pacífico, em meio a tantas contradições, é que, na época da publicação do seu periódico e de *Suspiros*, estava Gonçalves de Magalhães na Europa a estudo e a passeio: “No mesmo ano em que, com 21 de idade, estreara com as Poesias (1832), partiu Magalhães para a Europa, em viagem de instrução e recreio” (VERÍSSIMO, 1998, p. 196).

Nenhum escritor brasileiro fez tão rápida e brilhante carreira; nenhum teve tanta fama, tão fácil nomeada e nenhum caiu tão depressa e tão profundamente. Hoje é preciso reabilitá-lo, fixando-o n'um lugar definitivo. Quando apareceram as primeiras obras de Magalhães, a imprensa desencadeou-lhe em louvaminhas formidolosas. Cada um queria ser ainda mais exagerado do que o seu antecessor em balançar o turíbulo e incensar o ídolo. Sales Torres Homem, Norberto Silva, Manuel de Macedo, Fernandes Pinheiro, Nunes Ribeiro e Araújo Porto Alegre foram os mais empenhados naquele doce lidar.

Tudo isso passou; o poeta deixou de ser lido, seu nome velou-se de esquecimento (...) Que lição aos futuros escritores! Houve injustiça em tanto esquecimento; houvera antes excessos em tantos louvores. Este homem deve entrar para a história levando consigo o valor exato dos seus trabalhos. (ROMERO, 1888, pp. 697-699)

A importância dada a Gonçalves de Magalhães em determinada fase de sua vida é reforçada pelas análises que receberam os seus textos não apenas no Brasil como no exterior. Exemplo disso é o que diz o escritor argentino Martín García Mérou⁴⁸ em *El Brasil Intelectual*, obra publicada em 1900. Mérou afirma que em seu país pouco se havia escrito no século XIX sobre a literatura brasileira e que ele só conhecia a análise do poema *Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, feita por Juan María Gutiérrez⁴⁹ (BROCA, 2004), o que nos mostra que se pouco foi escrito, mesmo esse pouco era dedicado ao canônico Magalhães.

No seu tempo áureo, Gonçalves de Magalhães gozava de tanto prestígio que a distinção social e o apuro no gosto estavam ligados ao seu nome. O litógrafo, desenhista e biógrafo francês, radicado no Brasil desde 1852, Sébastien Auguste Sisson (1824-1893), ao tratar de Mariano José Pereira da Fonseca (1773-1848), o Marquês de Maricá, em sua obra *Galeria dos Brasileiros Ilustres* evidencia que apreciar a obra de Magalhães é sinônimo de distinção: “Homem progressivo, o vimos abraçar-se com a escola de Chateaubriand e aplaudir

⁴⁸ Martín García Mérou, (1862-1905), “Fallecido a los cuarenta y tres años, cuando ocupaba la legación argentina en Berlín, fue poeta, novelista y ensayista, pero su labor de crítico literario es la que ofrece aspectos más valiosos, aunque su tarea — no profesional — fue limitada por su condición de diplomático y político. Sus obras de crítica comprenden: *Estudios literarios* (1884), *Libros y autores* (1886), *Juan Bautista Alberdi* (1890), *Recuerdos literarios* (1891), *Confidencias literarias* (1894), *Ensayo sobre Echeverría* (1894) y *El Brasil intelectual* (1900)” Disponível no endereço eletrônico <http://www.todo-argentina.net/Literatura_argentina/Biografias_de_literatura/martin_garcia_merou.htm> acessado em 05 de julho de 2009.

⁴⁹ “Juan María Gutiérrez (Buenos Aires; 06 de maio de 1809 - Buenos Aires, 26 de fevereiro de 1878) foi um naturalista, estadista, jurisconsulto, historiador, crítico e poeta argentino.” Disponível no endereço <<http://www.mundoandino.com/Argentina/Juan-Maria-Gutierrez>>.

Indicamos o artigo “Juan María Gutiérrez (1809 - 1878), Historiador de la Ciencia del Río de la Plata”, de autoria do senhor Juan Carlos Nicolau, Diretor do “Instituto de Historia de la Ciencia y la Técnica de la Sociedad Científica Argentina”, disponível no endereço eletrônico <http://www.ambiente-ecologico.com/ediciones/072-07-2000/072-pub_cienciaeinvestigacion.html>.

a nova era da poesia brasileira na aparição dos Suspiros Poéticos do Sr. Magalhães” (SISSON, 1999, p. 217).

A glória literária findou e Gonçalves, que fora símbolo de gosto refinado, morreu em Roma, em 10 de julho de 1882, como ministro plenipotenciário na Santa Sé, porém esquecido. Ainda segundo Silvio Romero: “Seu nome velou-se de esquecimento, e quando morto o ilustre brasileiro, seu cadáver aportou a esta cidade, apenas um ou dois velhos amigos se apresentaram para o levar ao descanso do túmulo...” (ROMERO, 1888, p. 699).

3.1.1 A Revista *Nitheroy* e o Discurso

A tipografia, já dissemos em outro momento, começou efetivamente no Brasil em 1808⁵⁰ com a vinda da Família Real. No entanto, a essa altura, impressos de diversos tipos circulavam mais largamente na Europa, e a França, com especial destaque, constituía-se um importante centro intelectual desde o século XVII, quando surgiram instituições que ampliaram o espaço social do homem de letras (ABREU, 2003).

Na capital francesa, contando com o financiamento do comerciante brasileiro Manuel Moreira das Neves, encontraram os brasileiros Francisco de Sales Torres Homem, Manuel de Araujo Porto Alegre e Gonçalves de Magalhães o ambiente favorável para a publicação de seu efêmero periódico, *Nitheroy, Revista Braziliense*⁵¹, tendo em vista que no Brasil “por volta de 1836 era mais do que modesta a infra-estrutura essencial à produção escrita e à sua circulação” (LAJOLO e ZILBERMAN, 2002, p. 124).

Não era propriamente uma novidade o fato de brasileiros editarem no exterior. O caso mais conhecido é o de Hipólito da Costa (1774-1823), considerado patrono da imprensa brasileira, que editou em Londres em junho de 1808 seu jornal *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*, publicação mensal que durou quatorze anos e era direcionada à América portuguesa. Tanto tempo de publicação torna o *Correio Braziliense* distante de *Nitheroy*, haja vista que esta só teve dois números. O trabalho de Hipólito era, de fato, hercúleo, tendo em consideração que o *Correio* tinha em Hipólito o seu “redator, correspondente, pesquisador e

⁵⁰ Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* aponta que em 1747 houve em Pernambuco uma tipografia de propriedade de Antonio Isidoro da Fonseca, mas também traz a informação: “Foi essa, ao que se sabe, a primeira oficina de impressão instalada no Brasil. Recentemente compulsando documentos inéditos da Companhia de Jesus, pôde apurar entretanto Serafim Leite que entre os livros da biblioteca do *Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro* havia ‘alguns impressos na própria casa por volta de 1724’.” (HOLANDA, 1948. pp. 175-176)

⁵¹ *Nitheroy, Revista Braziliense. Ciências, Letras e Artes*. Paris: Dauvin et Fontaine, 1836.

até distribuidor” (LUSTOSA, 2006, p. 64) e também pelo fato de que a publicação, sempre a conter duras críticas contra a Coroa portuguesa tinha circulação proibida: “atingindo o jornal um público que não passava dos quinhentos leitores. Além disso, os exemplares destinados ao Brasil eram seguidas vezes apreendidos no porto do Rio de Janeiro, pois se tratava, aqui, de uma publicação clandestina, proibida pela Coroa” (LUSTOSA, 2006, p. 64).

Não se sabe ao certo o alcance no número de leitores da *Nitheroy*, mas certamente eram eles, assim como os do *Correio Braziliense*, intelectuais com uma formação, na maioria dos casos, jurídica e atenta ainda para o fato de que nesse período “a educação era a marca distintiva da elite política” (CARVALHO, 1988, p. 46) e pertencentes a um público abastado economicamente, letrado e formador de opinião, que por desfastio, elitismo ou apuro dedicava-se às belas letras.

No contexto intelectual de Paris, o envolvimento de Magalhães, Torres Homem e Porto Alegre não era tão pequeno assim, haja vista que, em 1834, os três brasileiros foram aceitos no Instituto Histórico de Paris e lá fizeram as comunicações que foram sintetizadas no jornal do Instituto Histórico como *Résumé de l’Histoire de la Littérature, des Sciences et des Arts au Brésil par trois bresiliens, membres de l’Institut Historique*⁵².

Na parte que lhe coube nas comunicações, Magalhães declarou seu empenho em escrever uma história da literatura brasileira, citou autores do século XVIII como aqueles que seriam os melhores escritores de nossa arte literária estabelecendo em seu bosquejo de cânone a presença de Durão, Basílio da Gama, Gonzaga e Caldas.

C’est seulement du dernier siècle que datent lês meilleurs écrivains du Brésil. Durao dans son Caramuru, Basílio da Gama, dans son Uruguay chantent comme Homère sans cesser d’être brésiliens. L’ infortuné Gonzaga, moins original et plus antique, ressuscite Anacréon en l’imitant. Caldas, philosophe, orateur et poete, fait redire à la harpe de David les accenes de la religion.⁵³
(MAGALHÃES, 1834, p. 47)

Muito embora o texto das comunicações não seja extenso é entremeado com falas de Torres Homem e Porto Alegre, as quais nos possibilitam contemplar aspectos do pensamento

⁵² *Resumo da História da Literatura, das Ciências e das Artes no Brasil por três brasileiros, membros do Instituto Histórico.*

⁵³ Tradução nossa: É somente do último século que datam os melhores escritores do Brasil. Durão em seu *Caramuru*, Basílio da Gama, em seu *Uruguay* cantam como Homero sem parar de ser brasileiros. O desafortunado Gonzaga, menos original e mais antigo, ressuscita Anacreon em imitá-lo. Caldas, filósofo, orador e poeta, faz repetir à harpa de David os cantos da religião.

desses intelectuais, mormente aos seus planos em relação aos seus projetos de “*écrire l’histoire littéraire du Brésil*”⁵⁴.

Fica patente a intenção de expor em terras francesas o desenvolvimento intelectual do Brasil, como uma nação que estava a construir sua trajetória, principalmente nas artes. O *Résumé de l’histoire de la Littérature, des Sciences et des Arts au Brésil* que precede não só cronológica, mas, sobretudo, ideologicamente o “Discurso de História da Literatura do Brasil”, era como “pássaro madrugador que anunciava a antemanhã” (ALMEIDA, 2005, p.18).

A partir do centro cultural do mundo, nos dois únicos números da *Nitheroy*, Magalhães expôs os pressupostos que o fizeram o primeiro brasileiro a teorizar sobre a literatura brasileira (IVO, 1994) ou sobre uma literatura que ele acreditava ser brasileira. Com o *Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil*, Magalhães integrava-se na ideia de nação que repercutiu na historiografia literária, que fez com que as primeiras histórias da literatura fossem resultado dos vários projetos de afirmação das identidades nacionais do século XIX (OLIVEIRA, 2008).

É importante fazer notar que, do ponto de vista formal, o que fez Gonçalves de Magalhães ao publicar um *Discurso sobre a História da Literatura Brasileira* não era tão novo, já que outros o antecederam nessa tarefa. Contudo, não é desprezível o fato de que ele é o primeiro brasileiro a realizar tal empreitada no momento posterior à Independência. Tal clareza estava presente nas diretrizes do autor, pois segundo ele “nenhum nacional, que o saibamos, ocupado se tem até hoje de tal objeto” (op. cit. p. 244). Nesse sentido, aproveitou para marcar um quadro dos antecessores estrangeiros não-lusófonos (Bouterwek, Sismondi e Ferdinand Denis), muito mais para lhes evidenciar as limitações do que para indicar-lhes o mérito do pioneirismo. Ao tratar do lusófono Barbosa Machado deu-lhe um leve merecimento: o de ter registrado o nome de alguns brasileiros, mas não perdeu o ensejo de criticar o Abade pela ausência de análise na *Biblioteca Lusitana*.

Devemos destacar, mais uma vez, que os antecessores de Magalhães, em sua maioria, tratavam de uma produção literária feita na América portuguesa, território integrante do Império português, portanto, na visão desses autores, uma literatura portuguesa (SOUZA, 1997). Esse texto que passou à história mais conhecido pelo nome atribuído pelo autor na segunda edição, *Discurso sobre a História da Literatura do Brasil*⁵⁵, que foi chamado de

⁵⁴ Tradução: *Escrever a história literária do Brasil*

⁵⁵ Utilizaremos a terminologia Discurso, tendo em vista que é este o nome mais conhecido, bem como ter sido a 2ª edição (1865) o texto que utilizamos adiante.

“magro” por José Veríssimo (VERÍSSIMO, 1998, p. 203), é, sem dúvida, um importante registro histórico que evidencia o pensamento da época acerca do que era Literatura, bem como o conceito do que o autor denominava ser *Literatura brasileira*.⁵⁶

O *Discurso*, em sua segunda edição⁵⁷ (1865), é dividido em quatro blocos e precedido por uma interessante *Advertência*. Nela Magalhães sintetizou as condições de produção do texto, as finalidades deste, bem como fez um breve histórico acerca dos avanços dos estudos, sobre o Brasil, que sucederam a publicação de 1836. Anunciou também sua intenção de escrever uma História da Literatura do Brasil, afirmando que aquele texto da *Revista Nitheroy* era uma introdução dessa obra, mas fora lançada a público a fim de “chamar a atenção da mocidade brasileira para o estudo de documentos esquecidos da nossa limitada glória literária” (p. 239)⁵⁸.

Ainda, segundo ele, esse estudo tinha como objetivo primordial engrandecer e revelar esse prestígio “com novos escritores originais que mais exprimissem nossos sentimentos, crenças e costumes, e melhor revelassem a nossa nacionalidade” (p. 239) e se declarou o fomentador de inquietações nos autores que se seguiram.

Por fim, citou os estrangeiros que produziram sobre o Brasil. Segundo ele, Ferdinand Wolf percebeu o desenvolvimento extraordinário da literatura do Brasil e levou ao conhecimento da Europa, através de *Brasil Literário*. Magalhães afirmou que Wolf evidenciou o fato de que “já possuímos uma literatura própria, que pelo seu caráter especial se distingue da portuguesa” (p. 240). Dessa maneira, o Visconde de Araguaia irmanou-se ao autor austríaco quando declarou sobre a obra deste: “escrita com toda imparcialidade de um juiz tão competente, é o mais seguro e completo guia nesta matéria tanto aos nacionais como aos estrangeiros” (p. 240).

3.1.2 O Discurso: Literatura e Comunidade Imaginada

Em um primeiro momento, Magalhães expôs seu conceito de literatura e qual a função desta, sob sua ótica, para a sociedade. Sendo, em seu dizer, o que “há de mais sublime nas ideias, de mais filosófico no pensamento, de mais heroico na moral e de mais belo na natureza” (p. 241), além de possuir um elemento civilizatório: “filha e representante moral da

⁵⁶ Grifo nosso.

⁵⁷ As referências aqui feitas são dessa edição.

⁵⁸ As referências permanecem à obra “Discurso de História da Literatura Brasileira” (MAGALHÃES, 1865).

civilização” (p.244) e trazer consigo a marca de perenidade, haja vista que, segundo ele, a literatura dará às gerações futuras o testemunho do passado de um povo.

No intento de atribuir um caráter próprio à literatura brasileira, o autor sustentou que cada povo tem sua própria literatura tal como cada homem sua personalidade e cada árvore seu fruto. Em seu entender, o Brasil já possuía uma literatura ímpar, embora tivesse origem na portuguesa:

Como nas árvores enxertadas, vêm-se pender dos galhos de um mesmo tronco frutos de diversas espécies; e posto que não degenerem muito os que do enxerto brotaram, contudo adquirem qualidades dependentes da natureza do tronco que lhes dá o nutrimento, as quais os distinguem dos outros frutos da mesma espécie. (MAGALHÃES, 1865, p. 242).

Na metáfora que estabeleceu através da árvore, Magalhães construiu a imagem de que precisava para o diferencial que desejava marcar: Portugal e Brasil falam o mesmo idioma, porém nutrem sua árvore (língua) em solos diferentes, o que garante ao fruto (literatura) algumas peculiaridades.

Não menos relevante é a demonstração de vínculo ao pensamento da Madame de Stael, autora que muito influenciou os escritores do século XIX: “cada qual se convença do que diz a Madama de Stael: ‘A glória dos grandes homens é o patrimônio de um país livre; depois que eles morrem todos participam dela’ ”(op. cit., p. 247). Ressaltemos que é o princípio que Bhabha enuncia como identificação cultural e interpelação discursiva em nome do povo ou da nação que o faz sujeitos imanentes de uma série de narrativas sociais e literárias (BHABHA, 1998).

Para justificar a situação do Brasil com tão poucos ilustrados intelectos, Magalhães traçou um perfil histórico do país da colonização chegando à contemporaneidade do texto. Em síntese, a intenção do autor era clara: mostrar que a mão opressora de Portugal impediu avanços intelectuais no Brasil. Segundo ele, a colônia viveu três séculos esmagada pela Metrópole e a ausência de mais literatos se explica no fato de que um povo escravizado não pode cantar poeticamente.

Que colono tão feliz, ainda com o peso sobre os ombros, curvado sobre a terra, a voz ergueu no meio do universo, e gravou seu nome nas páginas da memória? Quem não tendo a consciência da sua livre existência, só rodeado de cenas de miséria, pôde soltar um riso de alegria, e exalar o pensamento de sua individualidade? Não; as ciências, a poesia e as belas artes, filhas da liberdade, não são partilhadas do escravo; irmãs da glória, fogem do país amaldiçoado onde a escravidão rasteja, e só com a liberdade habitar podem. (MAGALHÃES, 1865, p. 252).

Ainda segundo ele, Portugal, sabendo das largas possibilidades de crescimento de sua colônia, tolheu o desenvolvimento desta por ver que ela poderia superar a metrópole. Assim, em sua compreensão, a Independência política afastou da nação a mão estranha que sufocava; permitindo-lhe respirar livremente, desse modo, cultivando com amor as ciências, as letras, as artes e a indústria, e combatendo tudo o que pode entrevá-la (MAGALHÃES, 1865).

Enfim, o projeto literário exposto nas páginas a *Revista Nitheroy* pode ser sintetizado como a alforria em relação a Portugal não só política, mas também ao colonialismo mental; a filiação intelectual à França, como elemento civilizatório.

Esse *Discurso* é o nosso primeiro e, em geral, esquecido manifesto cultural. É, prioritariamente, uma profissão de fé em uma literatura original inspirada nas particularidades naturais do país, que sob o olhar do Visconde de Araguaia deveriam refletir em nossos autores através de contornos singulares marcando a arte da recém independente nação: “Quanto a nós, a nossa convicção é que – nas obras do gênio; que mais vale um voo arrojado deste, que a marcha refletida e regular da servil imitação” (MAGALHÃES, 1865, p. 271).

3.2 O rato, o padre e a escola: Norberto, Pinheiro e a palmatória

Ó palmatória, terror dos meus dias pueris, tu que foste o compelle in traie com que um velho mestre ossudo e calvo, me in cutiu no cérebro o alfabeto, a prosódia, a sintaxe, e o mais que ele sabia, benta palmatória, tão praguejada dos modernos, quem me dera ter ficado sob teu jugo, com a minha alma imberbe, as minhas ignorâncias, e o meu espadim, aquele espadim de 1814, tão superior à espada de Napoleão!

*Machado de Assis
em Memórias Póstumas de Brás Cubas*

No garimpo da palavra, o mineiro Joaquim Norberto Sousa e Silva (1820-1891) labutou e extraiu alguns textos que efetuarão o corolário de nossa historiografia literária tão incipiente. A ele e ao seu dom de ser rato de arquivo, metáfora de Antonio Candido sobre Norberto, retomada por Maria Eunice Moreira (2011), devemos representativas páginas de crítica literária do Oitocentos. Segundo o professor Acizelo de Souza, foi “um trabalhador

intelectual eclético e prolífico. Produziu poesia, prosa de ficção, peças dramáticas, ensaios históricos, ensaios literários, nem sempre havendo limites muito claros entre os gêneros das produções que nos legou” SOUZA (2002, p. 37), ainda segundo Souza na mesma obra, Norberto deve ser considerado como pioneiro na proposta de realizar uma história da literatura brasileira. Destacamos no conjunto de sua obra um volume dedicado a tratar das *Brasileiras Célebres* (1862); na segunda metade do século XIX em que o autor ousa dar estampa às mulheres, tornando-as matérias de publicação em época de muitas restrições acerca do papel social da mulher.

Se por um lado sobressai sua qualidade de rato de arquivo, por outro, é acusado de ser um autodidata fraco (BIBLIOTECA NACIONAL, 2011); contudo não lhe é negada a qualidade de sua primazia em ser um polígrafo que se ocupava de tudo que lhe pudesse cair nas mãos a fim de servir à pátria. Temos sua atuação não apenas na literatura, mas também na filologia e mesmo em questões de recenseamento populacional.

Alguns títulos publicados por Joaquim Norberto, entre outros tantos, dão uma boa noção da sua qualidade de polígrafo. Além da produção ficcional, tanto em poesia quanto em prosa, ele é o autor de uma *Memória histórica e documentada das aldeias dos índios da província do Rio de Janeiro*, de 1856, da obra biográfica *Brasileiras célebres*, de 1862, das *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si, tentados desde os tempos coloniais até hoje*, dado à luz em 1870, da célebre *História da Conjuração Mineira*, publicado em 1873, de *Galicismos, palavras e frases da língua francesa introduzidas por descuido, ignorância ou necessidade na língua portuguesa*, de 1877, dos *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, de 1888. (SENNÁ, 2011, p. 398)

Por sua vez, em uma vida dividida entre o ser cônego e dedicar-se ao cânone literário, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876), professor de Retórica e Poética do Imperial Colégio de Pedro II, representou nos Oitocentos do Brasil um dos mais relevantes exemplos de intelectuais vinculados à Igreja e que tiveram larga atuação durante o Império. Professor, religioso e autor de livros didáticos, Cônego Fernandes Pinheiro é considerado até hoje autor de suma relevância a quem se propõe a estudar o contexto histórico imperial.

Pinheiro doutorou-se em Teologia em Roma, ensinou no Seminário Episcopal do Rio de Janeiro, foi cônego da Capela Imperial, Vice-reitor e capelão do Instituto dos Meninos Cegos, além de primeiro secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Embora alguns historiadores da literatura brasileira vejam com restrições a atuação do cônego no cenário do século XIX, outros o têm na conta de um pioneiro, nisso residindo o seu mérito. Esta última posição é a que preferimos adotar neste trabalho.

A respeito de sua contribuição aos estudos literários, há um juízo crítico nada favorável, com exceção da apologia empreendida por seu descendente Mário Portugal Fernandes Pinheiro. Silvio Romero não lhe concede maior atenção, considerando-o apenas um retórico retardatário, destituído de senso histórico e talento analítico; José Veríssimo não lhe reconhece méritos de erudição ou de pensamento, arguindo-lhe o apego a “sistemas críticos já ao tempo obsoletos”; Ronald de Carvalho, após chamar a atenção para seu “impertinente sestro de elogiar despropositadamente nossos escritores, colocando-os mal na companhia de alguns grandes nomes da cultura europeia”; e Antonio Candido, além de assinalar “sua irremediável incapacidade histórica e literária”, num raro momento em que abandona a finura usual de seus julgamentos, chama-lhe “compassado canastrão”, por motivos aliás que nos escapam completamente.

Nelson Werneck Sodré e Wilson Martins, entretanto desafinam desse coro de descontentes – embora de modo discreto –, reconhecendo o mérito do pioneirismo. (SOUZA, 2007, pp. 73-74)

Ainda com as reservas que lhe foram feitas por Romero, Veríssimo, Carvalho e Candido, o nome de Fernandes Pinheiro ficou marcado nas letras brasileiras em razão de seu empenho na produção de obras que se propunham a expor a cultura letrada da língua portuguesa. Também pelo crédito de, na fase romântica, ter incorporado a ideia da valorização e ensino da literatura nacional:

Viajamos pelo deserto da transição, descortinando novos céus, novas estrelas. – Qual é porém essa região para onde caminhamos? – Ninguém o sabe. O futuro pertence a Deus; o passado à história: a nós só cabe o presente; saibamo-lo aproveitar. (PINHEIRO, 1883, p.601)

Para esse fim, o intelectual de batina escreveu livros que tinham um caráter essencialmente didático, em especial por ter sido docente do Colégio de Pedro II.

Ao final da década de 50, o Cônego Fernandes Pinheiro já possuía alguns títulos de livros didáticos em sua bibliografia, fruto da experiência que possuía nessa área desde 1848. Estavam em circulação no Império os *Apontamentos Religiosos* (1854), *Catecismo da doutrina Cristã* (1855) e os *Episódios de história pátria* (1859), os quais teriam muitas outras edições durante o século XIX.

O alcance do cargo de docente no Colégio Pedro II facilitou, ainda mais, a publicação de diversos outros livros ligados à esfera escolar. (MELO, 2006, p. 14)

Obras como *Discurso sobre a poesia em geral e em particular no Brasil* (1852), *Curso elementar de literatura nacional* (1862), *Meandro Poético: coleção de poesias dos primeiros poetas brasileiros para uso da mocidade* (1864), *Postilas de Retórica e Poética*

(1871) e o *Resumo de história literária* (1873), bem como seus artigos e ensaios publicados nos principais periódicos românticos, marcaram na segunda metade do século XIX uma clara intenção de ensinar aos contemporâneos, bem como deixar gravado para o futuro a sua concepção de história, de língua e literatura pátrias, bem como estabelecer com seu discurso um cânone⁵⁹ para as letras nacionais.

Nesse viés, temos, sobretudo, a indelével inscrição do ensino em um tempo em que histórias literárias e antologias como as de Norberto e Pinheiro desempenharam um “papel não só pioneiro, mas também fundamental, nem sempre lembrado hoje, no processo de constituição da tradição literária brasileira e do seu corolário: a construção do Brasil pela via da literatura”, (SENNA, 2006, p.10).

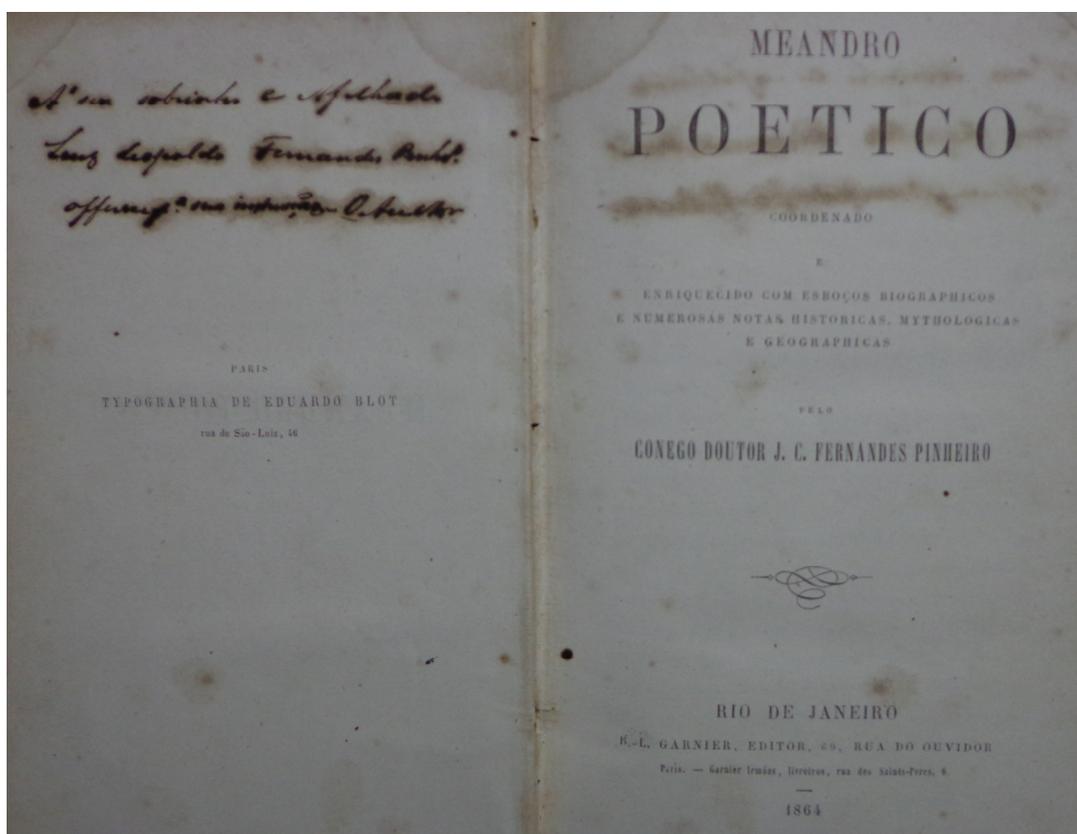


Figura 01: Frontispício de *Meandro poético* (1864). À esquerda dedicatória assinada por Fernandes Pinheiro ao seu sobrinho e afilhado Luís Leopoldo Fernandes Pinheiro.

Fotografia: Wagner G. Lemos⁶⁰.

Observação: Este exemplar, assim como os demais fotografados neste trabalho dissertativo, integra o acervo pessoal do autor (WGL).

⁵⁹ A título de curiosidade fazemos notar que as palavras cânone e cônego têm a mesma origem etimológica (HOUAISS, 2011).

⁶⁰ As fotografias tiradas pelo autor deste trabalho foram feitas no dia 19 de junho de 2012.

3.3 Machado de Assis: a literatura sob o olhar e o instinto do bruxo

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade.

Machado de Assis

Um dos grandes problemas ao tratar de Machado de Assis, havendo a necessidade de se fazer uma síntese biográfica, é o receio da repetição, do lugar comum, em razão de ele ser o mais estudado, debatido e louvado autor da literatura brasileira. Tudo o que sobre ele afirmamos em um trabalho específico da área de Letras parece ser redundante, pois sua pessoa e sua obra são uma espécie de pedra de toque pela qual todos nós várias vezes já passamos e, desse modo, corremos o risco de nos tornarmos enfadonhos. Todavia, a empreitada se faz mister e há de ser cumprida.

Joaquim Maria Machado de Assis nasceu no Rio de Janeiro, em 1839, cidade em que morreu em 1908. Foi contista, romancista, cronista, poeta, dramaturgo e crítico literário, exercício este que interessa mais de perto neste trabalho, uma vez que é sobre este aspecto de sua produção que nos debruçamos. Foi ainda funcionário na Tipografia da Imprensa Nacional, profissão que, segundo a maioria dos biógrafos, foi um diferencial na trajetória do menino pobre, mulato, gago e epilético, que chegou à presidência da Academia Brasileira de Letras

Atuou, depois, como revisor e colaborador do jornal *Marmota*, de propriedade Francisco de Paula Brito (1809-1861). Este momento profissional também propiciou a Machado avanços no campo intelectual, pois na sede desse periódico se reuniam personalidades como Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879), Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), Gonçalves Dias (1823-1864), Manuel Antônio de Almeida (1831-1861), dentre outros, com os quais o futuro autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* travou contacto (BOSI, 2006).

Joaquim Maria foi um frequente colaborador da imprensa do Rio quer fosse com contos, crônicas ou críticas políticas ou literárias. Ingressou no serviço público⁶¹ de onde

⁶¹ O posto mais alto alcançado por Machado foi o de diretor-geral de Contabilidade do Ministério da Viação, no qual encerrou a carreira.

vinha seu sustento e da esposa Carolina Augusta Xavier de Mendonça, irmã do poeta português Faustino Xavier.

Nos anos 70 do século XIX, iniciou-se no romance (já havia publicado contos, teatro e poesia). Sua carreira nesse gênero só mudou a partir de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), quando deu início a uma fase que fez o Bruxo do Cosme Velho (termo empregado por Carlos Drummond de Andrade para definir o escritor fluminense) ganhar projeção não só na literatura brasileira, mas na mundial.⁶²

Contudo, mesmo com farta bibliografia que conta com romances como *Ressurreição* (1872); *A mão e a luva* (1874); *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881); *Quincas Borba* (1891); *Dom Casmurro* (1899); *Esau e Jacó* (1904); *Memorial de Aires* (1908) ou ainda as obras que trazem contos, poemas e peças, ganhou nosso enfoque uma publicação em que Machado, principal autor da prosa brasileira, tal como Gonçalves de Magalhães, atravessou a condição de autor da literatura pátria para a de analista desta.

A busca por um tom nacional, no século XIX, era inquietação que atingia não só as artes, mas outros aspectos da vida brasileira tais como a economia e a política (COUTINHO, s/d). Buscávamos um elemento de distinção do português que nos colonizou, mas de quem, para nosso duro dilema, usávamos a língua⁶³.

Em *Instinto de Nacionalidade*, ele abraçou os delineamentos da busca da nacionalidade que tanto preocupou a intelectualidade do século XIX. Ele, assim como uma série de autores de seu tempo, notava a relevância política, histórica e cultural de marcar com um cunho nacional as nossas produções intelectuais.

Destarte, buscou ressaltar aquilo que definiu como um certo instinto de nacionalidade que diferenciava, sob sua ótica, o escritor brasileiro. Este tinha, na visão machadiana, um sentimento íntimo que se evidenciava através da obra e o punha na condição de representante autêntico da sua nacionalidade (ASSIS, 1959).

Se antes estávamos ligados à ideia de cor local e características diferenciais, com o texto de Machado de Assis expôs-se a ideia de instinto de nacionalidade, que no seu entender era definido pela formação cultural que molda o indivíduo.

Ainda segundo Assis, a questão da temática literária não pode ser marca diferencial de nacionalidade, haja vista que há temas que se repetem em literaturas de nações diferentes. Todavia esses mesmos temas podem ser abordados de formas diferentes. Outrossim, também é diferente a linguagem empregada para a eles se referir, tendo em vista que na linguagem

⁶² Hoje há traduções de obras machadianas para vários idiomas.

⁶³ (ALMEIDA FILHO, 2011)

revelavam-se traços da formação cultural do autor. Quaisquer temas, segundo Machado, poderiam oferecer matéria para a literatura brasileira, uma vez que o tema não revela a nacionalidade, mas esta é patenteada pelo instinto (ASSIS, 1959).

Devemos evidenciar que seu indelével traço de escritor universal ficou registrado na função de crítico, quando discordou de que só houvesse espaço para expressar a nacionalidade se fosse em assunto local. Para o autor de *Crisálidas*, se tal ideia correspondesse à verdade, nosso cabedal literário seria diminuto. Embora faça a ressalva de que um autor deva, sim, tratar de assuntos de seu lugar, não impôs isso como dogma, pois, segundo ele, a literatura muito seria empobrecida com essas amarras, e para fazê-la rica e forte, o escritor deve ser um “homem de seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS, 1959, p. 135).

Com propriedade, Machado afirmou que a crítica literária exercia um fundamental papel nos delineamentos de uma literatura. Segundo ele, a crítica desde que “doutrinária, ampla, elevada” terá influência cotidiana e profunda e, assim, estimulará a invenção artística aprimorando o gosto estético a fim de que a literatura no Brasil se desenvolva plenamente (ASSIS, 1959, p. 136).

CAPÍTULO III

NOS BRAÇOS DE CALÍOPE E CLIO

1. O amplo e sonoro Silvio Romero

Das muitas obras que se escreveram sobre Silvio Romero, boa parte delas fazem referência ao seu perfil, aos caminhos que percorreu e outras até mesmo o tomam de corpo inteiro⁶⁴. Nós optamos por iniciar este trecho dedicado ao crítico sergipano aliando características intelectuais a aspectos físicos quase nunca citados: a obesidade e a potente voz de barítono.

Assim ousamos alinhar a romeriana tentativa de abarcar múltiplas áreas do conhecimento que o tornou um dos mais profícuos polígrafos de nossa cultura à primeira característica que o fazia literalmente um homem amplo. Outrossim, não podíamos deixar passar a sua voz de barítono descrita, pelo que conhecemos, em uma única referência. Esse atributo coaduna com a força com que esse escritor se fazia ouvir em um timbre marcante permeado de movimentos entre graves e agudos.

Ambas as características foram extraídas de uma página de memórias em que Álvaro Ferreira de Almeida (1893-1978)⁶⁵, ex-faxineiro e que, a partir de 1946, passou à condição de sócio da Livraria Francisco Alves, descreveu a convivência com o polêmico sergipano:

Ainda curtia a função de faxineiro quando tive o meu primeiro contato com o destemido polígrafo Silvio Romero. Comparecia à Livraria aos sábados, de preferência ao cair da tarde, para um breve bate-papo com Francisco Alves, seu editor, compadre e amigo. Gorducho, pesadão, assomava à porta, ofegante caminhando vagarosamente, e assim que me avistava ditava uma ordem, com voz empostada de barítono:

- Oh, menino, traga-me uma cadeira.

Atendido, ainda mal acomodado em consequência de ter mais fundos que o fundo da cadeira, voltava a ordenar:

- Agora, traga-me um copo d'água.

Como a Livraria ainda não tivesse elevador para que Silvio Romero fosse ao encontro de seu compadre, e o compadre nem sempre pudesse descer,

⁶⁴ Fazem essa alusão obras como *Itinerário de Silvio Romero*, de Sylvio Rabello (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967) e *Caminhos de Silvio Romero*, de João Mendonça de Souza. (Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1974).

⁶⁵ Informação de nascimento e morte extraída do site do Arquivo GeneAll.net. Disponível no endereço eletrônico < http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=2030681 > acessado em 30 de março de 2012.

premiado de afazeres, dialogavam mesmo à distância, sem omissão de detalhes.

Não gostava, confesso, do seu modo impositivo de me tratar, mas com o passar do tempo eu crescia e crescia também nosso entendimento e, em 17 de julho de 1914⁶⁶, quando faleceu, já nos entendíamos como bons amigos. (ALMEIDA, 2004, pp.49-50)

Sylvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero, ou simplesmente Silvio Romero, nome pelo qual ficou conhecido nas Letras nacionais, nasceu em Lagarto, região centro-sul de Sergipe, em 21 de abril de 1851. O filho dos portugueses André Ramos Romero e Maria Joaquina Vasconcelos da Silveira tornou-se o proclamador da morte da metafísica e um dos críticos mais temidos da literatura brasileira, mas que era na origem tão somente “o filho da velha Totônia”, escrava que o criou e a quem o menino se habituou a chamar de mãe e através de quem pela primeira e repetidas vezes ouviu os cantos e contos do Brasil (MENDONÇA, 1938).

Até chegar ao posto de figura mais polêmica e mais importante de nossa história literária (BEVILACQUA, 1905; NASCIMENTO, 1999), Silvio Romero peregrinou por alguns lugares. Na infância, em razão de uma epidemia que se abateu em Lagarto, precisou ser enviado para um Engenho da família. Essa época, segundo o próprio Romero, inculcou-lhe na formação o que denominou de nativismo ou também de brasileirismo, do qual, ainda segundo ele, jamais se separou:

Tudo que sinto do povo brasileiro, todo meu brasileirismo, todo meu nativismo, vem principalmente daí. Nunca mais pude arrancar d’alma, por mais que depois viesse a conhecer os defeitos de nossa gente, que são também meus defeitos (ROMERO, 1959, p.19).

⁶⁶ Correção nossa: Silvio Romero faleceu em 18 de julho de 1914.



Figura 02– Escrava Antônia, a velha Totônia, que ensinou ao menino Silvio não só os contos e cantos populares, mas também a rezar.

Fonte: GUIMARÃES, Artur. **Silvio Romero de perfil**. Porto: Tipografia A Vapor, 1915, p. 81.

Entre os doze e os dezesseis anos, o garoto de família abastada⁶⁷ foi estudar os preparatórios no Rio de Janeiro, no Atheneu Fluminense, e travou assim seu primeiro contato com a capital do Império, cidade onde posteriormente fixou residência até o fim da vida⁶⁸. Sua moradia seguinte foi a província natal, permanecendo alguns meses tomando o rumo da

⁶⁷ Abelardo Romero, na obra *Silvio Romero em família*, dá conta que André Romero, pai de Silvio, era conhecido pela grande quantidade de escravos que possuía. Segundo ele, o terreno nos fundos da malhada era chamado na cidade de “Angola do Velho André” (s/d, p. 16).

⁶⁸ É preciso dizer, contudo, que houve curtos períodos em que Romero permaneceu no interior de Minas Gerais e também do Rio de Janeiro.

capital pernambucana para ingressar na Faculdade de Direito do Recife, em 1868, tendo se tornado bacharel em 1873.

Naquela instituição, Silvio conheceu Tobias Barreto de Meneses⁶⁹ (1839-1889), o conterrâneo que se tornou a principal bandeira e pedra de tropeço em sua obra. Tachamos de pedra de tropeço, tendo em vista que o tom exaustivamente encomiástico de Romero em relação à obra de Barreto tornou-se, provavelmente, o ponto mais difícil de defender dentre as romerianas afirmativas sobre literatura e pensamento brasileiros. Tudo o que afiançou no demasiado tom que lhe era peculiar sobre Barreto e a Escola do Recife, movimento do qual este era considerado líder⁷⁰, terminou se configurando como o alvo em que os desafetos do crítico sergipano mais atiravam, justamente por saberem que ali se encontrava uma das fragilidades do autor de *Últimos Arpejos* (BROCA, 2004).

Nesse sentido, convém citar que a torrente laudatória de Romero em relação a Tobias aparece justamente nos espaços dedicados ao mulato de Sergipe⁷¹ e ao poeta baiano Castro Alves (1847-1871) na *História da Literatura Brasileira*. Silvio destinou duas páginas ao autor de *Espumas Flutuantes* e longas quinze páginas ao poeta sergipano de *Dias e Noites*. Houve também a advocacia em prol da superioridade de Tobias em relação a Machado de Assis para quem Romero guardou palavras duras e que buscavam a seu ver colocar o escritor fluminense na altura adequada⁷² (MONTELLO, 1998).

Depois de bacharel, retornou a Sergipe sendo nomeado promotor na cidade de Estância. Depois foi eleito deputado provincial, função que abandonou para regressar a Pernambuco em 1875.

⁶⁹ Tobias e Silvio sempre afirmaram terem se conhecido em Pernambuco, e não em Sergipe, entretanto, Barreto, em carta dirigida ao professor sergipano natural de Itabaiana, Francisco Antônio de *Carvalho Lima Júnior* (1856-1929), datada de 06 de agosto de 1880, afirma que quando morou em Lagarto em 1855 foi professor de Nilo Romero, irmão de Silvio. Embora o futuro autor de *Zeveirissimações* ainda fosse um menino a esse tempo, não deixa de ser interessante registrar um contato anterior entre Tobias e a família Romero, bem antes do tempo da Faculdade de Direito do Recife. A carta escrita em Escada, interior de Pernambuco, está publicada na obra *Depoimentos* (1978, p.13), volume composto em sua maior parte pelas correspondências de Tobias.

⁷⁰ Se por um lado Tobias Barreto era considerado o líder da Escola do Recife, por outro Silvio Romero era tido como o irradiador do movimento em âmbito nacional (FERREIRA, 1980, p. 41).

⁷¹ A expressão “mulato de Sergipe” foi utilizada por Tobias Barreto para se referir a si próprio e está registrada na obra *Depoimentos* (1978).

⁷² Segundo Romero, “desde o principio de sua carreira o habituaram às mesmas festas, não se permite que alguém ouse fazer-lhe a menor restrição” (ROMERO, 1936, p. 16). Todavia, em *Minhas Contradições*, em um raro momento não só dessa obra, mas também de toda a sua vida, o crítico faz ressalvas si mesmo dizendo que não seria tão severo como o tinha sido em 1897.

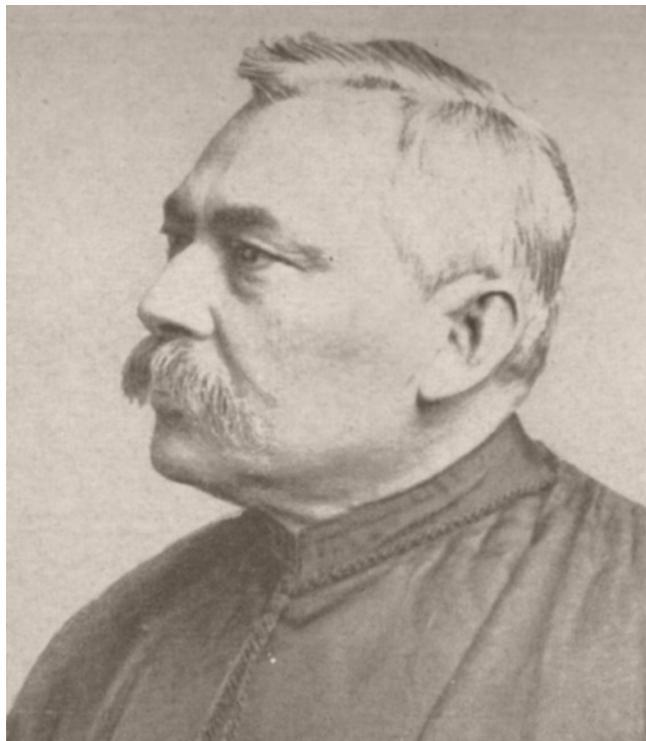


Figura 03: Silvío Romero em beca de professor.

Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. **Silvío Romero e sergipanidade**. Aracaju: Impressão Gráfica e Editora Ltda, 2001. p. 26

Nessa volta à cidade maurícia, o moço de 23 anos⁷³ protagonizou o evento que o empurrou de volta à Corte. Na defesa de sua tese de doutoramento, *Direito Marítimo. Razões justificativas do Artigo 482 do Código Comercial*, Silvío se desentendeu com a banca examinadora e declarou a metafísica morta. Embora extenso, por ser raro, transcrevemos o relato elaborado por Gláucio Veiga sobre o episódio. O autor tomou por base a ata da Congregação datada de 13 de março de 1875.

‘A Metafísica está morta’: a frase megabomba, detonada por Silvío Romero, no doutoramento, em 1875, segundo o próprio Silvío Romero, 30 anos depois, não teria passado de “um brado, uma boutade da dialética, que, para surtir efeito havia de ter feições de completa intransigência”.

No dia 12 de março o bel. Silvío Romero comparecia a Faculdade de Direito do Recife para defender a tese de doutoramento perante a Congregação.

Já na leitura da dissertação Silvío Romero revelava-se agitado, segundo o texto da ata da Congregação do dia 13 de março: “...durante a qual (leitura da dissertação) não soubemos o que mais admirássemos – se os modos bruscos, os gestos descorteses e o tom desrespeitoso do seu autor, se o

⁷³ O episódio ocorreu em 12 de março de 1875, então Silvío ainda tinha 23 anos.

dogmatismo do seu estilo; se o desprezo com que falava de todas as opiniões que não eram as suas; se as invectivas que por todos pretextos dirigia aos escritores, sobretudo, brasileiros e portugueses, ou finalmente se as acerbas alusões com que, em uma passagem se referia às Faculdades de Direito do Império”.

O quadro não se pode ter por exagerado, pois Silvio Romero jamais modificou seu temperamento.

O primeiro arguidor foi Belfort, refutando uma tese de Economia Política: “entre valor e trabalho há uma relação necessária”. Enquanto Belfort deduzia argumentos contestantes à tese, Silvio Romero começou a interrompê-lo com expressões como esta: “ouça-me, Sr. Doutor, não vá adiante; quero que cada argumento seu seja imediatamente destruído”.

Belfort ponderou: se o doutorando insistisse nas interrupções, ele não continuaria a arguir.

Nesta altura, Paula Baptista que presidia o ato, interveio e restabeleceu a ordem.

A seguir, iniciou-se a arguição do Dr. Antonio Coelho Rodrigues que opôs à objeção à segunda tese de Direito Eclesiástico. Respondeu Silvio à objeção, todavia não aceita a resposta pelo arguente, observando “que sua objeção ficara intacta e o doutorando tentou provar o contrário” (...)

Nesta altura, Coelho Rodrigues formula o seguinte quesito: “Qual a ação que garante esse direito real no seu entender?” Ao que replicou Silvio Romero: “Isto não é argumento”.

Repergunta o arguente: “Por quê?” Replica o doutorando: “não se pode conhecer a causa pelo efeito”.

Treplica o professor arguente: “pois admira-me que tendo-se mostrado o Senhor tão contrário ao método metafísico na epígrafe de suas teses (a qual repetiu traduzindo do inglês que estava escrito) recuse-me agora um argumento *a posteriori*.”

Retorna Silvio: “nisto não há metafísica, Sr. Doutor”. Devolve Coelho Rodrigues: “há lógica, que não exclui a metafísica”.

“A Metafísica não existe mais, Senhor Doutor; se não sabia, saiba”, bradou Silvio Romero.

“Não, não sabia”, confirma o arguente. “Pois então vá estudar e aprender que a Metafísica está morta”, insiste o doutorando. E Coelho Rodrigues ironicamente indaga: “Quem a matou? Foi o Senhor?”

Arrebata e arremata Silvio Romero: “foi o progresso, foi a civilização”.

E, segundo o texto da ata da Congregação “ato contínuo, ergue-se, toma um dos livros que estava sobre a mesa e diz: “não estou para aturar esta corja de ignorantes que não sabem nada” e “retira-se vociferando por esta sala afora, donde não podemos mais ouvi-lo. Tudo isso foi presenciado por numeroso auditório”. (VEIGA, 1997, pp. 157-158)

Definitivamente depois desse episódio, Recife se tornou pequeno para Silvio Romero. Processado pelo crime de injúria⁷⁴ em decorrência do embate com a banca, o moço sergipano viu as portas fechadas, o que o levou a seguir mais uma vez para o Rio de Janeiro, especificamente para Parati, onde foi juiz municipal do termo⁷⁵ (SILVA, 1955).

⁷⁴ A ação não chegou a termo, segundo Sylvio Rabello (1967).

⁷⁵ Tratando especificamente sobre o tempo de Silvio Romero em Parati, o único texto conhecido é “Silvio Romero, juiz”, de José Alberto da Silva. Uma edição que o autor paratiense custeou do próprio bolso e na qual, em tom que muitas vezes se aproxima da poesia, retrata os quase dois anos de Romero naquela cidade. Nesse

Instalado na capital do Império, a partir de 1879, manteve o hábito de regularmente colaborar na Imprensa, o que cultivava desde os tempos de estudante no Recife. Mas, no jornal *O Repórter*, sob o pseudônimo de Feuerbach atacou as principais figuras do parlamento, tais como José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Visconde de Rio Branco, Sinimbu, entre outros⁷⁶ (RABELLO, 1967).

Essas foram apenas as primeiras polêmicas. Entre Romero e romarias nesse combate das Letras, o escritor lagartense ousou posicionar-se diferente e discordou de quase todos de seu tempo, em especial daqueles que não louvavam a figura de Tobias Barreto. Entrou de peito aberto em disputas verborrágicas com os sergipanos Felisbello⁷⁷ e Laudelino Freire⁷⁸, com o paraense José Veríssimo (1857-1916), a quem definia como tucano empalhado na obra *Zéverissimações ineptas da crítica: repulsas e desabaços*⁷⁹ e ainda para quem fez irônica dedicatória em um opúsculo que trazia o ácido discurso que fez na recepção de Euclides da Cunha⁸⁰ na Academia Brasileira de Letras⁸¹; com o intelectual português Teófilo Braga (1843-1924), tendo acusações das mais diversas como as de plágio e traição⁸²; com Machado de Assis que preferiu o silêncio em lugar do confronto⁸³; com o conterrâneo Manoel Bomfim (1868-1932), que ao publicar *América Latina* foi questionado por Romero em obra homônima⁸⁴; e ainda com o conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira (1834-1917), que sob o pseudônimo Labieno entrou em própria defesa (como desforra pelas críticas desferidas por Romero em *Ensaio de Crítica Parlamentar*) e também em defesa de Machado de Assis⁸⁵.

texto, Silva chama a atenção para o fato de que naquele lugarejo litorâneo estava sendo redigida a *História da Literatura Brasileira*, que lá também recolheu diversos contos e quadras populares, mas traz, igualmente, trechos de despachos do juiz Romero, tornando neste ponto seu livro mais importante.

⁷⁶ Os textos de *O Repórter* saíram em livro sob o nome de *Ensaio de Crítica Parlamentar* (1883).

⁷⁷ No caso de Silvio Romero, alguns desentendimentos que geravam as públicas polêmicas tinham sido antigas amizades, como as de José Veríssimo e Teófilo Braga. Quanto aos irmãos Freire, isso também ocorrera: Silvio chegou a apoiar Felisbello para a presidência de Sergipe (ROMERO, s/d, p. 37).

⁷⁸ Denominado em *Minhas Contradições* (1914) de Lomelino Freitas.

⁷⁹ Dois artigos em defesa de José Veríssimo assinados por A. Bandeira de Melo foram publicados no *Jornal Pequeno* em Recife, em dezembro de 1910 e janeiro de 1911. O autor que se escondia sob esse pseudônimo era Assis Chateaubriand (BROCA, 2004, p. 270).

⁸⁰ Esse discurso também foi publicado em *Provocações e Debates* (1910).

⁸¹ Esse opúsculo apareceu em edição portuguesa com uma dedicatória duríssima que não apareceu em edições posteriores. ROMERO, Silvio. **Discurso pronunciado aos 18 de dezembro de 1906, por ocasião da recepção do Dr. Euclides da Cunha**. Porto: Commercio do Porto, 1907.

⁸² Dessa briga nasceram as obras *Uma esperteza! Os cantos e contos populares do Brasil e o Sr. Theophilo Braga* (1887) e *Passe Recibo* (1904).

⁸³ VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil - 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁸⁴ Fruto dessa polêmica: *A América Latina. Análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*. Porto: Chardron, 1906.

⁸⁵ O ataque de Rodrigues Pereira foi publicado sob o nome de *Vindiciae – O Sr. Sylvio Romero critico e philosopho*. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1898.

Citamos apenas algumas das disputas mais proeminentes, tendo em vista que não foram poucos os desafetos que Romero colecionou ao longo de seus anos de atuação política, intelectual e de magistério.

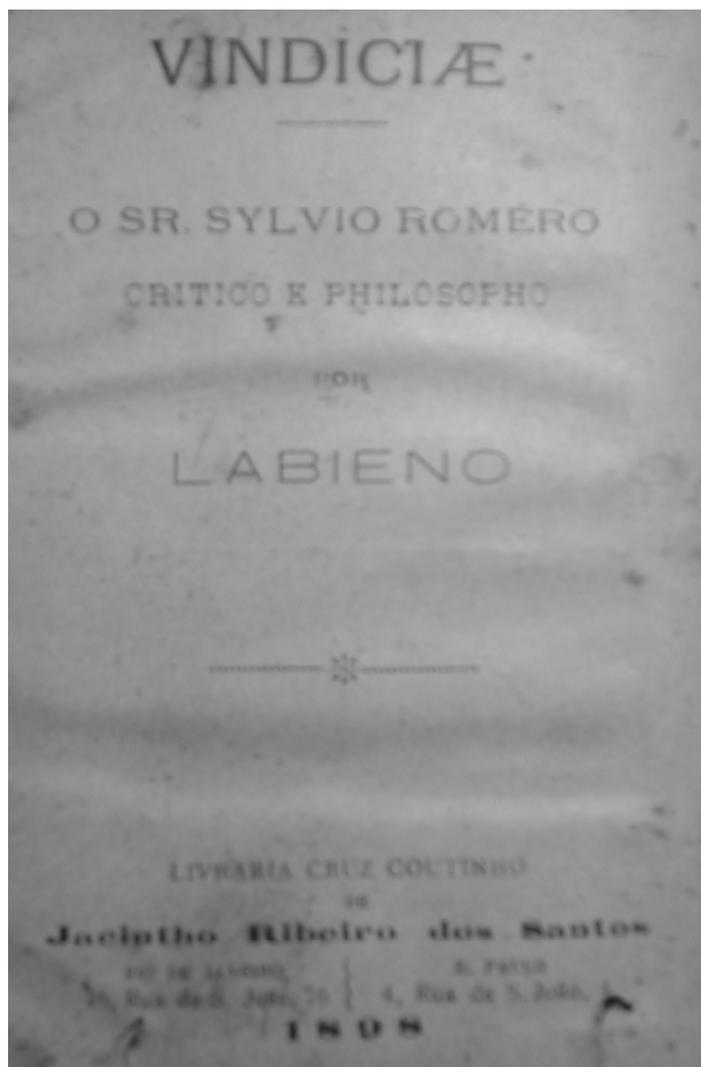


Figura 04: Frontispício de *Vindiciae*, do Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, sob o pseudônimo de Labieno (1898). Fotografia: Wagner G. Lemos.

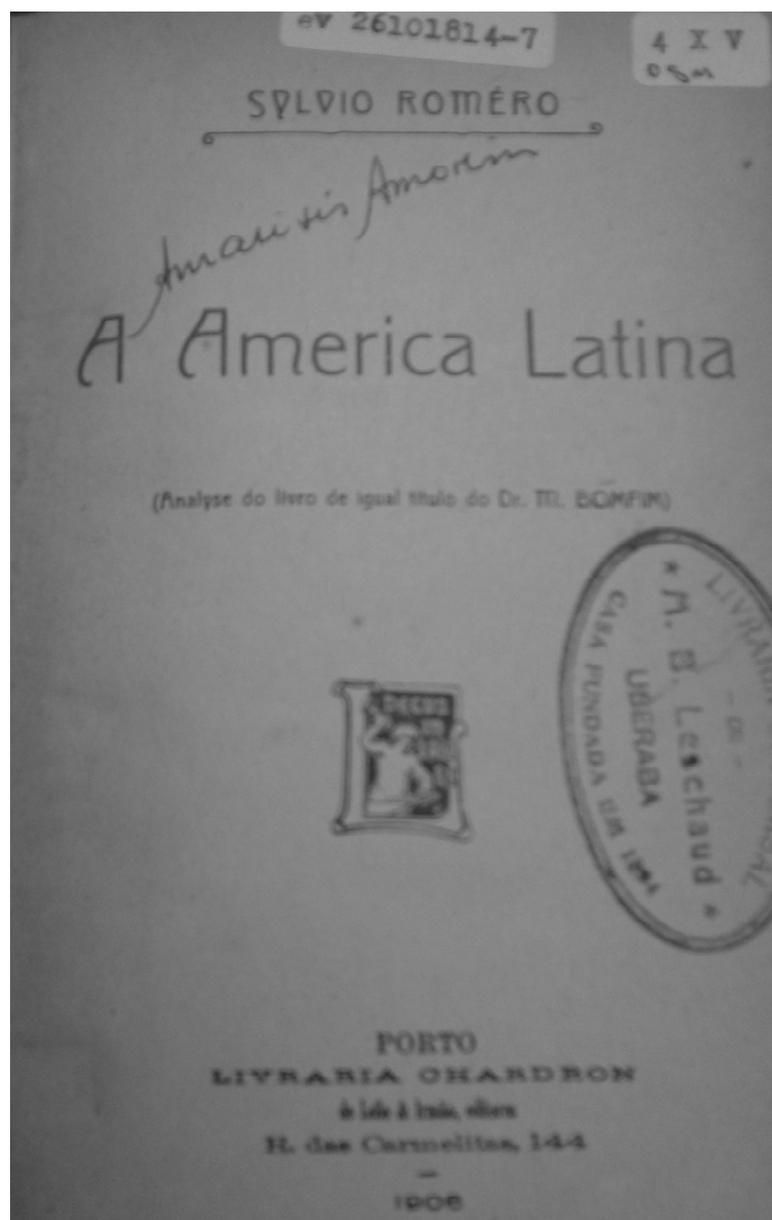


Figura 05: O polêmico livro de Romero em contraponto à obra de Manuel Bomfim.

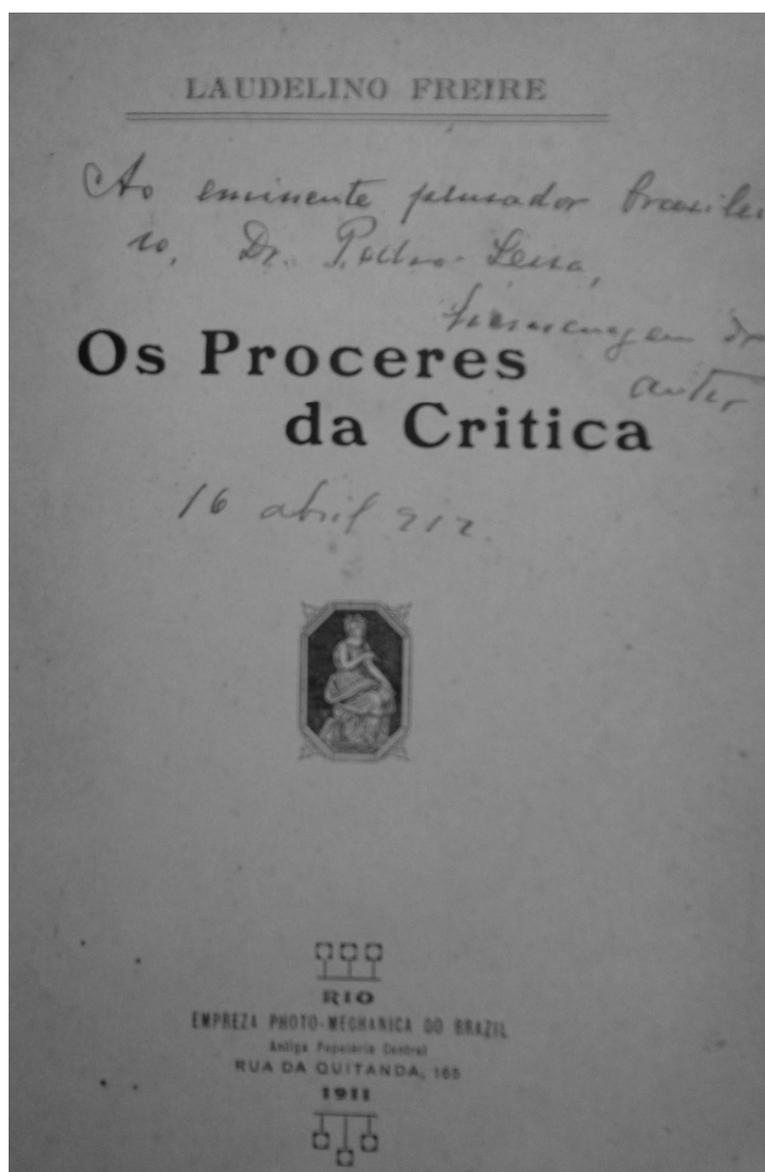


Figura 06: Frontispício autografado da obra *Os Próceres da Crítica*, editada em 1911, de Laudelino Freire. Fotografia: Wagner G. Lemos.

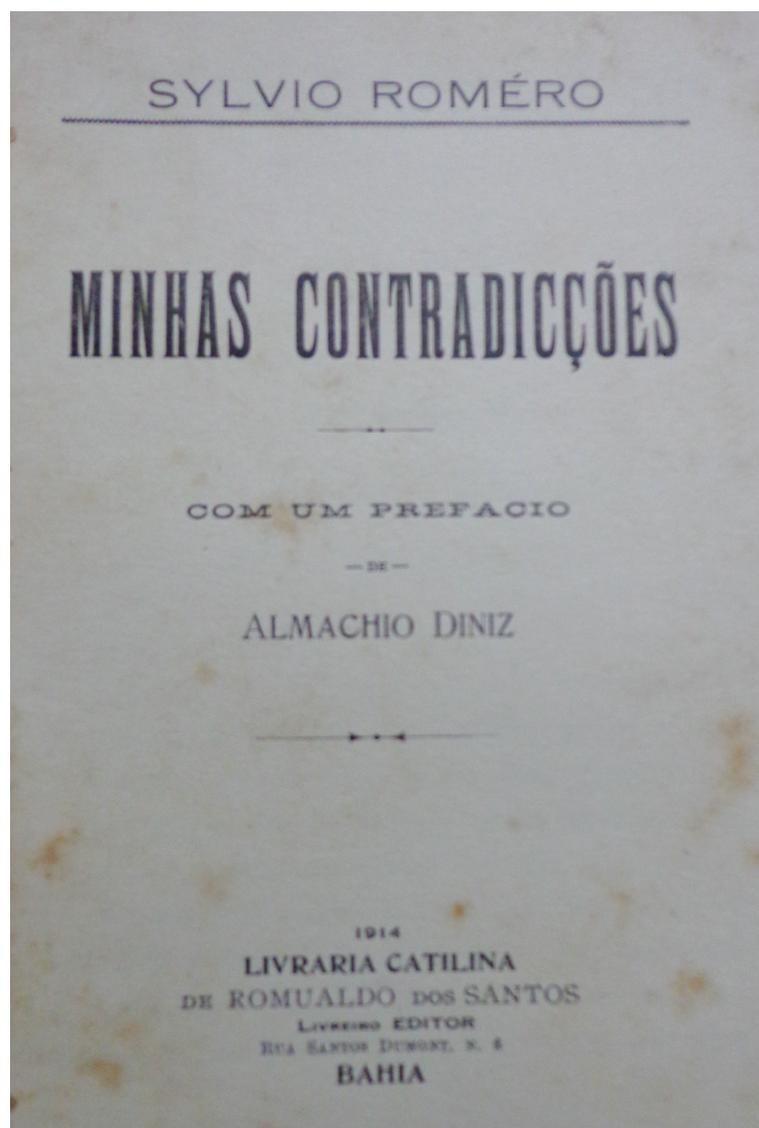


Figura 07: Frontispício de *Minhas Contradições*, de Sylvio Romero (1914). Fotografia: Wagner G. Lemos.

Em 1880, em concurso que contou com a presença do Imperador, Romero ingressou no magistério do Colégio de Pedro II, com a tese *Interpretação filosófica dos fatos históricos*, para reger a cadeira de Filosofia e, a partir da cátedra de professor do colégio imperial, o sergipano obtém mais notoriedade no cenário da Corte. Tendo a partir dessa nova fase de sua vida a produção bibliográfica aumentado consideravelmente, exceto por uma pausa ocorrida em 1897⁸⁶, em decorrência de uma arteriosclerose que o atacou e forçou a interromper o fluxo da escrita⁸⁷. Um dos pontos que justificam essa enxurrada de publicações é a condição de Romero ser do magistério imperial (SOUZA, 2006).

Não deixa de ser curioso lembrar que Romero optou por um caminho incomum, deixou a condição de juiz para abraçar-se à sala de aula. Seu traçado de vida foi da magistratura ao magistério e, não o inverso, como seria de se esperar.

Em junho de 1882, Romero lançou o primeiro esboço da sua *História* com a obra *Introdução à História da Literatura Brasileira* e nela anunciou *Cantos Populares do Brazil* e *Contos Populares do Brazil*⁸⁸, como obras prontas porém inéditas, além de ter ressaltado na ênfase de seu nacionalismo de segunda metade do XIX que, naquela edição, era sua vontade destacar “consciência e bons desejos de servir a pátria” (1882, p. VI).

Já a partir daquele momento, Silvio se punha na condição de discípulo fiel de Clio e arvorava para si o papel de intérprete⁸⁹, servo e narrador do Brasil. No entanto, o país de Romero era bem distinto das selvas e dos sertões alencarianos ou das palmeiras de Gonçalves Dias.

Sua visão do Brasil foi revelada naquela mesma década, dias depois da Abolição da escravatura, na *História da Literatura Brasileira*. Tal obra o tornou cânone das Letras nacionais, como bem destacou Alfredo Bosi (2005), ao justificar as diretrizes que o nortearam para elencar as principais produções para linha do tempo exposta no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo:

O que se explicitou foi a história da Língua Portuguesa. O que ficou implícito foi a inclusão de obras de autores brasileiros de nascimento ou adoção, que em 2005 já nos deixaram, mas permanecem vivos na vida de suas obras, na leitura que delas fazemos e na memória que merecem como artistas da língua portuguesa no Brasil. O elenco não pôde, por óbvias razões

⁸⁶ Mesmo ano em que participou da fundação da Academia Brasileira de Letras.

⁸⁷ Muitas tragédias cercaram a vida pessoal de Silvio Romero; podemos citar a morte de duas de suas três esposas, a morte de uma filha (Silvio teve farta prole de 19 filhos), além da esquizofrenia de André, seu filho mais velho, o qual teve que ser internado no Hospício Nacional.

⁸⁸ Foram publicadas respectivamente em 1883 e 1884.

⁸⁹ (SANTOS, 2006)

de espaço, ser exaustivo, mas procurou ser representativo da variedade e da força de nossa cultura letrada.

Não se incluíram, portanto, autores ainda vivos, nesta data, embora, pela relevância indiscutível da sua obra, alguns poetas e narradores que vêm escrevendo desde o último quartel do século 20 já pertençam à história da língua literária portuguesa no Brasil.

Não se incluíram, tampouco, críticos literários do passado e do presente, mesmo quando se notabilizaram pela profundidade dos conceitos e excelência da sua prosa, como Araripe Jr., Nestor Vitor, João Ribeiro, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), Augusto Meyer, Álvaro Lins, Otto Maria Carpeaux e Antonio Candido; pois o elenco precisou ajustar-se aos limites da linha do tempo, que se rege, por sua vez, pela arquitetura mesma do Museu da Língua Portuguesa. Daí, a necessidade de escolher, prioritariamente, ficcionistas e poetas, forjadores por excelência da língua literária.

A exceção, aberta para Sílvio Romero e José Veríssimo, justifica-se pelo caráter de verdadeiras balizas de nossa memória cultural que têm as suas histórias de nossa literatura até o começo do século 20.

(BOSI, 2005)

Os anos seguintes foram preenchidos pela política de Sergipe, na qual começou a interferir inicialmente à distância e depois de modo presencial, assim como se envolveu na política de âmbito nacional. Foi, em 1890, fundador do Partido Nacional, com o qual, em seguida, rompeu por ter seu nome descartado como candidato ao Senado. Em 1894, em Sergipe, participou da deposição do governador José de Calasans. Entremendo política e escrita, não só encontrou tempo de lançar obras próprias, mas também se dedicou à publicação de algumas do já falecido amigo Tobias Barreto (1889).

Anos depois de proclamada a República, foi deputado federal⁹⁰ por Sergipe, mais exatamente entre 1900 e 1902. Não conseguiu reeleição e tentou, posteriormente, uma cadeira no Legislativo pelo Distrito Federal, mas também sem sucesso.

Em 1910, jubilou-se do magistério do Ginásio Nacional, nome do Colégio de Pedro II nos tempos iniciais da República, indo no ano de 1911 residir em Juiz de Fora, Minas Gerais, regressando ao Rio de Janeiro no ano seguinte para morar em Niterói. E 1913, já bastante enfermo, recusou o convite que lhe foi feito para inaugurar uma cadeira de Etnografia na Faculdade de Letras de Paris e se afastou das aulas que ministrava na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Por fim, aos 63 anos, na casa de um dos filhos, Sílvio Romero encontrou a morte, em um fim de tarde em 18 de julho de 1914 (GUIMARÃES, 1932).

Esta breve trajetória que traçamos acerca do crítico sergipano corrobora que há muito a esmiuçar na obra de Sílvio Romero. Foram tantas as suas produções, foram diversos os

⁹⁰ No exercício do mandato, Sílvio Romero denunciou o perigo das colônias alemãs no sul do Brasil. (VIANNA, 1999, p. 80).

lugares em que passou ou para onde enviou missivas, tanto o que polemizou, que há um imenso mar a ser desbravado e um enorme cabedal de informações a receber luzes para estudos que deem conta do amplo e sonoro Romero. Exemplo desse campo formidável a ser examinado é o que afirmou Almeida, o capitão de vassoura⁹¹ da Livraria Francisco Alves:

A título de curiosidade, a Academia Brasileira de Letras possui três inéditos de Silvio Romero, doados pela Livraria Francisco Alves, em 12 de dezembro de 1974, a saber:

- CASTRO ALVES – Estudo datilografado, com emendas manuscritas.
- CASIMIRO DE ABREU – Estudo datilografado, com emendas manuscritas.
- EUCLIDES DA CUNHA – Original manuscrito, datado de 3 de julho de 1913, que serviria de prefácio para *OS SERTÕES* – 5ª edição, publicado pela Livraria Alves, em 1914.

Nunca chegou a ser impresso em virtude de Euclides da Cunha sempre ter manifestado vontade de aparecer só. Manuscrito, aliás, de não fácil leitura. Tudo contribui para um teste de paciência. Cursivo em letras exageradamente grandes⁹², porém pouco legíveis e num desalinho total de fazer o leitor perder o ânimo de prosseguir.

(ALMEIDA, 2004, p. 50).

Jackson da Silva Lima⁹³ (1999), ao tratar da quase inexplorada Biblioteca de Silvio Romero, hoje integrante do acervo da Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória, na capital sergipana, declarou que as anotações sucintas ou mais extensas que o escritor lançou nos exemplares de sua propriedade ainda esperam por uma pesquisa mais acurada. Ainda sobre essa necessidade de se pesquisar “o turbulento e fecundo Silvio Romero”, mais recentemente, Antonio Dimas (2009) afirmou que muito nos aguarda na obra do crítico sergipano⁹⁴.

⁹¹ A expressão capitão de vassoura é usada pelo próprio Almeida para se denominar, em uma referência à sua condição inicial de faxineiro e depois de sócio da editora Francisco Alves.

⁹² A fim de enriquecer o presente trabalho, colocamos como anexos V e VI fotografias do exemplar autografado *Da crítica e sua exacta definição* (1909) de nossa propriedade. Nessas imagens é possível constatar a caligrafia tal como é descrita por Almeida na dedicatória que Romero fez ao amigo e ex-aluno Medeiros e Albuquerque.

⁹³ A cultura brasileira muito deve a Jackson da Silva Lima por seu trabalho inestimável de pesquisa, em especial em temáticas voltadas a Sergipe. Lima foi o responsável pela reorganização e reativação do acervo pessoal de Silvio Romero e este trabalho é apenas um dos menores em sua fecunda produção que ainda se mantém bastante ativa. Não poderíamos deixar de registrar a suma importância dele como intelectual para este trabalho, não só pela inspiração como símbolo do infatigável pesquisador, mas principalmente por sua generosa amizade.

⁹⁴ Uma das provas que a pesquisa sobre Silvio Romero ainda reserva muito a descobrir são os anexos IX e X, constituídos de duas fotografias de uma medalha comemorativa ao centenário de nascimento do escritor. Não encontramos referências a quem teria feito o objeto ou mesmo a existência de um igual. A peça pertence ao acervo pessoal do autor deste trabalho e foi adquirida em um antiquário por valor módico.

2. No rio da memória, historiar é preciso

A princesa Anna Comnena descreveu a história como 'um baluarte' contra a 'corrente do tempo' que tudo transporta para as 'profundezas do esquecimento'.

Peter Burke

Por disposição natural de espírito, atirei-me à crítica literária, cuja renovação em nosso país, digo-o sem medo de contestação, nasceu de meus primeiros escritos, publicados em 1870.

Silvio Romero

A publicação de *História da Literatura Brasileira*, de Silvio Romero, em 1888, era a consolidação de uma trajetória intelectual construída nos anos que antecederam aquele lançamento da Garnier. O texto publicado sob fogos da abolição da escravatura era o resultado de escritos que foram alinhavados desde 1878 (MOREIRA, 2011). Nele temos enfeixada a essência do pensamento romeriano na perspectiva do que marcou a produção desse polígrafo de Lagarto, a repetição (CANDIDO, 1988).

Não é penoso nem inócuo ressaltar que devemos considerar a obra e o homem dentro de um certo espaço-tempo em que as ideias eram bem distintas do que há em nossa época. Sobre a HLB, adverte-nos Antonio Candido:

É preciso lê-la com o desconto de suas irregularidades, como as demasias, altos e baixos, digressões soltas, juízos sentimentais, pirraças, para sentirmos o quanto possui no fim das contas de monumental. (CANDIDO, 2001, p. 20)

No tempo dessa obra grassavam teorias científicas através das quais se pretendia enlaçar a compreensão de mundo às Ciências Naturais. Nesse ensejo, conceitos estavam sendo questionados e, muitas vezes, em decorrência disso, reposicionados.

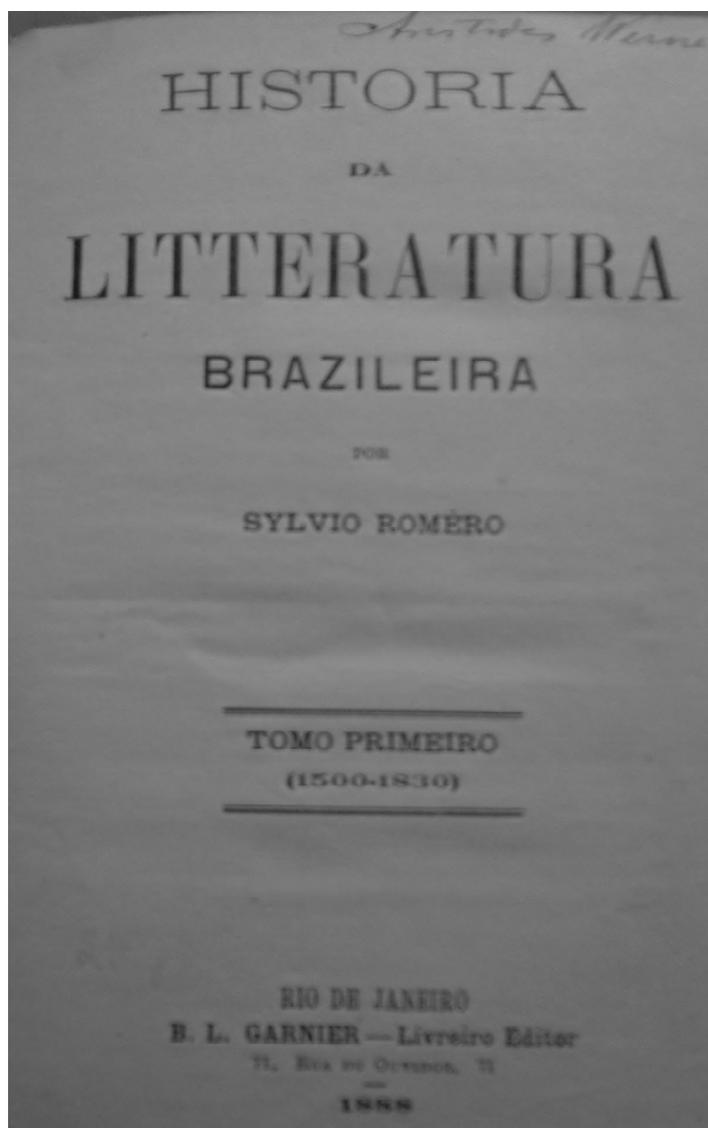


Figura 08: Frontispício da 1ª edição de *História da Literatura Brasileira* (1888). Fotografia: Wagner G. Lemos

Nesse olhar é que assimilamos a presença de Romero como contributiva nesse cenário de realocações de ideais e conceitos no espaço intelectual brasileiro. Um período que ele próprio definiu como bando de ideias novas (NASCIMENTO, 1999) e para o qual cooperou no seu modo de fazer crítica literária, engajado para uma nova visão dos fatos.

Para esse fim, contribuiu de modo significativo a *História*, que é considerada um divisor de águas em nossa historiografia literária, “por estabelecer a primeira periodização da literatura brasileira” (OLIVEIRA, 1999, p. 134) e também por ser a primeira obra que, segundo Coutinho (s/d, p. 29), colocou a história literária “em bases científicas com preocupação conceitual e metodológica”. Sobre a obra ainda afirma Candido (1978):

É a sua obra principal, onde pôs o essencial do que desejava dizer sobre a cultura e a sociedade do seu país. Ela representa, do ponto de vista teórico, um amadurecimento, porque Silvio aparece aqui como um naturalista mitigado, atenuando ao máximo o papel do meio físico na configuração da sociedade, compreendendo o cunho mediato do fator biológico a trazendo para a primeira plana os fatores sociais e psíquicos. (CANDIDO, 1978, p. XV)

Dessa maneira, sob nossa ótica, a presença de Silvio Romero na história da literatura brasileira representa, uma mudança de eixos, que, com as devidas proporções, é comparável às ocorridas na Idade Moderna citadas no primeiro capítulo deste trabalho. Entendemos sobre Romero que seu novo olhar nos ampliou a perspectiva como o fez o telescópio de Galileu; sua insistência em seguir um caminho diverso do que antes se percorria, por sua vez, descortinou-nos realidades novas como a América de Cristóvão Colombo; e, por fim, seu combate no terreno da palavra e sua persistência em ter a liberdade de divergir abriram-nos a possibilidade do acreditar diferente, tal como Lutero em sua Reforma.

O escritor de língua ferina sempre esteve em oposição ao que a maioria pregava. Isso é traço de sua biografia (CANDIDO, 1978). Sobre essa condição de divergente, é expressivo assinalar um fato sobre um dos monumentos que lhe prestam homenagem na terra natal. A estátua que lhe foi erguida em comemoração ao centenário de nascimento (1951) no centro da capital sergipana está posicionada ao inverso do que reza a tradição, isto é, de costas para o nascente. O deslize e o acaso, ao que parece, foram providenciais em sintetizar a controversa e polêmica personalidade do homenageado.

Silvio Romero herdou, em sua formação intelectual construída durante o Segundo Reinado, uma ideia moderna de Língua e Literatura como espelhos de uma nação. Ainda que tenha se afastado de aspectos da tendência romântica, a qual acreditava em inspiração e dons, como formas místicas de criação, fechada aos aspectos sociais, devemos destacar que em um ponto Romero e Romantismo se aproximam: o viés de que as Letras são símbolo da pátria, em outros ganham muita distância, como na ideia de Romero de que o Romantismo era um ocultamento da realidade (VAINFAS, 2008).

No caso romeriano, em *História da Literatura Brasileira*, contudo, a Literatura englobava toda a criação do espírito, enquanto na publicação homônima a sua de seu desafeto José Veríssimo havia a necessidade de um critério mais estético, mais selecionado em prosadores e poetas.

Com a peleja entre Silvio Romero e José Veríssimo ganhamos todos nós, porque à horizontalidade do sergipano se opõe a verticalidade do paraense; à

amplitude de Romero se segue a continência de Veríssimo; à disseminação barroca do primeiro reage o recolhimento afunilado do segundo. Em resumo: Silvio Romero pescava de tarrafa; José Veríssimo com anzol de linha fina (DIMAS, 2009, p. 84).

Em seu pensamento, a história e a crítica literárias são parte de uma narrativa imprescindível da nacionalidade; todavia ele compreendia que isso deveria ser moldado a partir de critérios científicos, em que superabundavam os aspectos históricos e sociais demarcando que literatura tem base no mundo real, nos costumes, nos dramas históricos e cultura de nosso povo (SCHERER & ALMEIDA, 2009, p. 18).

Entretanto, devemos fazer a ressalva de que nos colôfões do texto, há muita carga passional. Não havemos de ser inocentes em acreditar na imparcialidade, ainda mais quando se trata de uma figura como Silvio Romero cuja personalidade forte é marca em qualquer perfil biográfico que lhe fazem. Nesse aspecto, registramos um pedido pessoal de Tobias Barreto a fim de fixar alguns de seus méritos na obra de Romero. Em carta enviada com data de 03 de setembro de 1887, transcrita na obra *Depoimentos* (1978), Barreto solicitou:

Quando sua *História* tratar de mim, peço-lhe com toda objetividade trate de fazer patente, por meio de datas que fui eu quem primeiro abriu a esta gente a nova intuição do direito. Acentue bem isto. É hoje para mim uma questão capital. (BARRETO, 1978, p. 25)

Certamente a opinião de Tobias pesava bastante, pois como atesta outra carta de Barreto a Romero, o professor da Faculdade de Direito do Recife recebia cópias da *História* a fim de que pudesse emitir seu julgamento. Ainda que o lagartense não alterasse aspectos da obra, não deixa de ser significativo o que lemos na missiva transcrita em *Depoimentos*. Há um Tobias com um tom mais severo utilizando termos que lembram a rispidez do lagartense, com uma ressalva: o que Tobias faz em carta na privacidade, Romero o fazia em público:

Recife, 6 de abril de 1888.

Amigo Sr. Silvio:

Recebi sua última carta, e logo depois as páginas da sua - História.

Pondo de parte o que me diz respeito, devo declarar-lhe que achei o seu trabalho muito bom, exceto num ponto, - permita-me a franqueza. Foi no ponto em que o Sr., a meu ver, deturpou a sua - História - falando de gente, que nada vale.

Realmente, a que propósito falar de Aníbal Falcão, um verdadeiro bobo, positivista ortodoxo, bacharel taquígrafo, e taquígrafo medíocre? Isto é gente que deva ocupar lugar numa história séria? Não decerto. - A que propósito fazer menção de um tal Álvares da Costa, que ninguém conhece, moço idiota, que nunca produziu coisa alguma que prestasse. É verdade que esse

moço fez-lhe uns elogios, mas eu creio que o Sr. não precisa criar adeptos, sacrificando a verdade e a justiça.

Olhe lá: - o Clovis⁹⁵, em 1882, escreveu uns artigos a meu respeito, cheios de elogios extraordinários. Quer saber qual é o meu juízo sobre ele? – É o seguinte: não passa de um felicíssimo desfrutável, e o mais pretensioso da nova geração. A reputação intelectual desse moço foi uma parcela antecipada do patrimônio Freitas. Não se iluda; Clovis não vale nada. Alguma coisa melhor, que escreve, é plagiada.

E que direi agora do ilustrado jurista José Higino, bem como do João Vieira? Ai! pelo amor de Deus, não faça tais concessões. Onde foi que José Higino se mostrou pesquisador da história pátria? Zé Zinga é um bobo, Sr.Silvio; João Badalo ainda mais. Desculpe a franqueza de amigo. Não mude de rumo; seja cruel com esta gente, que anda vale.

Do amigo velho, Tobias
(BARRETO, 1978, p. 28-29)

Contudo, o que realmente chama a atenção é que, influenciado ou não por motivos de outra ordem, Romero trouxe à tona a figura do escritor combativo, incumbindo-se de na HLB fazer um país de suas páginas (SCHNEIDER, 2005, p.15) e foi, nessa obra, um autor imbuído de um conceito de cultura que desejava abarcar todas as manifestações da criação espiritual, desde a ciência chegando à música (CANDIDO, 1988). Havia a missão a que se propôs a intelectualidade do século XIX: ser responsável pela produção de um imaginário nacional, uma meta “na qual Silvio Romero se engajou de forma contundente” (SCHERER & ALMEIDA, 2009, p. 16). Segundo o próprio Romero: “todo homem que empunha uma pena no Brasil, deve ter uma opinião assentada sobre tais assuntos, se ele não quer faltar aos seus deveres” (ROMERO, 1888, pp. XIII-XIV).

3. Espelhos de Nação

Propusemo-nos a verificar na obra maior de Romero alguns traços que a aproximassem dos elementos que, segundo Hall e Hobsbawm, delinearam os Estados Modernos. Os cinco elementos principais segundo Hall (2006) são, como já citados no primeiro capítulo: a ênfase nas origens; a tradição inventada; o mito fundacional; a narrativa da nação e o folclore.

Podemos elencar que dentre os elementos que constituíam os Estados Modernos, Romero apresenta uma singular apropriação. A ênfase nas origens, a tradição inventada e o

⁹⁵ Apuramos que se trata de Clóvis Bevilacqua.

mito fundacional são unificados sob uma mesma égide que se baseia em uma leitura das Ciências Naturais, tendo na mestiçagem a ideia de formação diferenciada que particulariza a nação brasileira.

Na visão do escritor sergipano, o mestiço, como resultado de cinco fatores (o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira) era, portanto, o brasileiro genuíno. Nessa condição de legitimidade, teria um papel essencial na ex-colônia portuguesa: o designador do futuro da nação. Toda essa importância advinda do fato de ele, o mestiço, ser um produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil e também deveria ser uma expressão de uma literatura pátria.

Ainda segundo Romero, o mestiço era um “congraçamento de raças” (ROMERO, 1888, p. 132) que não mais mantinha afinidade com o elemento português. Desse modo, o mestiço era mais do que o símbolo, era o motor da diferenciação entre o Brasil e a antiga metrópole. Segundo ele: “temos elementos que Portugal não possui: um país vasto e rico, de um clima mais variado do que o do reino, uma população mais abundante e composta de raças que lá não existem” (ROMERO, 1888, p. 104). Aspectos favoráveis ao país americano ao ponto de lhe possibilitar o desenvolvimento de uma literatura autônoma e superior.

Sendo a mestiçagem o elemento que nos formava como nação na visão de Silvio Romero, ele reestruturou-nos em bases imemoriais em liames que se perdem *ad infinitum* em fatores herdados das diferentes etnias.

No contexto dessa obra, as concepções de nação, nacionalismo e identidade nacional estavam pautadas em discursos étnico-linguísticos sob a intenção de justificar a formação de Estados nacionais tardios (1870-1914). Segundo o historiador Eric Hobsbawm:

Não era mais necessária uma argumentação com vistas à ancestralidade para a formação de uma nação, de agora em diante qualquer número de pessoas poderiam reivindicar os direitos de autodeterminação e formação de um Estado. Como consequência da formação dessas nações “não-históricas”, a etnia e a língua tornaram-se aspectos centrais e decisivos para a justificação da nação em potencial. E, especificamente para Estados já formados, a ampliação dos direitos políticos impunha a necessidade premente de invenção de uma nação que superasse os elementos desagregadores e fortalecesse a identidade nacional. (HOBBSAWM, 2002, p. 126)

Assim a nação de Romero trilhava pelos caminhos que o século XX denominou de carga genética⁹⁶. A mistura dos elementos físicos e dos fatores herdados eram indispensáveis

⁹⁶ Genética é um conceito posterior ao contexto romeriano da *HLB*, evidentemente, não o utilizamos sob pena de incorrerem em anacronismo.

para o Brasil projetado por Romero. A esses fatores o autor dedicou os seis primeiros capítulos do primeiro livro do tomo I da *HLB*.

Há em Romero uma supressão das ideias de mito fundacional, ênfase nas origens e tradição inventada. Em seu lugar, teremos na força da mestiçagem os liames imemoriais que formam o povo, isto é, nas ciências biológicas determinaremos as origens e as características de uma nação.

Não mais buscaremos em épocas distantes um Ulisses que justifique as habilidades náuticas e de acréscimo o sucesso das Grandes Navegações de um povo ou precisaremos de Sebastianismos ou coisas afins para nacionalizar o mito cristão e fazermos erguer à altura de povo escolhido. Em lugar desses mitos, a visão romeriana é de que a mestiçagem, associada a fatores mesológicos, justificará todas as características do povo. Dessa sorte, imagináramos nossa comunidade através do elo comum da bagagem biológica que nos faz vinculados de uma forma ou de outra, pois todo brasileiro é um mestiço, senão no sangue, mas nas ideias (ROMERO, 1888).

Dessa maneira, ainda se mantém a ideia de infinitude, porém explicada à luz de uma teoria de cunho biológico que nos remete a características de tempos imemoriais, as quais, acomodadas sob determinadas condições, garantem-nos aspectos diferenciais. É assim, que segundo Romero, que teremos um conjunto de elementos que somente serão encontráveis no Brasil, graças às suas peculiaridades de mestiçagem, ambiente e história.

A narrativa literária não poderia prescindir de uma compreensão social e possuía uma função maior; segundo ele, era preciso ensinar “certos conhecimentos elementares de literatura indispensáveis ao estudo das ciências superiores” (ROMERO, 1889, pp. 13-14). Verificamos nisso seu intento de proclamar às novas gerações o inculcar dessas ideias a fim de que o Brasil pudesse ser “a terra do cosmopolitismo do futuro, onde encontrarão guarida os deserdados de todos os povos” (ROMERO, 1890, p. 16).

Reforçamos que as pretensões de Silvio Romero de que a *HLB* viesse a ser utilizada para o ensino das novas gerações são patentes, não só pelo tom professoral que marcava toda a produção de Romero, – muitas vezes temos a impressão de que o autor assume sua cátedra de professor e nos põe sentados a ouvi-lo, tal como tentou fazer sua banca examinadora na Faculdade de Direito do Recife, em 1875 –, mas também pelos direcionamentos de ordem prática que deu para sua obra.

Desse ponto de vista prático, vemos a *HLB* sendo adotada como livro didático no Colégio de Pedro II, em 1892 assim permanecendo até 1898, sob o benefício da lei que garantia aos docentes daquela casa a primazia de terem seus livros adotados pelo colégio

modelo, mesmo que as obras fossem de matéria diversa da que lecionavam. Caso que se aplica aos professores Silvio Romero e João Ribeiro, a essa época altamente reconhecidos no País (BROCA, 2004), membros da Academia Brasileira de Letras e que tiveram alguns de seus livros adotados na cadeira de língua portuguesa e literatura nacional, ainda que fossem professores de filosofia e história, respectivamente:

João Ribeiro (1860-1934) era professor de história, desde 1890, teve vários livros didáticos adotados nas aulas de português (1892, 1893, 1895). Exemplo semelhante foi o de Silvio Romero (1851-1914), professor de filosofia desde 1871, autor da *História da Literatura Brasileira* (1888) e do *Compêndio de História da Literatura Brasileira* (1906), em co-autoria com o mesmo João Ribeiro, lá adotados na cadeira de Literatura Nacional (RAZZINI, 2000, p. 86).

Ressaltemos, outrossim, que da *História da Literatura Brasileira* tivemos desdobramentos vinculados aos interesses do mercado de livro didático do início do século XX. Tenhamos como exemplo disso a reedição de *HLB*, ainda pelo selo da Editora Garnier, em 1902 e 1903, respectivamente primeiro e segundo volumes. Convém trazer à luz os termos exclusivistas e também nada vantajosos para o autor no contrato assinado em 11 de março de 1886 com Baptiste Louis Garnier⁹⁷.

Não foi à toa que o francês cresceu economicamente no Brasil como empresário sagaz dos livros. Quando da assinatura do citado contrato com Romero, Garnier já estava no mercado livreiro do Brasil há mais de quatro décadas e já ocupava a posição de mais importante editor do país. Esta última condição certamente era preponderante para os autores que desejavam notoriedade; ainda que as remunerações fossem mínimas, ser editado por aquele selo garantia uma visibilidade ímpar. Era o que Euclides da Cunha denominava de lucro de ordem moral em contraponto ao magro retorno financeiro (BROCA, 2004).

Instalada no Brasil em 1844, a livraria Garnier é um exemplo de eloquente das novas estratégias do comércio livreiro no movimento internacional de produção e circulação de mercadorias na segunda metade do século XIX, bem como da inserção brasileira nesse circuito de negócios com livros e livrarias (...) Rapidamente, a livraria tornou-se a principal casa editorial brasileira entre as aqui instaladas, editando e comprando os direitos de edição de obras dos mais importantes nomes da literatura brasileira da segunda metade do século XIX, no domínio da poesia, do romance, da crítica, do ensaio.
(DUTRA, 2010, pp. 70-71).

⁹⁷ Vide Anexos I e II.

No caso de Romero, o contrato rezava meros 200 mil réis e doze exemplares em brochura pela edição. Contudo, destaquemos que esse preço incluía a proibição de o autor escrever outra obra com o mesmo assunto.

Entretanto, em 1906, Romero assinou com João Ribeiro a obra *Compêndio de História da Literatura Brasileira*, lançada pela Editora Francisco Alves. O volume tinha sido preparado com claras intenções didáticas, não apenas pelo nome, pois, segundo Antônio Houaiss (2011), compêndio significa “resumo de uma teoria, ciência, doutrina; por derivação: por metonímia: livro, especialmente escolar, que enfeixa tal resumo”.

Além do interesse moral de que falou Euclides da Cunha, buscava-se alguma compensação financeira. Segundo Guimarães (1932, p.30), Romero lhe declarou: “a *História da Literatura Brasileira* já vendi duas edições ao Garnier, que só poucas e magras centenas de mil réis me deram, e o *Compêndio*, para dar um pouco mais, tive que associar nele João Ribeiro, repartindo os lucros das edições”.

Essa edição de 1906 foi a primeira. A segunda, do ano de 1909, veio a público praticamente como uma nova obra. A primeira edição desse manual escolar, considerada polêmica pelos autores (e provavelmente pelos editores e pelo público), sofreu alterações que a modificaram substancialmente, como nos afirma a advertência presente na segunda edição (1909): “A presente edição deste livro diverge consideravelmente da primeira” (ROMERO & RIBEIRO, 1909, p. 5). Para constarmos o caráter escolar da publicação, diz ainda o texto: “A prática do ensino e avisos de pessoas competentes aconselharam importantes modificações [...] tudo quanto parecia ter tom polemístico foi eliminado” (ROMERO & RIBEIRO, 1909, p. 5).

Adotadas como livros didáticos no Colégio de Pedro II, muitas dessas obras foram ferramentas fundamentais para o ensino da língua portuguesa e da literatura nacional (ALMEIDA, 2008), tendo em vista que essa instituição, desde que foi fundada, em 1837, serviu de parâmetro para os demais estabelecimentos do gênero do país. O que nela se estudava transformava-se em elemento curricular nos outros estabelecimentos do império (RAZZINI, 2000).

Devemos pôr em destaque que, nessa relação entre cânone literário e escola, Oliveira (2008) chama-nos a atenção para o fato de que a escola, por ser uma instância privilegiada, é de suma importância para o estabelecimento dos cânones, uma vez que institucionaliza o ensino da literatura, “legitimando não somente o estudo de certos textos e autores, mas também alguns modos de interpretá-los, bem como de determinadas práticas de leitura a eles relacionadas” (OLIVEIRA, 2008, p. 140), o que se adéqua perfeitamente ao caso de Silvio

Romero quando lembramos de que ele foi seguido em vários aspectos por autores como Coelho Neto (1913), Ronald de Carvalho (1919), Bezerra de Freitas (1939) e Manuel Bandeira (1940). Para Romero, a sua *História* só faria sentido sendo repassada como narrativa pátria às gerações vindouras e constituintes da nação.

Por sua vez, no Folclore, vemos o mais evidente ponto de intersecção entre os discursos construtores de nação e a *HLB* (também é importante destacar em outras obras de Romero esse mesmo interesse denotado acerca da cultura popular). Inspirado nos valores de Herder, o crítico sergipano, no intuito de encontrar e registrar a legítima alma do povo brasileiro, tornou-se entre nós o pioneiro na pesquisa de cultura popular e deu-nos nesse quesito uma de suas mais vastas contribuições. Como pioneiro nas letras nacionais do estudo da poesia e tradições populares, o crítico lagartense firmou-se como exemplo que foi seguido por Mário de Andrade, Câmara Cascudo, Jackson da Silva Lima, dentre outros. Mas, ainda hoje, todo aquele que se propuser a estudar com profundidade os aspectos populares de nossa cultura pagará tributo ao trabalho efetuado por ele.

São notáveis e dignos de aplauso os seus esforços na coleta de poesia, teatro, jogos infantis, contos populares, manifestações que encontraram sob a análise desse crítico o requinte de notar-lhes as variações de enredo, de rima ou de personagens, conforme o recitador, o cantador ou contador em partes diferentes do Brasil. Em sua visão, a poesia popular era a expressão mais genuína do povo brasileiro. O mesmo povo que por ele é definido como “um povo que não corresponde a uma raça determinada e única; é um povo que representa uma fusão, é um povo mestiçado” (ROMERO, 1888, p. 91).

4. Rememorar e esquecer

O jogo entre o lembrar e esquecer é a forma como se faz a nação (RENAN 2011) e dessa maneira também se estabelece, em nosso entender, a ideia de cânone. Em Silvio Romero, um apanhado geral tão extenso que pôde ser comparado à pesca de tarrafa deu-nos uma série de benefícios; e temos como um dos mais representativos o registro das biografias e excertos de certos autores que, talvez sem a sua intervenção, não chegassem até nós. Sabemos, entretanto, que uma pescaria tão cheia de fartura também fez exclusões. Foram supressões feitas não só pela questão de espaço, mas também pelos valores que o crítico

mantinha, quer por escolhas ideológicas, intrigas pessoais ou preconceitos, quer pelas contradições, passíveis ao gênero humano.

Sua obra não é isenta de defeitos, nem desprezível. Muito pelo contrário, seu lugar em nossa cultura está firmemente estabelecido. Das possíveis acusações, no fim do primeiro volume, o autor se defende declarando quais foram os critérios que o nortearam na feitura da obra.

Preferimos apegar-nos a questões mais sérias e vitais, procurando sempre as notas genéricas da diferenciação e formação do povo brasileiro. Estabelecemos os fatores principais da nacionalidade, indicamos a lei da evolução desses fatores e vimo-los em sua marcha mais ou menos rápida prepararem a individualidade política e espiritual da nação. Vimos também os tropeços que nos podem embaraçar em nosso caminho. Fizemos por um livro de descrição e ao mesmo tempo de propaganda. Nunca apreciamos a arte pela arte ou a ciência pela ciência, e não somos devotos da história pela história. É preciso que de tudo isto saia um princípio, um elemento de entusiasmo e de luta. Não sabemos se fomos capazes de despertar esse princípio de entusiasmo e de luta n'alma de nossos leitores. Se não o conseguimos, é que falhamos ao nosso alvo, então o livro deverá ser lançado ao fogo. (ROMERO, 1888, p. 685)

Entretanto, em nossa opinião, a melhor maneira de definir a *História da Literatura Brasileira* não vem em seu entremeio ou no epílogo, mas no parágrafo de abertura “este livro é um livro de amor” (ROMERO, 1888, p. VIII). E desse modo, vemos nesse livro todas as grandezas, pequenezes, consistências e contradições que a esse sentimento também são tão peculiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS ou *MINHAS CONTRADIÇÕES*⁹⁸

E a nação de mais espírito da atualidade tem como parêmia que:

“ – Il n’y a que Dieu et les sots qui ne se contredisent pas ”⁹⁹

Silvio Romero

Em um primeiro instante, em nossa introdução, referimo-nos à metáfora da fotografia para definir este trabalho. Mantemo-nos nesta simbologia, porém, ampliando-a para considerar estas linhas um “Burst”, segundo o fotógrafo Roberto Scliar¹⁰⁰, “uma prática de se fazer fotos em sequência, fotos sequenciais, envolvendo momentos ou ângulos diferentes”. Tal como nesse exercício da arte fotográfica, retratamos três momentos com sua respectiva finalidade, mas decerto com as limitações de que já falamos acerca da fotografia: sempre há aspectos não contemplados.

No primeiro momento, situamos a Europa Moderna que experimentou não só a mudança de conceitos no que se referia ao fazer ciência, mas também passou pelo estabelecimento das Nações-Estados, assim tratamos dos elementos que eram utilizados com a finalidade de se construir uma imagem de nação.

Tais elementos centrais seguiam o norte de que para fundar essa imagem eram imprescindíveis: a narrativa da nação, feita a partir de histórias sobre a pátria enfeixando a visão que ela terá de si mesma através da Literatura; a mídia e também a cultura popular. Nesta última, as narrativas exerceram o papel de fixar um cabedal de rituais, eventos, imagens e símbolos no imaginário dos que partilham da comunidade, associados na perspectiva do que deve ser lembrado ou esquecido (RENAN, 2011). Havendo assim um estreitamento com o que entendemos, na perspectiva da Literatura, como a ideia de cânone.

⁹⁸ Em 1914, Silvio Romero lançou um pequeno volume sob esse título. Para um desavisado, *a priori*, parece que o combativo crítico estava nessa obra a admitir seus deslizos. Isso ocorre apenas em um momento, quando o crítico afirma que não teria sido tão duro com Machado de Assis. No mais, no decorrer das linhas, o leitor se depara com a realidade.

No texto, o autor de “O Naturalismo na Literatura” estava a reafirmar suas posições, e mais uma vez abrindo fogo sobre os irmãos Freire (Laudelino e Felisbelo). Desta vez, segundo Romero para se defender das acusações, mas estava também a defender o direito do homem de mudar de posicionamentos ao longo de sua trajetória. É neste último sentido que nos remetemos a essa obra do fim da carreira romeriana: não queremos dar a fatura como certa e liquidada, mas deixar a porta aberta às possibilidades de mudanças.

⁹⁹ ROMERO, Silvio. *Minhas Contradições*. Bahia: Catilina, 1914. p. 17.

¹⁰⁰ Consulta técnica feita ao fotógrafo profissional e amigo Roberto Scliar.

Nessa ideia canônica, destacamos que há sempre um elemento ideológico guiando o que se consolida ou não nas letras de uma nação, mormente na relação intrínseca entre a escrita e o reforço de uma perenidade¹⁰¹ ou ainda, como preferimos dizer, a consolidação de uma ideia por meio da palavra escrita. Nem todos hão de permanecer nas letras pátrias.

Nessa continuidade, focamos a ideia de mito das origens que, forjando uma tradição e intemporalidade, busca justificar a nação como um algo que mantém uma imutabilidade de espírito, apesar das intempéries vividas ao decorrer dos anos. Também abordamos a questão da tradição inventada, que se constitui, no dizer de Eric Hobsbawm (2012), no conjunto de práticas ritualísticas ou simbólicas engendradas a fim de tornar os membros de uma comunidade em continuadores de comportamentos adequados a um passado histórico para eles construído. Por sua vez, com a ideia de construção do passado no mito fundacional, encontramos a perspectiva de diferenciar uma nação das demais, mostrando-lhe um caráter singular. Para esse fim, forjando-se uma narrativa em que se colocam na célula mãe de uma nação as particularidades que a distinguem das demais. Todavia, esses traços distintivos se perdem em tramas de um passado tão remoto que ultrapassam o tempo cronológico, mas estão no mítico.

Também tratamos do papel de consolidação dos estados Modernos sob as diretrizes de Anderson (2008) de que o símbolo secular da Nação era um elemento substitutivo de aspectos religiosos. Nesse sentido, comparamos o sentimento de filiação tão caro aos preceitos religiosos aos elementos de pátria, palavra cuja origem é do latim “*pater*” (pai), e também à ideia de língua materna (origem latina, *mater*: mãe). Juntos, pátria e língua formam uma ideia de pertencimento que supera a religião: ser filho da nação ultrapassa a fé, pois alcança credos diferentes e até mesmo a ausência deles.

Assim executamos um recorte sobre a pátria portuguesa, buscando evidenciar como a questão da consolidação da língua e das produções literárias constituiu-se como componente importante da narrativa pátria. Nesse sentido, elencamos alguns autores e obras que reforçavam essa ideia de narrativa nacional, bem como focalizamos a questão das Letras como fator civilizatório. Destacamos, outrossim, que esse enfoque em Portugal se deveu por considerarmos a consolidação do idioma pelo Estado lusitano como fator preponderante e que teve inegável repercussão no Brasil, sua colônia.

Assim, em continuidade, focalizamos a questão da narrativa literária e a consolidação da língua portuguesa, firmando um recorte na figura histórica iluminista do Marquês de

¹⁰¹ Verba volant, scripta manent.

Pombal, trazendo como exemplo da ideia de civilização por meio das Letras fixadas através do ensino (motivo de termos feito considerações sobre a introdução de uma gramática). Esse recorte no Iluminismo lusitano se deu em face de que segundo Nascimento (1999), suas características foram apropriadas pelo Brasil do século XIX.

Em nosso segundo momento fotográfico, dedicamo-nos a contextualizar historicamente o século XIX no Brasil, considerando-o como um tempo de singularidades em que o país deixou a situação de colônia e chegou ao fim do século como República. Entendemos que tantas mudanças, no quadro brasileiro, devessem ser narradas a fim de se compreenderem os caminhos que levaram a constituição do Estado Nacional no Brasil.

Assim partimos da chegada da família real considerando os fatos decorrentes da vinda da Corte, tais como a fundação da Imprensa, dos cursos superiores, da Biblioteca Real e de bancos; passamos pelos períodos de Primeiro e Segundo reinados (entrecortados com as Regências) até culminarmos com a queda da Monarquia em 1889. Não somente tratamos o século XIX do ponto de vista político, mas também foi-nos importante focalizá-lo em questões culturais, como as artes plásticas reforçadas pela Missão Francesa, as escolas¹⁰² e outras iniciativas de caráter científico estabelecidas no país, com certo destaque para a literatura embebida nas ideias românticas e que buscavam representar um idealizado país nas letras.

Compreendendo o pensamento de pátria civilizada por meio da palavra escrita, fomos ao encontro das primeiras vozes que pensaram a literatura do Brasil. Inicialmente as vozes estrangeiras como a de Bousterwek, Sismondi e Denis; e *a posteriori* alguns brasileiros que se incumbiram da missão de escrever sobre a literatura nacional, a exemplo de Gonçalves de Magalhães e Machado de Assis. Essa parte de nosso trabalho buscava evidenciar que a preocupação de Romero, ao lançar sua *História* em 1888, não era resultado de sua vontade individual, mas era uma trajetória que já vinha sendo feita ao longo do anos de Oitocentos. Todavia, em *HLB*, sua perspectiva de ser ciência é um elemento diferencial e fez dela referência obrigatória a todos os que pretendem trabalhar com história literária no Brasil.

No desfecho, fomos ao encontro do corpulento Silvío Romero e de sua *História da Literatura Brasileira*. Realizamos um perfil biobibliográfico do crítico sergipano, buscando enriquecer nossas pesquisas com perspectivas pouco conhecidas do autor e ainda desencavando aspectos pouco ou nada conhecidos de sua trajetória, na grata e árdua tarefa de

¹⁰² Ressaltamos nas três fases deste trabalho o elemento do ensino pela ideia civilizatória da gramática de Reis Lobato pelos compêndios de cunho romântico do século XIX e pelos intentos formativos de Silvío Romero em sua *História da Literatura*.

obter raridades. Dessa forma, tornávamos patente a necessidade do que defendemos: ampliar as pesquisas acerca da vasta obra de Romero.

Nessa continuidade, selecionamos a obra central do crítico sergipano, *História da Literatura Brasileira* a fim de que tratássemos dela diante da perspectiva a que nos propusemos: identificar nela feições de *projeto* nacional, em diferentes acepções dessa palavra, e também constatar se havia alguma aproximação entre os elementos elencados, principalmente por Hall (2006), como constituintes de nação. Devemos dizer que neste último ponto é que reside a mais melindrosa de nossas tarefas.

Detectamos que elementos como o mito fundacional, a ênfase nas origens e tradição inventada foram substituídos por uma visão de caráter biológico que marcou a produção romeriana (WEHLING, 2005, p. 92); que a narrativa de nação foi incorporada no historiar a literatura, porém em um conceito bem mais amplo do que é literatura, isto é, em olhar de que literatura é a cultura de um modo geral, estando esse historiar intimamente ligado ao ensino, pois a escola como instância formadora da sociedade carrega sobre os ombros a responsabilidade de conhecimento sobre o passado, manutenção do presente e construção do futuro; por fim, o folclore, tratado na visão germânica que tanto influenciou Romero (NASCIMENTO, 1999) de que nesse segmento é que se encontra a espontaneidade genuína da alma do povo.

Em nosso entendimento, sua obra constituiu-se em um *projeto*, mormente em duas acepções da palavra (FERNANDES, 1955, p. 479):

1º Arremessar, atirar longe – a *História* atende esse critério, pois seu autor manifesta por meio dela estabelecer cânone para as letras nacionais, além de firmar através da obra os seus anseios, suas expectativas de progresso nacional. Em suma de firmar no texto aquilo que pretendia para o Brasil.

2º Figurar por meio de projeção – em nossa compreensão, Romero, ao tentar fazer saltar um país, conforme as palavras de Schneider (2005), intencionou fazer representar, o que para ele era, sua visão de Brasil, abarcando as manifestações de belas artes, ciências naturais, bem como o trabalho de historiadores, economistas, juriconsultos, publicistas, oradores, linguistas, moralistas, biógrafos, teólogos e literatos; em uma visão de cultura herdada dos alemães, mas ainda trazendo a cultura popular dentro de uma ideia também alemã de que essa parcela é a mais genuína mostra do que há de mais intocado em um país: a simplicidade da voz do povo.

Não podemos terminar sem fazer sobressair que a educação, a imprensa e a literatura, consideradas as instituições decisivas que junto com processos sociais estabeleceram a

formação do Estado nacional do Brasil (LIMA, 2009), foram os campos de maior participação de Silvio Romero. Isso faz dele uma personalidade histórica sobre quem o olhar dos pesquisadores dos séculos XIX e XX não pode passar incólume e que, a despeito dos exageros de seu tom incisivo, possui méritos que o destacaram em seu momento, tal como a sua tentativa de aliar os preceitos de nação aos fundamentos científicos em que acreditava, fazendo de sua *História da Literatura Brasileira*, uma quebra de paradigmas, um navio que navegou em sentido diferente do usual, um telescópio que nos ampliou a visão, e seu autor, uma figura que ainda hoje, quase cem anos depois de sua morte, inquieta, turbilhona.

Romero em espanhol é uma palavra que tem por significado alecrim (*Rosmarinus officinalis*), planta, segundo reza uma antiga e romana tradição, da qual se deve trazer um galhinho atrás da orelha para evitar a perda de memória. Silvio Romero, segundo uma encomiástica definição de seu amigo Ary Guimarães, é tronco que não se pode derrubar no “promissor jardim nacional” (GUIMARÃES, 1932, p. 12).

Assim vemos Silvio Romero: um laço entre o gigantesco e miúdo, ora o mais temido crítico da literatura brasileira ora o filho da escrava Antônia; ora estudioso dos mais difíceis filósofos, ora colecionador de contos populares, ora tronco monumental de nossa cultura, ora um simples galho de alecrim que se mantém perto de nós, como a não se deixar apagar de nossas memórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA JUNIOR, Benjamin. CAMPEDELLI, Samira Youssef. **Tempos da Literatura Brasileira**. São Paulo: Ática, 1985.

ABREU, Márcia. “Letras, Belas-Letras, Boas Letras”. IN: BOLOGNINI, Carmen Zink (org). **História da Literatura: O Discurso Fundador**. Campinas: Mercado das Letras/ São Paulo: FAPESP, 2003.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS – **Bibliografia de Silvio Romero**. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=154&sid=196>> acessado em 01 de novembro de 2010.

ALMEIDA, Álvaro Ferreira de. “Capitão de Vassoura”. IN: _____. **Livraria Francisco Alves: 150 anos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2004.

ALMEIDA, José Américo de. **A Bagaceira**. 40ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

ALMEIDA, Lourdes. **O Retorno das Antologias**. Jornal da Cidade, Aracaju. 08 de fevereiro de 2008. Pág. B-6.

ALMEIDA, Rita Heloísa. **O diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ALMEIDA FILHO, Cláudio José de. **O papel da crítica na formação da estética literária brasileira do século XIX**. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.unopar.br/portugues/revfonte/artigos/12literaria/12literaria.html>> acessado em 22 de dezembro de 2011.

ALVES, Manuel dos Santos. **O Mito de Ulisses ou a queda na História in Literatura Comparada: Os Novos Paradigmas**. Porto: Associação Portuguesa de Literatura Comparada, 1996.

AMEAL, João. **História de Portugal: das origens a 1940**. Porto: Tavares Martins, 1949.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. **A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil**. São Paulo: Saraiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10ª ed. Tradução: Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ASSIS, Machado de. Instinto de Nacionalidade. IN: _____. **Crítica Literária**. São Paulo: Mérito, 1959.

_____ **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Ática, 1997.

ASSUNÇÃO, Carlos da Costa. **Uma leitura da introdução da gramática de Reis Lobato** in **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XIV, Porto, 1997, pp. 165-181.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

BANDEIRA, Manuel. **Noções de história das literaturas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

BARBOSA, Osmar. **História da Literatura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1965.

BARRA, Sérgio. **Entre a Corte e a cidade: O Rio de Janeiro no tempo do rei (1808-1821)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

BARRETO, Tobias. **Crítica Literária**. Aracaju: Estado de Sergipe, 1978.

_____. **Dias e Noites**. Aracaju: Estado de Sergipe, 1978.

BARROSO, Gustavo. **Apresentação ao texto de Rio de Janeiro tal como é**. Disponível no endereço eletrônico <http://www.dhi.uem.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=31:livros-eletros-brasil&id=881:c-schilichthorst-o-rio-de-janeiro-como-> acessado em 29 de abril de 2011.

BASTIDE, Roger. **Brasil terra de contrastes**. Tradução: Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1959.

BEVILACQUA, Clóvis. **Sylvio Romero**. Porto: Typographia A Editora, 1905.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Biografia de Joaquim Norberto de Souza e Silva**. Disponível no endereço eletrônico <http://bndigital.bn.br/redememoria/bio-joaquim_noberto.html> acessado em 12 de outubro de 2011.

BIBLIOTECA JOANINA. **Trovas do Bandarra**. Disponível no endereço eletrônico <http://bibliotecajoanina.uc.pt/obras_raras/trovas> acessado em 24 de julho de 2010.

BIRON, Berty R. R. **Diálogos: em defesa e louvor da língua portuguesa (resenha)**. Revista Convergência Lusíada. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/?p=62>> acessado em 20 de agosto de 2011.

BOLOGNINI, Carmen Zink. **História da Literatura: o discurso fundador**. Campinas: Mercado das Letras/São Paulo: FAPESP, 2003.

BOMFIM, Manuel. **A América Latina: Males de Origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BOSI, Alfredo. “Vieira e o Reino deste mundo” (prefácio). IN: VIEIRA, Antônio. **De Profecia e Inquisição**. Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. **Linha do tempo: 120 obras da língua portuguesa no Brasil**. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa, 2005.

_____. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRANCO, Camilo Castelo. **Perfil do Marquez de Pombal**. 2ª ed. Lopes & c.a. Porto, 1900.

BROCA, Brito. **A Vida Literária no Brasil: 1900**. 4ª ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

BUENO, Silveira. **Estudos de Filologia Portuguesa**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1967.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola de Annales**. 2ª ed. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: Unesp, 1992.

_____. **Cultura Popular na Idade Moderna**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna**. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CALAFATE, Pedro. **Sob o Signo das Luzes: António Pereira de Figueiredo**. Disponível no endereço eletrônico <<http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/ilu11.html>> acessado em 13 de janeiro de 2010.

CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 2002.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Vol. 3. São Paulo: Martins Editora, 1959.

_____. **Silvio Romero: teoria, crítica e história literária**. São Paulo: Edusp, 1978.

_____. **O Método Crítico de Silvio Romero**. São Paulo: Edusp, 1988

_____. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. “Silvio Romero: crítico e historiador da literatura”. IN: ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. Tomo I. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **O teatro das sombras: a política Imperial**. São Paulo; Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

_____. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. “Saída pelo mar”. IN: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Número 28 (Janeiro). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

CARVALHO, Pedro Eduardo Andrade. **As Normas do Rey e as Normas do Gramático da Real Mesa Censória Portuguesa em 1771**. Revista Eletrônica Cadernos de História, vol. VII, ano 4, n.º 1, julho de 2009. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/download/CadernosDeHistoria-07-10.pdf>> acessado em 18 de dezembro de 2009.

CARVALHO, Ronald de. **Pequena História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1919.

CAVALCANTI, Nireu. **Cidade aos Pedacos** in Revista de História da Biblioteca Nacional. Número 28 (Janeiro). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

CETAS - CENTER FOR ENGLISH, TRANSLATION AND ANGLO-PORTUGUESE STUDIES. **E-Dicionário de Termos Literários**. Disponível no endereço eletrônico <http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/F/funcao_gramatical.htm> acessado em 18 de dezembro de 2009.

CESAR, Guilhermino. **Historiadores e Críticos do Romantismo**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/ São Paulo: EDUSP, 1978.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Tradução: Guacira Lopes Louro. *Teoria & Educação*. Porto Alegre, n.º 2, pp. 177-229, 1990.

COELHO NETO. **Compêndio de Literatura Brasileira**. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

COUTINHO, Afrânio. **Conceito de Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

COUTINHO, Ismael. **Pontos de Gramática Histórica**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.

CPDB - Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. **Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros**. Brasília: Senado Federal / Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 1999.

CUNHA, Celso. **A questão da norma culta brasileira**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985.

CUNHA, Luiz Antonio. **A Universidade Temporã: O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. “As ciências na história brasileira”. IN: **Ciência e Cultura**. vol. 57 n.º.1. São Paulo Jan./Mar. 2005. Disponível no endereço eletrônico

<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000100014&script=sci_arttext> acessado em 22 de janeiro de 2012.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins, 1954.

DELMAS, Ana Carolina Galante. **A Impressão Régia e as práticas de homenagem: dedicatórias impressas no Brasil joanino**. Trabalho apresentado no XIII Encontro de História Anpuh-Rio/2008. Disponível no endereço <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212884769_ARQUIVO_AnaCarolinaGalanteDelmas.pdf> acessado em 13 de janeiro de 2010.

DIMAS, Antônio. “O turbulento e fecundo Silvio Romero”. IN: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília M. (Org). **Um Enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim. **Notícia de 1733 sobre a poesia no Brasil**. Disponível no endereço eletrônico <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/638/467>> acessado em 12 de janeiro de 2012.

DUTRA, Eliana de Freitas. “Leitores de além mar: a Editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil”. IN: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (orgs). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ELIA, Silvio. **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Padrão; Niterói: UFF/EDUFF/PROED, 1987.

FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina**. São Paulo: Ática, 1982.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Século XVIII – A língua portuguesa no Brasil e o discurso do poder**. Disponível no endereço eletrônico <http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/publicacao_docentes/secXVIII_lingua_leonor.pdf> acessado em 16 de dezembro de 2009.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de Verbos e Regimes**. Porto Alegre: Globo, 1955.

FERREIRA, Antonio Gomes. **Educação e Regras de Convivência e de Bom Comportamento nos Séculos XVIII e XIX**. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo4/489.pdf>> acessado em 20 de novembro de 2009.

FERREIRA, Maria Fernanda Casaca. **Gazeta de Lisboa**. Disponível no endereço eletrônico <http://purl.pt/369/1/ficha-obra-gazeta_de_lisboa.html> Acessado em 26 de maio de 2010.

FERREIRA, Pinto. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Tomo I. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1980.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. **Os Roteiros da Fé no Maranhão**. Trabalho apresentado na Mesa Redonda *O sagrado e o profano na cultura popular*, no Simpósio Turismo e Cultura Popular, realizado pelo Serviço Social do Comércio, em São Luís, em 20 de maio de 2008. Disponível no endereço eletrônico

<<http://www.gpmina.ufma.br/pastas/doc/Roteiros%20de%20Fe.pdf>> acessado em 23 de julho de 2010.

FONSECA, Edson Nery da. “Rubens Borba de Moraes e a Bibliografia brasileira”. IN: **Revista Bibliotecon**. Brasília. Número 7. jan./jun.1979.

FRANCO, Sandra Aparecida Pires. **O cânone literário nos materiais didáticos do ensino médio**. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.literaturaemfoco.com/?p=1522>> acessado em 19 de setembro de 2011.

FREIRE, Laudelino. **Os Próceres da Crítica**. Rio de Janeiro: Empreza Photo-Mechanica do Brazil, 1911.

_____ **Um Século de Pintura**. Rio de Janeiro: Tipografia Röhe, 1916.

FREITAS, Bezerra de. **História da Literatura Brasileira**. Porto Alegre: Globo, 1939.

FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas**. Tradução: Olívio Montenegro. Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

FUNDAÇÃO MARQUÊS DE POMBAL. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.fmarquesdepombal.pt/engine.php?cat=4>> acessado em 01 de novembro de 2009.

GASPAR, Lúcia. **Sebastianismo no Nordeste brasileiro**. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=317&textCode=7548>> acessado em 20 de julho de 2010.

GEARY, Patrick J. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. São Paulo: Conrad, 2005.

GONÇALVES, Rui-Mário. **A estátua equestre de Dom José (1775), de Joaquim Machado de Castro**. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.e-cultura.pt/DestaqueCulturalDisplay.aspx?ID=589>> acessado em 12 de dezembro de 2009.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. **Silvio Romero e sergipanidade**. Aracaju: Impressão Gráfica e Editora Ltda, 2001.

GUIMARÃES, Artur. **Silvio Romero de Perfil**. Porto: Tip. A Vapor, 1915.

GUIMARÃES, Ary Machado. **Sylvio Romero e Querido Moheno**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1932.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11ª. Ed.. Tradução.: Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HART JR, Thomas R. “Friedrich Bouterwek: a pioneer of a Pioneer Historian of Spanish Literature”. IN: _____. **Comparative Literature 5**. New York: Modern Language Association, 1953.

HEISENBERG, Werner. “Princípio da Incerteza”. IN: **Enciclopédia do Grupo de Teleinformática e Automação – GTA/Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Disponível no endereço eletrônico <http://www.gta.ufrj.br/grad/07_1/quantica/PrincipiodaIncertezadeHeisenberg.html> Acessado em 20 de janeiro de 2011.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 3ª ed. Tradução: Maria Célia Paoli; Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOBSBAWM, Eric. & RANGER, Terence. (orgs.) **A Invenção das Tradições**. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Saraiva, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1948.

HOUAISS, Antônio. **A Crise de Nossa Língua de Cultura**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

_____. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

HUE, Sheila Moura (ed., introd. e notas). **Diálogos: em defesa e louvor da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

IVO, Lêdo. “A Ruína e a Selva”. IN: _____. **Papéis avulsos**. Vol. 10. Rio de Janeiro: Fundação de Casa de Rui Barbosa, 1994.

KIDDER, Daniel. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

LABIENO (pseudônimo de Lafayette Rodrigues Pereira). **Vindiciae – O Sr. Sylvio Romero crítico e filósofo**. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1898.

LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. **A Leitura Rarefeita: Leitura e Livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

LIBER RARUS. Disponível no endereço eletrônico <http://www.liberrarus.com.br/documents/arte_da_grammatica_da_lingua_portuguesa.html> acessado em 17 de dezembro de 2009.

LIMA, Ivana Stolze. “A língua nacional no império do Brasil”. IN: _____. **O Brasil Imperial**. Volume II (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LIMA, Jackson da Silva. **Sergipe na voz dos cantadores**. Gazeta de Sergipe. Aracaju, 09 de setembro de 1971.

_____. “A Biblioteca de Sylvio Romero (descoberta e reativação)” IN: **Fragmenta**. Ano II. Número 4. Setembro-Dezembro. Aracaju: Editora da Universidade Tiradentes, 1999.

LIMA, Lílian Martins de. **A Idéia de História e Civilização na Revista Nitheroy**. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao18/materia01/>> acessado em 31 de maio de 2009.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LISBOA, João Francisco. **A vida do padre Antônio Vieira**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1968.

LOBATO, Reis Antonio José. **Arte da Grammatica da Língua Portugueza**. Lisboa: Viúva Neves e Filhos, 1815.

LUFT, Celso. **Dicionário de Literatura Portuguesa e Brasileira**. 2ª ed.. Porto Alegre: Globo, 1966.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. “Guerreiro da Palavra”. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Número 9 (abril). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2006.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica**. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759.

MAGALHÃES, Gonçalves de; HOMEM, Francisco de Sales Torres; PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. “Résumé de l’Histoire de la Littérature, des Sciences et des Arts au Brésil”. IN: **Journal de l’Institut Historique**. Paris: Institut Historique, 1834.

MAGALHÃES, Gonçalves de. “Discurso sobre a História da Literatura Brasileira”. IN: _____. **Opúsculos Históricos e Literários**. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Garnier, 1865.

MARINHO, Danielle. **O conceito de Literatura Brasileira**. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.literaturaemfoco.com/?p=1480>> acessado em 09 de setembro de 2011.

MARSDEN, William. **Bibliotheca Marsdeniana – Philologica et Orientalis**. A catalogue of books and manuscripts collected with a view to the general comparison of languages, and to the study of oriental literature. London: J. L. Cox, 1827.

MARTINS, Wilson. **A Palavra Escrita**. São Paulo: Ática, 2001.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: O Paradoxo do Iluminismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MELO, Carlos Augusto de. **Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876). Um crítico literário pioneiro do Romantismo no Brasil**. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, 2006.

MENDONÇA, Carlos Sussekind de. **Silvio Romero: sua formação intelectual (1851-1880)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

MONTELLO, Josué. **Os inimigos de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MONTEIRO, Domingos. **História da Civilização**. Rio de Janeiro: Lidor, 1963.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **Diogo Barbosa Machado**. Disponível no endereço eletrônico <<http://bndigital.bn.br/200anos/diogoBarbosa.html>> acessado em 25 de fevereiro de 2012.

MOREIRA, Maria Eunice. **Um rato de arquivo: Joaquim Norberto de Souza Silva e a história da literatura brasileira**. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.pucrs.br/fale/pos/historiadaliteratura/textosraros/rato.htm>> acessado em 22 de dezembro de 2011.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A Cultura Ocultada**. Londrina: Editora da UEL, 1999.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Aracaju: Secretaria e Estado da Educação e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984.

OLIVEIRA, Fernão de. **Grammatica da lingoagem portuguesa**. Lisboa: Casa d'Germão Galharde, 1536.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **A Historiografia Brasileira da Literatura Inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. 1999. Disponível no endereço eletrônico <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Teses/index.htm>. Acessado em 21 de novembro de 2009.

_____. “História Literária e Ensino da Literatura”. IN: BEZERRA, A. P.; PEDROSA, C.E.F. (Org). **Língua, Cultura e Ensino**. São Cristóvão: Editora UFS/Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

PAULA, João Antonio de. “O Processo Econômico”. IN: CARVALHO, José Murilo de (Coord). **A Construção Nacional (1830-1889)**. Madri/Rio de Janeiro: Fundación MAPFRE/Objetiva, 2012.

PERAZZO, Jesús Ignacio Pérez. **Noticias cronológicas y breves apuntes para una biblioteca básica de la literatura portuguesa**. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.histomusica.com/libros/mportugal.php?capitulo=96>> acessado em 20 de junho de 2011.

PESSOA, Fernando. **Mensagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PILETTI, Claudino & PILETTI, Nelson. **Filosofia e História da Educação**. São Paulo: Ática, 1991.

PINHEIRO, Fernandes. **Resumo de História Literária**. Tomo II. Rio de Janeiro: Garnier, 1873.

_____. **Curso Elementar de Literatura Nacional.** 2ª ed. melhorada. Rio de Janeiro: Garnier, 1883.

PORTUGAL. Alvará Régio de 30 de setembro de 1770.

RABELLO, Sylvio. **Itinerário de Silvio Romero.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. **O Espelho da Nação: a Antologia Nacional e o ensino de português e de literatura (1838-1971).** Tese de doutoramento, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Disponível no endereço eletrônico <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Teses/index.htm>. Acessado em 21 de janeiro de 2011.

REALE, Miguel. **Figuras da Inteligência Brasileira.** 2ª ed. refundida e aumentada. São Paulo: Siciliano, 1994.

REIS, António do Carmo. **Nova História de Portugal.** 4ª ed.. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2005.

RENAN, Ernest. **Que é uma nação?** Disponível no endereço eletrônico <<http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>> acessado em 30 de janeiro de 2011.

RIBEIRO, João. **Selecta Clássica.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910.

RICUPERO, Bernardo. **O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870).** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIO, João do. **O momento literário.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.

RODRIGUES, Teresa. **Portugal nos séculos XVI e XVII. Vicissitudes da Dinâmica Demográfica.** Disponível no endereço eletrônico <<http://cepese.up.pt/ficheiros/WP%20TRodrigues%202.pdf>> acessado em 10 de julho de 2010.

ROMERO, Abelardo. **Silvio Romero em família.** Rio de Janeiro: Saga, s/d.

ROMERO, Sylvio. **Cantos do fim do século.** Rio de Janeiro: Tip. Fluminense, 1878.

_____. **Introdução à História da Literatura Brasileira.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

_____. **Ensaio de crítica parlamentar.** Rio de Janeiro: Moreira & Maximino, 1883.

_____. **Uma esperteza! Os cantos e contos populares do Brasil e o Sr. Theophilo Braga.** Rio de Janeiro: Serafim José Alves, 1887.

_____. **História da Literatura Brasileira.** 2 volumes. Rio de Janeiro: Garnier, 1888.

_____. **A Filosofia e o ensino secundário.** Rio de Janeiro: Centro bibliográfico, 1889.

_____. **A História do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1890.

_____. **Doutrina contra Doutrina.** Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves, 1895.

_____. **Martins Pena.** Porto: Chardron, 1901.

_____. **História da Literatura Brasileira.** 2 volumes. Rio de Janeiro: Garnier, 1902-1903.

_____. **Passe recibo.** Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1904.

_____. **Evolução do Lyrismo Brasileiro.** Recife: J. B. Edelbrock, 1905.

_____. **Discurso pronunciado aos 18 de dezembro de 1906, por ocasião da recepção do Dr. Euclides da Cunha.** Porto: Commercio do Porto, 1907.

_____. **Da crítica e sua exata definição.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

_____. **Zéverissimações ineptas da crítica: repulsas e desabafos.** Porto: Chardron, 1909.

_____. **Provocações e debates.** Porto: Chardron, 1910.

_____. **Minhas Contradições.** Bahia: Catilina, 1914.

_____. **Machado de Assis.** 2ª ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

_____. **Trechos escolhidos.** ROMERO, Nelson (org). Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1959.

_____. **O Brasil Social e outros Estudos Sociológicos.** Brasília: Senado Federal, 2001.

ROMERO, Silvio. RIBEIRO, João. **Compêndio de História da Literatura Brasileira.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

_____. **Compêndio de História da Literatura Brasileira.** 2ª ed. refundida. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1909.

ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional.** São Paulo: Siciliano, 1991.

SANTOS, Antônio Ribeiro dos Santos. **Memórias de Litteratura Portugueza.** Lisboa: Academia Real de Sciencias de Lisboa, 1812.

SANTOS, Samuel Martins. **Ordem jurídica e identidade nacional na Primeira República: três projetos de modernização para o Brasil.** Dissertação de mestrado em Direito. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SARAIVA, José Hermano. **História Concisa de Portugal.** 24ª ed.. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2007.

SCHERER, Marta Eymael Garcia & ALMEIDA, Luiz Alberto Scotto de. “Sívlio Romero, um crítico do século XX”. IN: **Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários**. Volume 16 (set. 2009). Disponível no endereço eletrônico <<http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa>> acessado em 13 de janeiro de 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. AZEVEDO, Paulo Cesar de. COSTA, Ângela Marques da. **A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Sob as barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. “História como carteira de identidade em processo”. IN: SILVA, Alberto da Costa e. (Coord). **Crise colonial e independência 1808-1830**. Madri/Rio de Janeiro: Fundación MAPFRE/ Objetiva, 2011.

SENNA, Janaína Guimarães de. **Flores de antanho: as antologias oitocentistas e a construção do passado literário**. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2006. Disponível no endereço eletrônico http://ged1.capes.gov.br/CapesProcessos/926829ARQ/926829_6.PDF. Acessado em 10 de agosto de 2011.

_____. **Um capítulo à parte: Joaquim Norberto e a escrita da história da literatura brasileira**. Disponível no endereço eletrônico <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/revistas/Escritos_2/FCRB_Escritos_2_18_Janaina_Senna.pdf> acessado em 22 de novembro de 2011.

SILVA, José Alberto da. **Sívlio Romero, juiz**. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1955.

SISSON, S. A. **Galeria dos Homens Ilustres**. Vol. II. Brasília: Senado Federal, 1999.

SOUZA, Cristiane Vitória de. **As leituras pedagógicas de Sívlio Romero**. Dissertação de mestrado. Núcleo de pós-graduação em Educação. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2006.

SOUZA, João Mendonça de. **Sívlio Romero, o crítico e o polemista**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1976.

SOUZA, Manoel Dias de. **Gramatica Portugueza**. Coimbra: Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1804.

SOUZA, Antonio Moniz de. **Viagens e Observações de um brasileiro**. Organização e notas de Ubiratan Castro de Araújo. 3ª ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **Introdução à Historiografia da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.

_____. (org) in SILVA, J. N. S. **História da Literatura Brasileira e outros ensaios**. Rio de Janeiro, Zé Mário editor, 2002.

TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. Tradução: Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VEIGA, Glaucio. **História das Ideias da Faculdade de Direito do Recife**. Volume VIII. Recife: Artigrafi, 1997.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil - 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. "História e Crítica em Silvio Romero". IN: _____. **História da Literatura: Ensaios**. 2ª ed.. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.

VIANNA, Oliveira. **Vulnerabilidades da Crítica**. MADEIRA, Marcos Almir (org). Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1999.

_____. **O Ocaso do Império**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2006.

WEBER, João Hernesto. **A Nação e o Paraíso**: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

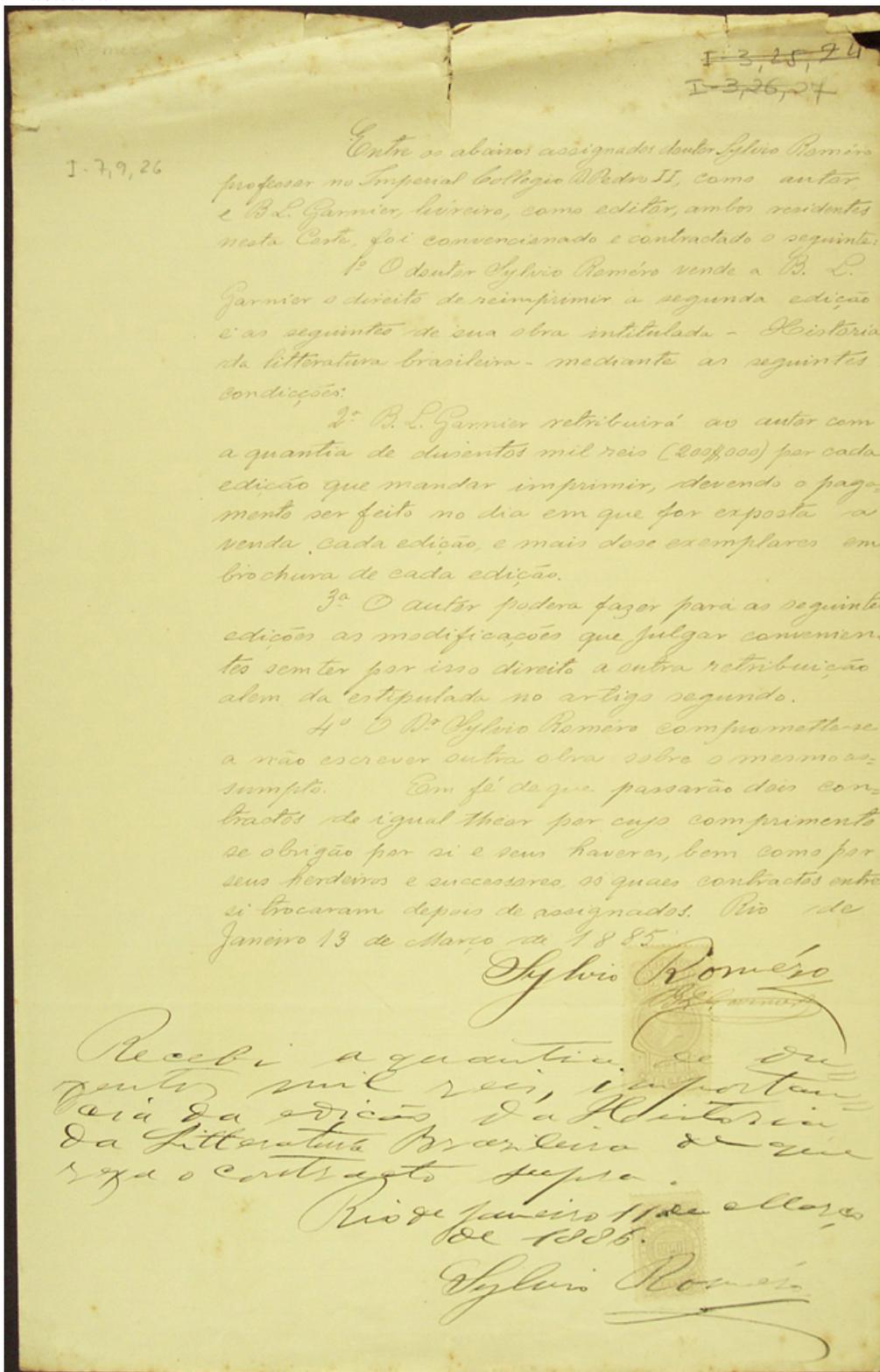
ZILBERMAN, Regina. MOREIRA, Maria Eunice. **O Berço do Cânone**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

ZILBERMAN, Regina. **Críticos e historiadores da literatura: pesquisando a identidade nacional**. Via Atlântica. Número 4 Outubro 2000. Disponível no endereço eletrônico <http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via04/via04_03.pdf> acessado em 21 de abril de 2011.

ANEXOS

ANEXO I

Contrato entre Silvio Romero e B. L. Garnier para a 2ª edição de *História da Literatura Brasileira*



ANEXO II

Contrato transcrito

Entre os abaixo assignados doutor Sylvio Roméro professor do Imperial Collegio D.Pedro II, como autor e B.L. Garnier, livreiro, como editor, ambos residentes nesta Corte, foi convencionado e contractado o seguinte:

1º O doutor Sylvio Roméro vende a B. L. Garnier o direito de reimprimir a segunda edição e as seguintes de sua obra intitulada – Historia da litteratura brasileira – mediante as seguintes condições:

2º B. L. Garnier retribuirá a quantia de duzentos mil reis (200\$000) por cada edição que mandar imprimir, devendo pagamento ser feito no dia em que for exposta a venda cada edição, e mais dose exemplares em brochura de cada edição.

3º O autor poderá fazer para as seguintes edições as modificações que julgar convenientes sem ter por isso direito a outra retribuição alem da estipulada no artigo segundo.

4º O Dr. Sylvio Roméro compromette-se a não escrever outra obra sobre o mesmo assumpto. Em fé de que passarão dois contractos de igual theor por cujo comprimento se obrigão por si e seus haveres, bem como por seus herdeiros e successores, os quaes contractos entre si trocaram depois de assignados. Rio de Janeiro 13 de Março de 1885.

Sylvio Romero

B. L. Garnier

Recebi a quantia de duzentos mil reis, importância da edição da Historia da Literatura Brasileira de que reza o contracto supra.

Rio de Janeiro 11 de março de 1886.

Sylvio Roméro

ANEXO III

Matéria de Jackson da Silva Lima que traz versos populares sobre Silvio Romero

Sergipe na Voz dos Cantadores

Jackson da Silva Lima

Há muitos anos vivem em Aracaju dois exímios violeiros pernambucanos: Lourival Barbosa, da cidade de Pesqueira, e Neve Branca, de Bom Jardim, continuadores das tradições poéticas de Inácio da Catingueira e Romano da mãe d'água, os dois maiores cantadores do gênero humano, na expressão exagerada mas feliz do raposo popular José Romano.

Noites e noites se em conta, temos assistido às suas pejejas e cantorias, saboreando ao vivo quadrões, galopes, martelos, motes e tantos outros

gêneros do canção popular. Com os nossos bôtons, estranhávamos sempre o fato de Sergipe não ter sido ainda exaltado, através dos seus vultos mais ilustres, das riquezas do seu solo, da generosidade de sua gente hospitaleira.

Entretanto há poucos meses, nas imediações da Praça Camerino, Curú de Pernambuco chama a atenção do seu colega de arte — Neve Branca, apontando para a estátua de Silvio Romero, recoberta de poeira e excrementos de pássaros, com a primeira homenagem:

«Peja estátua parece
Que éle foi um grande homem».

Lá no meio do jardim, de costas para o nascente (éle que sempre estivera voltado para as auroras culturais), é contemplado por Neve Branca, em seu arcabouço de bronze, o perfil do con-

ferrâneo Silvio Romero, de quem nunca ouvira falar mas a quem homenageia com um mote de sua autoria, ali mesmo improvisado e glosado:

«Aquêje ali está exposto
A chuva, sereno e sol,
Até mesmo o rouxinol
pousa e suja no seu rosto.
Issô é o maior desgosto
Para a família enlutada,
E quem outrora foi zelada
Hoje ninguém a socorre,
Depois que a matéria morre
Fica o espírito sem nada.

Há poucos dias seria a vez de Tobias Barreto. Na casa do escritor José Augusto Garcez, no tógo cruzado de violento desafio, presenciamos espontânea e consciente homenagem do cantor Lourival Barbosa ao nosso Estado, quando após se comparar a Napoleão Bonaparte e à própria Bêsta-fera, concluiu com orgulho e jactância:

«Sou a massa e sou o pão,
Sou o pão e sou a massa,
Sou o sertão, sou a praça,
Sou a praça e sou o sertão,
Sou tingido e sou carvão,
Sou carvão e sou tingido,
Sou preto e sou mal'ouvido,
Sou mal'ouvido e sou preto:
— Sou um Tobias Barreto
Nos dez de queixo caído».

Realmente, ficamos surpresos e de queixo caído nos dez versos improvisados de Lourival Barbosa, que captou com felicidade a psicologia do conterrâneo de Campos de Vila Real, hoje Tobias Barreto, sobretudo do quinto ao oitavo verso.

Dias depois, para a maior surpresa ainda, no encerramento da «Exposição do Cordel» na Galeria Alvaro Santos, o cantor Neve Branca presta a maior homenagem à nossa terra, batizando um novo gênero no canção popular

no destino: o «quadrão sergipano». Doavante, podemos ouvir sem melindres o «martelo alagoano», a «toada alagoana», o «quadrão mineiro», porque temos também, graças a Neve Branca, o nosso cavalo de batalha. A semente vingou rapidamente e, na última cantoria a que assistimos, Lourival Barbosa é surpreendido com o «quadrão sergipano» adaptado à melodia da sua toada «Umbuzelô da Saudade», e apesar de surpreso teve a necessária presença de espírito diante da inovação:

«Talvez digam que é mentira
Que o bom poeta se inspira,
Cria o que quiser na lira,
Não precisa nem ter plano,
Éle compra uma ciência
Mostrando a inteligência
E pedindo à providência
Para o «quadrão sergipano».

De imediato, Neve Branca conclui a sua homenagem em versos lapidares, ao Estado de Sergipe, onde éle vive no anonimato com o grande Lourival Barbosa, versos que poderiam ser assinados por qualquer bom poeta da velha guarda:

«No mundo eu deixo o retrato
De um violeiro pacato,
No violão deixo o ato
De um bom pernambucano,
No caderno eu deixo a rima
Na terra a matéria prima
E quando a alma desanima
Canto o «quadrão sergipano».

Obrigado Neve Branca querido, sobretudo por essa última e significativa homenagem à gente sergipana.

GAZETA

in Gazeta de Sergipe (Aracaju/SE), 09/09/1971.

ANEXO IV¹⁰³

Caricatura de SR feita por J. Carlos

Acervo Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

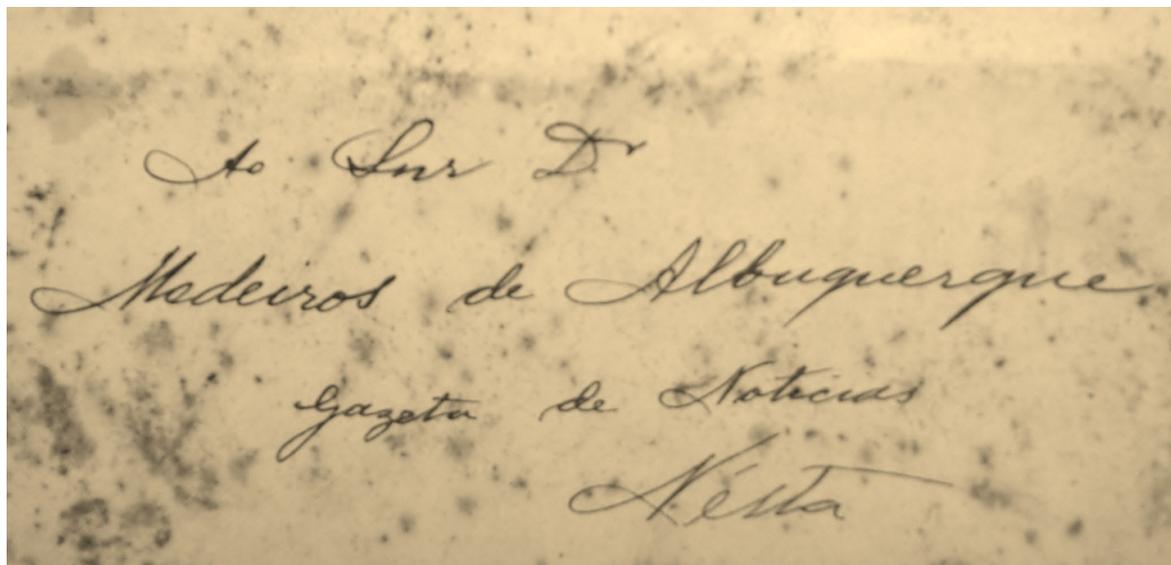


Silvio Romero, reprodução do desenho de J. Carlos.

¹⁰³ Caricatura publicada originalmente em 04 de julho de 1914 no jornal *Careta* e reproduzida na obra *O Brasil Social e outros Estudos Sociológicos* (2001).

ANEXO V

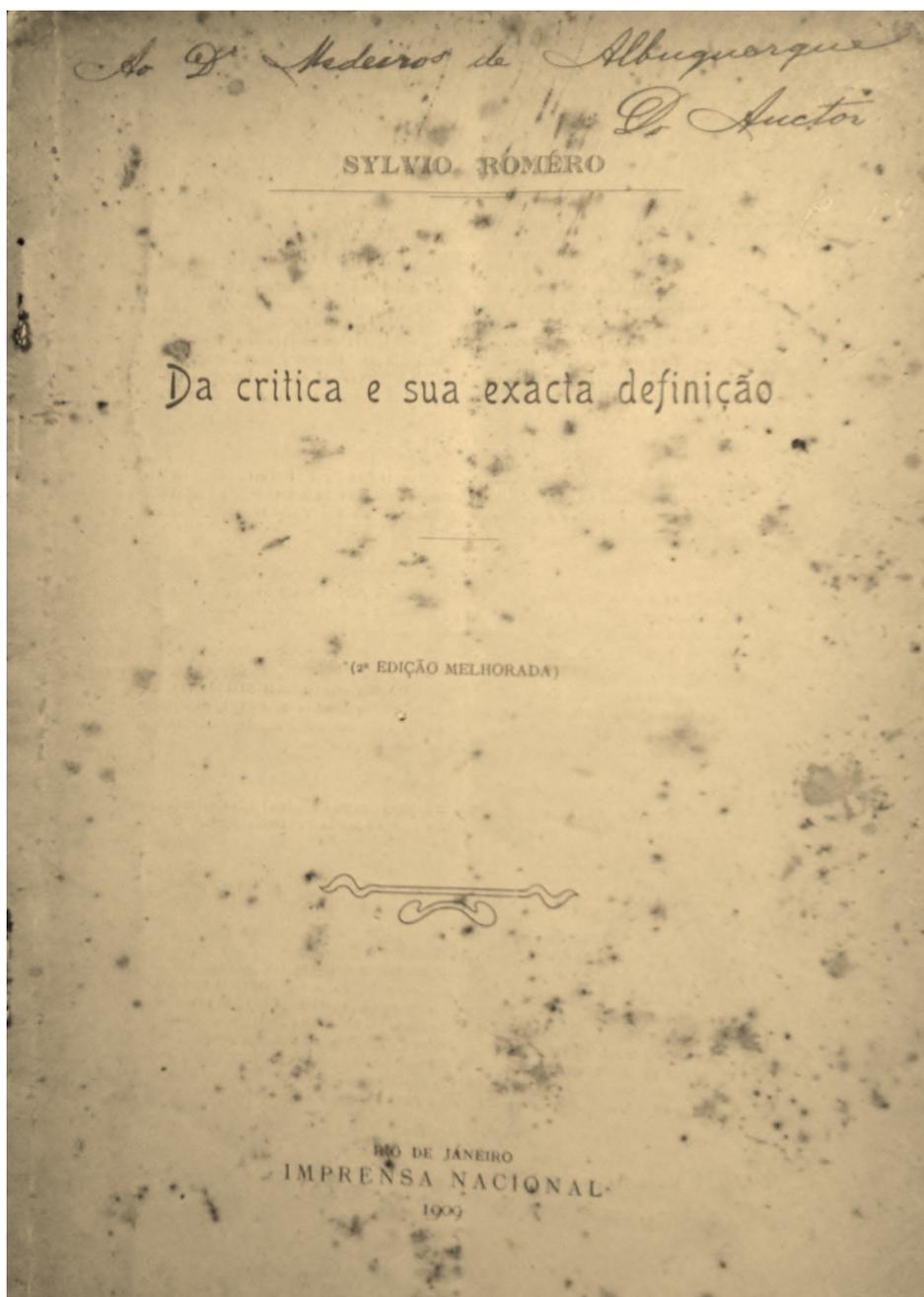
Encaminhamento escrito por SR direcionando um exemplar a Medeiros e Albuquerque



Do Sr D^o
Medeiros de Albuquerque
Gazeta de Noticias
N. 111

ANEXO VI

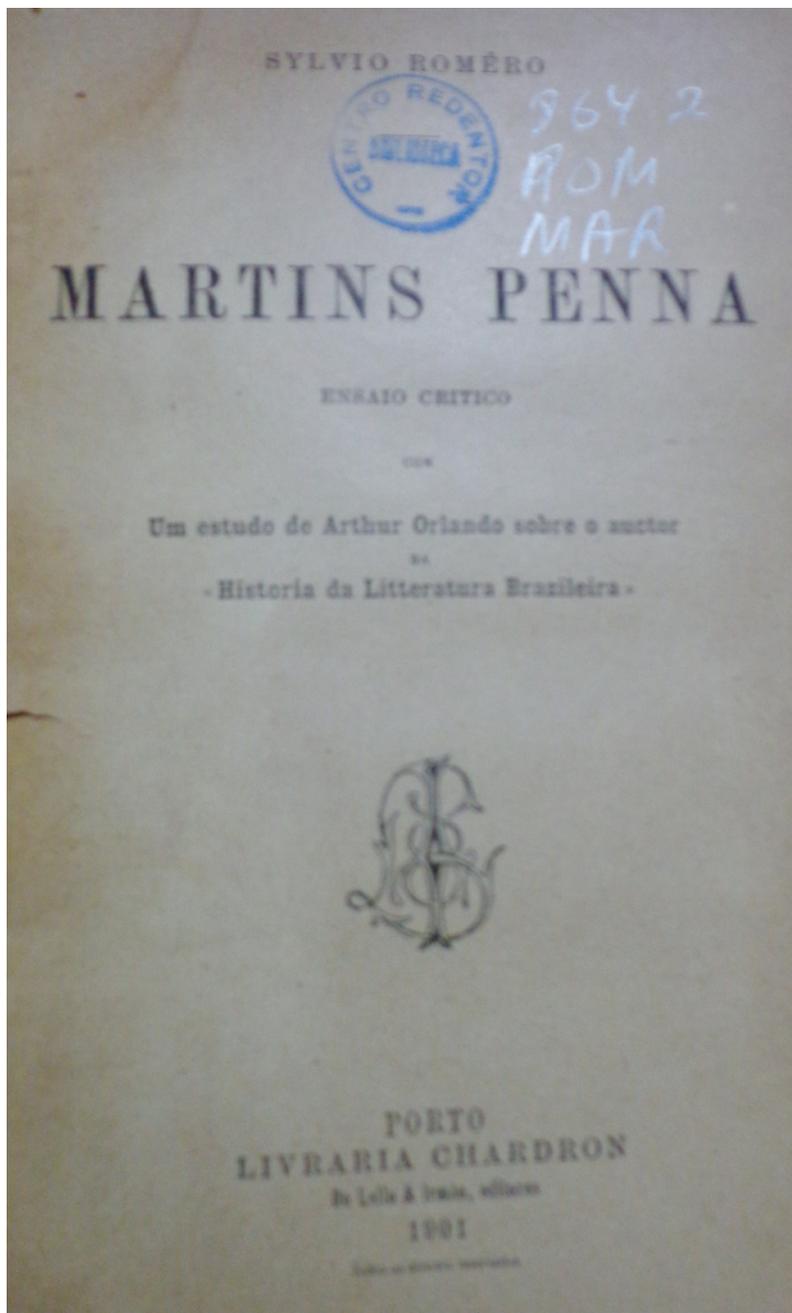
Frontispício autografado da obra *Da crítica e sua exacta definição*, de SR (1909)



ANEXO VII

Desenho de autoria de desconhecida encontrado em apenas um dos exemplares da segunda edição de *HLB* pertencentes ao autor deste trabalho



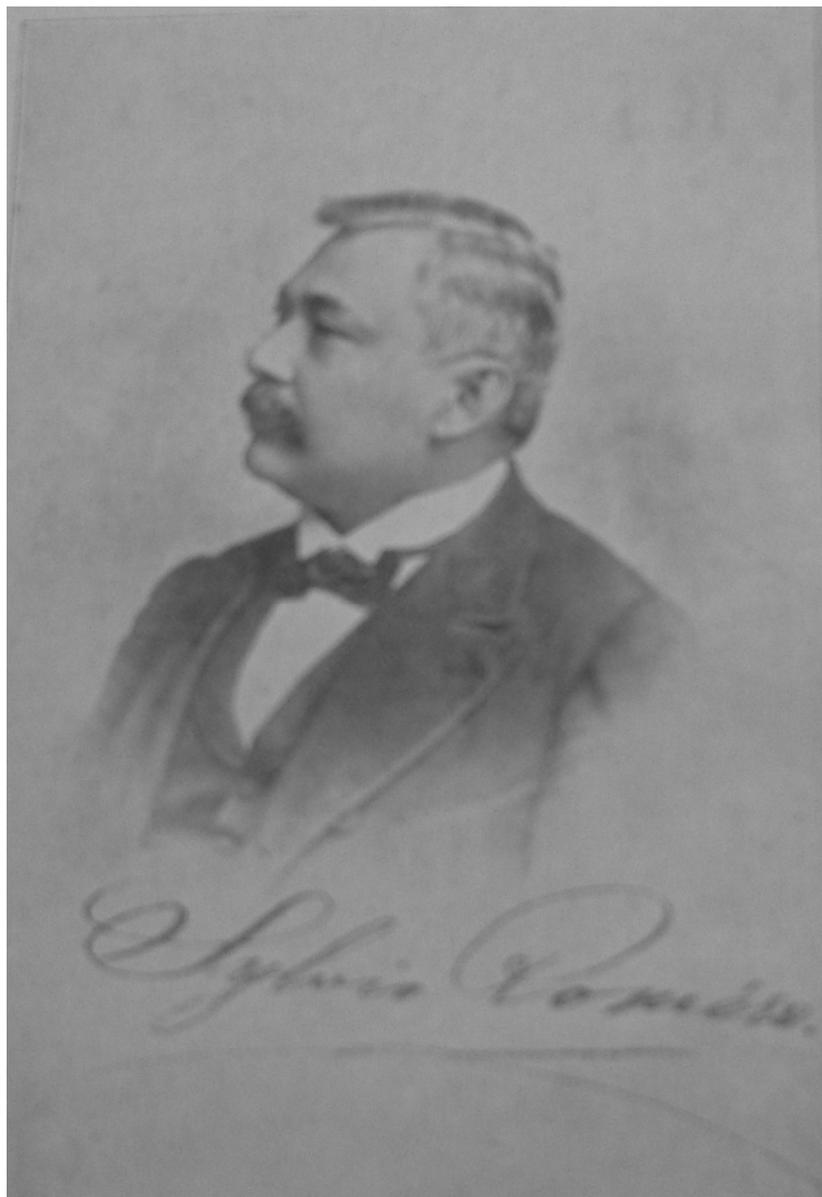
ANEXO VIIIFrontispício de *Martins Pena*, de SR (1901)

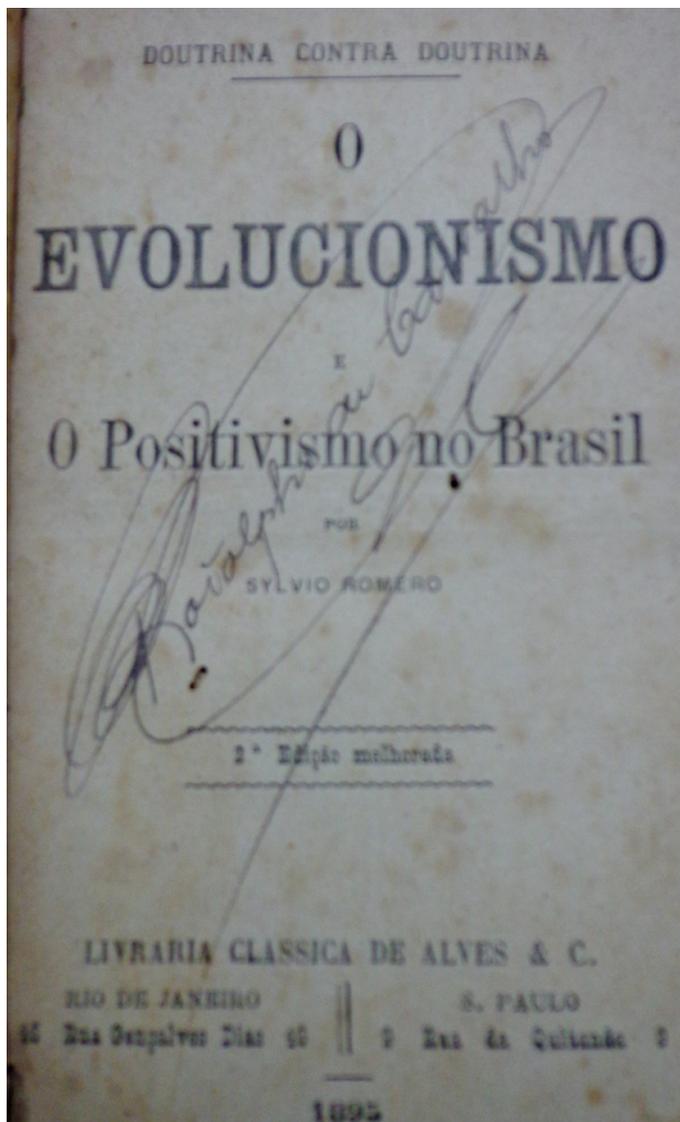
ANEXO XIX**ANEXO X**

Frente e anverso de medalhão em homenagem ao centenário de nascimento de SR (1951)

ANEXO XI

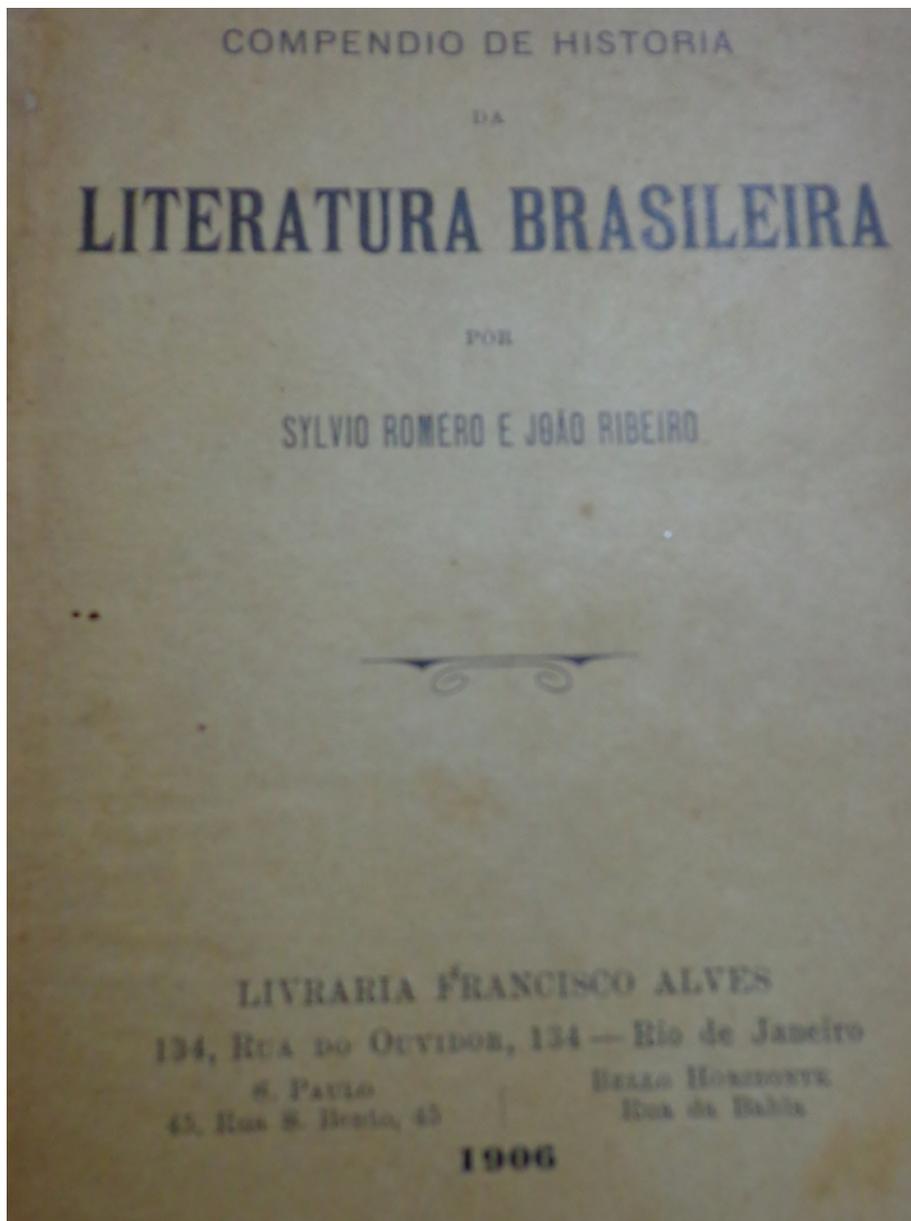
Fotografia de SR extraída do exemplar da obra *Martins Pena* (1901)



ANEXO XIIFrontispício de *Doutrina contra doutrina*, de SR (1895)

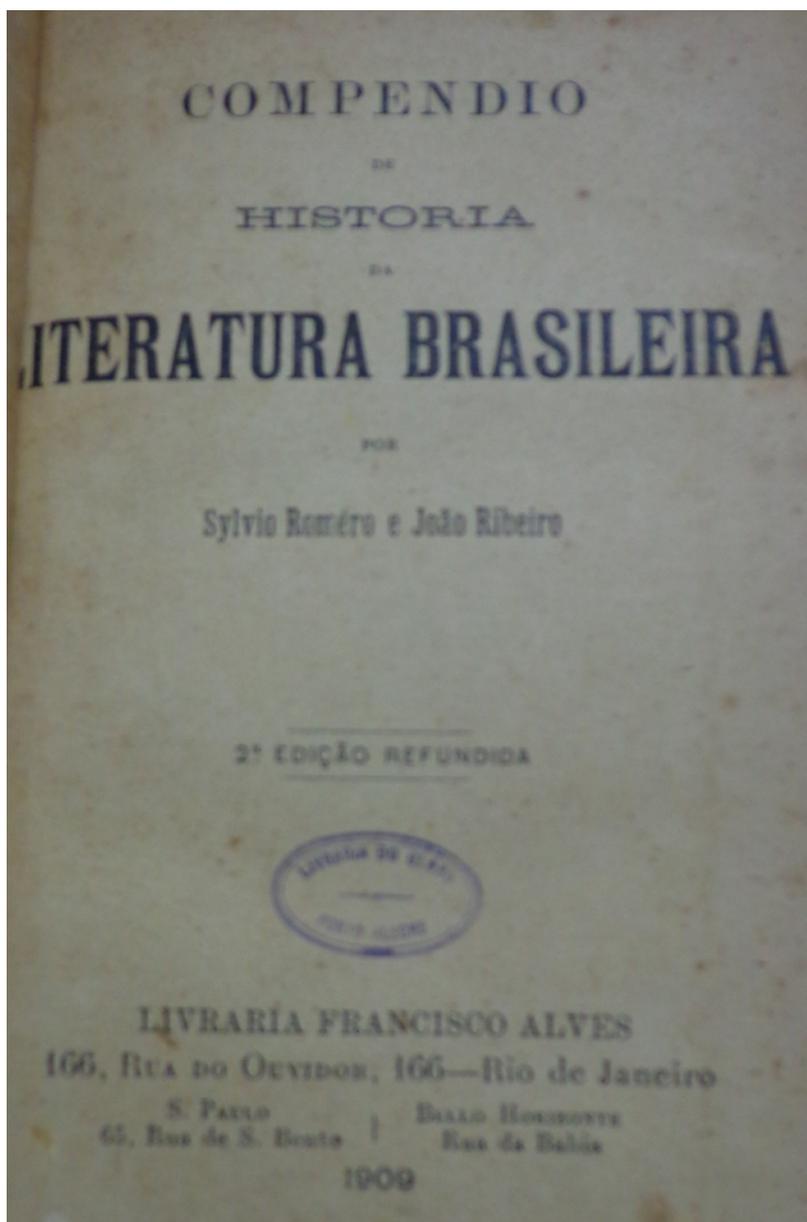
ANEXO XIII

Frontispício de CHLB, de Silvio Romero e João Ribeiro (1906)



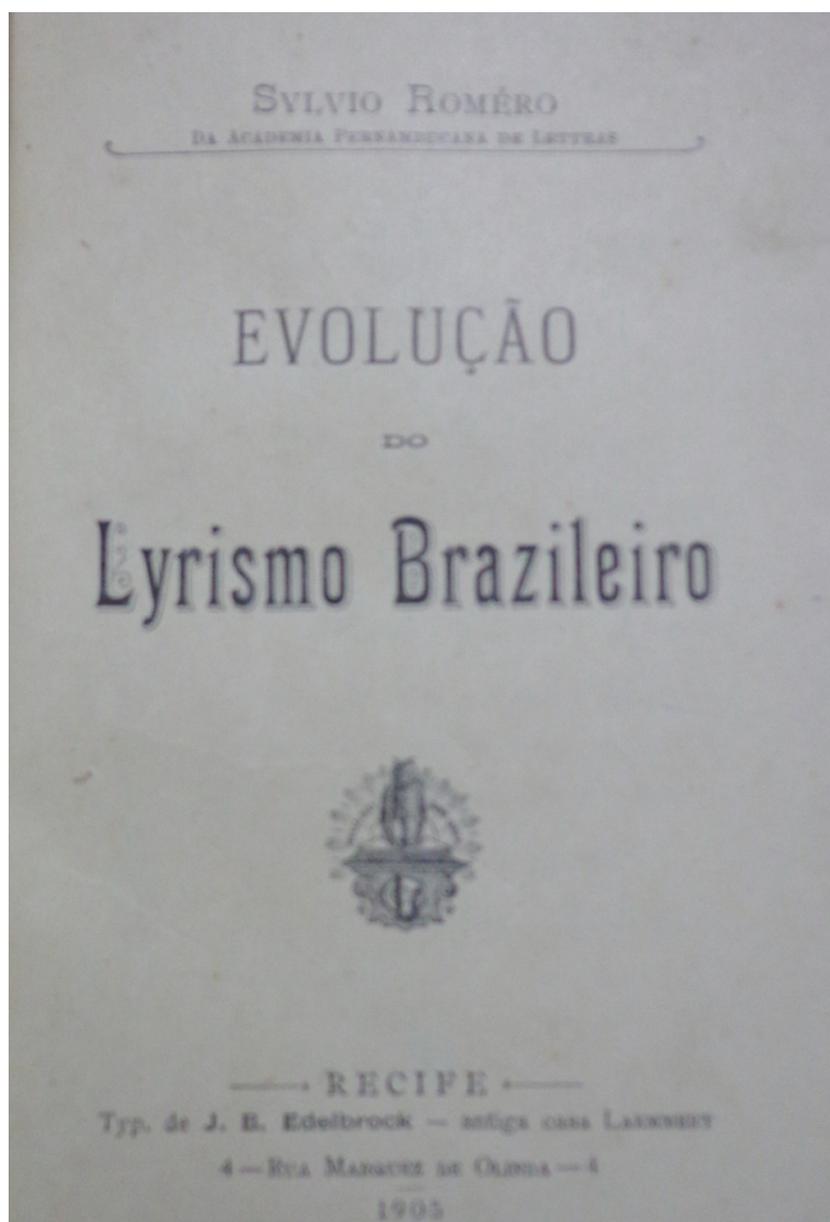
ANEXO XIV

Frontispício de CHLB, de Sylvio Romero e João Ribeiro (1909)



ANEXO XV

Frontispício de *Evolução do Lirismo Brasileiro*, de SR (1905)



ANEXO XVI

Bibliografia de Silvio Romero segundo a Academia Brasileira de Letras.

- Cantos do fim do século, poesia (1878);
A filosofia no Brasil, ensaio (1878);
Interpretação filosófica dos fatos históricos, tese (1880);
Introdução à história da literatura brasileira (1882);
O naturalismo em literatura (1882);
Últimos harpejos, poesia (1883);
Estudos de literatura contemporânea (1885);
Contos populares do Brasil (1885);
Estudos sobre a poesia popular do Brasil (1888);
Etnografia brasileira (1888);
História da literatura brasileira, 2 vols. (1888; 2^a. ed. 1902-1903);
A filosofia e o ensino secundário (1889);
A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis, didática (1890);
Parlamentarismo e presidencialismo na República Cartas ao conselheiro Rui Barbosa (1893);
Ensaio de Filosofia do Direito (1895);
Machado de Assis (1897);
Novos estudos de literatura contemporânea (1898);
Ensaio de sociologia e literatura (1901);
Martins Pena (1901);
Parnaso sergipano, 2 vols.: 1500-1900 e 1899-1904 (1904);
Evolução do lirismo brasileiro (1905);
Evolução da literatura brasileira (1905);
Compêndio de história da literatura brasileira, em colaboração com João Ribeiro (1906);
Discurso recebendo Euclides da Cunha na ABL (1907);
Zeverissimações ineptas da crítica (1909);
Da crítica e sua exata definição (1909);
Provocações e debates (1910);
Quadro sintético da evolução dos gêneros na literatura brasileira (1911);
Minhas contradições, com prefácio de Almáquio Dinis (1914).

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS – **Bibliografia de Silvio Romero**. Disponível no endereço eletrônico <[http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe /sys/start.htm?infoid=154&sid=196](http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=154&sid=196)> acessado em 01 de novembro de 2010.

ANEXO XVII

Entrevista concedida por Silvio Romero a João do Rio

Palavras iniciais de João do Rio:

Dez dias depois de mandar o meu questionário para a Campanha, onde o mestre refundia toda a sua obra, recebi uma carta telegráfica que se pode resumir em duas frases: "É difícil. Vou ver se faço." Passaram-se mais duas semanas e outra carta surgiu: "Tanto trabalho fez-me neurastênico. Não posso responder nestes trinta dias."

Fiquei descorçoado. Entretanto, não esperei muito. Ainda não decorrera metade do tempo marcado para o repouso do incansável espírito, recebi com a resposta este simples bilhete: "Não pude esperar. Lá vai a coisa. Se não servir, rasgue."

A coisa era esta extraordinária carta, cheia de mocidade e de fulgor:

"Meu amigo. — O seu questionário pôs-me em sérios embarços. Logo que o recebi, supus ser coisa facilíma o dar-lhe imediata resposta. Quando me afundei em mim mesmo, para sondar como se me tinha operado o que se poderia chamar a minha origem e formação espiritual, conheci que essa espécie de exame de consciência não era nada fácil. Achei, em minh'alma, meio velada, num semicrepúsculo subjetivo, tantas antropologias, etnografias, linguísticas, sociologias, críticas religiosas, folclóricas, jurídicas, políticas e literárias, que tive medo de bulir com elas e me meter nesse matagal...

Conheci, sem esforço e para meu mal, que, se não sou ao pé da letra um cientista, não me cabe também a denominação de literato, no sentido restritíssimo que este qualificativo tem entre nós e parece ser a intuição por v. abraçada, quando diz no auto de perguntas: De seus trabalhos, quais as cenas ou capítulos, quais os contos, quais as poesias que prefere?

Escrevi, é certo, algumas poesias, entre os dezoito e vinte e cinco anos, que andam aí em dois volumes. Mas foi só. Não tenho romances, contos, novelas, dramas, comédias, tragédias, folhetins, crônicas, fantasias...

Não, nada disso. Conheci, mais e de súbito, que essas confissões de autores são coisa perigosa: se se diz pouco, parece simplicidade afetada e insincera; se se diz um tanto mais, parece fatuidade e pedanteria. Quis fugir à resposta; mas estava preso pela promessa. Palavra de tabaréu não torna atrás... Aí vai, pois.

Para sua formação literária, quais os autores que mais contribuíram?

Em mim o caso literário é complicadíssimo e anda tão misturado com situações críticas, filosóficas, científicas e até religiosas, que nunca o pude delas separar, nem mesmo agora para lhe responder. Não tive nenhuma precocidade literárias, científicas ou outras quaisquer.

Quando escrevi a primeira poesia e o primeiro artigo de crítica, tinha dezoito anos e meio bem puxados e já andava matriculado na faculdade do Recife. Para lhe dizer tudo, devo partir do princípio. Faça-o com acanhamento, mas é indispensável.

Nestes assuntos ou tudo ou nada. Não se assuste, serei breve. Como caráter e temperamento, sou hoje o que era aos cinco anos de idade. Não se admire; é que sou, se assim posso dizer, uma vítima das duas primeiras, mais famosas e mais terríveis epidemias que devastaram o Brasil no século XIX.

Em 1851, ano em que nasci, foi nossa terra invadida por uma violenta epidemia de febres más, que se estendeu por várias províncias. A vila sertaneja em que nasci, em Sergipe, o Lagarto, não ficou imune.

Minha mãe teve a febre (supõe-se que já era a hoje nossa patricinha mui conhecida — a amarela); esteve às portas da morte, não me podia amamentar. Eu tinha seis semanas. Fui transportado para o engenho de meus avós maternos a quatro léguas de distância, na região chamada o Piauí, de um rio deste nome que ali corre águas turvas e cortadas no tempo das secas.

O sítio era delicioso, com trechos de mata virgem, belos outeiros fronteiriços, riachos correntes e o engenho. Este era dos de animais. São os mais poéticos nas cenas de sua movimentação específica. Basta a almanjarra (manjarra — chama-se lá), para pôr em tudo uma nota festiva.

Fiquei no engenho Moreira, tal é sua denominação, até aos cinco anos. Dos três em diante a moagem era para mim um encanto. Quando os bois ou cavalos eram bem mansos, eu trepava também na almanjarra e ajudava a cantar a algum dos tangedores:

"Pomba voou, meu camarada,
Avoou, que hei de fazer?
Quem de noite leva a boca,
De dia que há de comer? "

Ainda agora sinto no ouvido a melodia simples e monótona desses e de outros versinhos do gênero; e invade a saudade, doce companheira a quem devo nos dias tristes de

hoje as raras horas de prazer de minha vida. Tudo que sinto do povo brasileiro, todo meu brasileirismo, todo meu nativismo vem principalmente daí.

Nunca mais o pude arrancar d'alma, por mais que depois viesse a conhecer os defeitos de nossa gente, que são também os meus defeitos. Outra coisa me ficou incrustada no espírito, e com tanta tenacidade que nunca mais houve crítica ou ciência que dali ma extirpasse: a religião.

Devo isso à mucama de estimação, a quem foram, em casa de meus avós, encarregados os desvelos de minha meninice. Ainda hoje existe, nonagenária, no Lagarto, ao lado de minha mãe, essa adorada Antônia, a quem me costumei a chamar também de mãe. É um dos meus ídolos, dos mais recatados e mais queridos.

Nunca vi criatura tão meiga e nunca vi rezar tanto. Dormia comigo no mesmo quarto, e, quando, por alta noite, eu acordava, lá estava ela de joelhos...rezando...Bem cedo aprendi as orações e habituei-me tão intensamente a considerar a religião como coisa séria, que ainda agora a tenho na conta duma criação fundamental e irredutível da humanidade.

Desgraçadamente, ai de mim! não rezo mais: mas sinto que a religiosidade jaz dentro de meu sentir inteiriça e irredutível. Muito diáfana, idealizada, mas é sempre ela. Uma epidemia — a febre amarela — pôs-me fora do Lagarto, no engenho; outra, a do cólera morbus, em 1856, fez-me voltar definitivamente para a vila, para a casa de meus pais. Havia mais recursos na povoação do que no engenho, quase despovoado na escravatura pela peste.

As cenas do cólera de 1856 foram dolorosíssimas por quase todo Brasil. Lembra-me bem a chegada à casa paterna em meio da epidemia. Numa vasta sala (era a sala de jantar), junto a uma das paredes laterais, em colchão posto no chão, agonizava minha irmã Lídia, a primeira deste nome. Minha mãe, chorosa, sentada perto da doentinha, punha-lhe botijas de água quente, fervendo, aos pés.

Meu pai, ainda muito vigoroso, e um senhor que eu não conhecia (era o médico) preparavam numa mesa, ao meio da sala, um emplastro de não sei que substâncias. A menina, muito formosa, nos seus quatro anos, muito esperta, muito inteligente, muito pegada com minha mãe, só tinha, então, vida nos seus enormes olhos negros.

Que estranho olhar! Alumiu-me tristemente a entrada na casa de meus pais — e tem-me brilhado através da existência por cinquenta anos seguidos sem se apagar. A volta a casa era assim feita em meio da tristeza. A peste continuou a lavrar com intensidade. Lídia morreu; minha mãe, atacada depois, esteve a se partir também. Muitos escravos de estima faleceram. Eu nada tive, mas acendeu-se-me n'alma uma tão intensa saudade do engenho, que me torturou por anos inteiros.

Quando, aos domingos, meus avós vinham à missa na vila, a minha alegria era sem par. Os encontros com Antônia eram festejados com lágrimas de contentamento. Mas as separações, quando tinha de regressar ao engenho! Eram o inferno.

Eu, criado fora até aos cinco anos, era, no princípio, como estranho aos meus irmãos mais velhos, que me faziam troças e me maltratavam muitas vezes, com essa malignidade própria dos meninos. Daí, um estado d'alma que se me produziu e ainda hoje perdura, digo-o à pureza, quer me acredite, quer não.

Habituei-me cedo a ser paciente, sofredor, ao mesmo tempo desconfiado, suspicaz, talvez, e, ainda por cima, resistente, belicoso. Algumas dessas qualidades são boas, parece, outras inconvenientes.

Existem em mim, encerram os germes de minhas tendências de analista e crítico. Aliadas às que tinham origem no engenho Moreira, explicam, em grande parte, toda a minha vida e toda a minha obra.

E eis aí porque disse, em princípio, que era vítima das duas maiores epidemias que assolaram o Brasil no século XIX. Não seria, talvez, sem razão afirmar, por outro lado, a existência de certas predisposições hereditárias: a propensão analista e crítica, como devida, em grande porção, a meu pai, André Ramos Romero, português do norte, muito inteligente e muito satírico; a bonomia para não dizer de mim — a bondade, à minha mãe, Maria Vasconcelos da Silveira Ramos Romero, cujo coração é uma herança de meu avô Luís Antônio de Vasconcelos, outro português do norte, de quem até hoje só descobri um igual na bondade nativa, inesgotável, espontânea, — no velho Barão de Tautfoeus.

Peço-lhe que me perdoe o ter aqui incluído os nomes de meus pais e avós.

Há disso uma razão: é que meus desafetos, por me eu assinar, a princípio, Sílvio da Silveira Ramos, para abreviar o nome, e, depois, só Sílvio Romero, por o encurtar ainda mais, andaram aí a tecer uns libelos sem graça e sem verdade. No Rio há muita gente que conheceu e conhece toda a minha família. Os senadores Olímpio de Campos e Martinho Garcez são do número.

A nova residência na vila, onde meu pai era negociante abastado, dos cinco aos doze anos, fortificou em mim as disposições inatas e as adquiridas. O Lagarto, naquele período, era uma terra onde os festejos populares, reisados, cheganças, bailes pastoris, taieiras, bumbas-meu-boi... imperavam ao lado das magníficas festividades da igreja.

Saturei-me desse brasileirismo, desse folclorismo nortista. Não devo ocultar certa ação de dois livros que foram, nos últimos tempos de escola primária, a base do ensino do meu derradeiro mestre de primeiras letras.

Um — o Epítome da História do Brasil, de J.P. Xavier Pinheiro, por causa da descrição de nossa terra — de Rocha Pita, que ocorre logo nas primeiras páginas: "O Brasil, vastíssima região, felicíssimo terreno, em cuja superfície tudo são frutos..." Outro, Os Lusíadas, por muitos trechos que me encantavam.

O Brasil da descrição de Pita ficou sendo o meu Brasil de fantasia e sentimento; a poesia de Camões ainda hoje é uma das mais elevadas manifestações da arte no meu ver e sentir, e, com seu ardente amor da pátria, fortaleceu o meu nativismo.

Apesar das inúmeras palmatoadas que apanhei na leitura e análise dos dois livros, nunca perdi a simpatia por Luís de Camões e pelo, mais tarde, tradutor do Dante. Da minha aprendizagem de preparatórios no Rio de Janeiro, de 1863 a 67, guardo saudosas reminiscências de cinco homens que influíram assaz no meu pensamento.

Padre Gustavo Gomes dos Santos, professor de latim, pelas muitas coisas que profusamente, com muito gosto e muito saber, comunicava, em aula, não só das letras antigas como das portuguesas e brasileiras. Foi quem me despertou o prazer literário. Joaquim Veríssimo da Silva, lente de filosofia, pelas exposições da metafísica alemã, principalmente de Kant, de que se mostrava grande sabedor.

Padre Patrício Muniz, mestre de retórica e poética, pelas excursões que, em conversa, fazia também pelos domínios germânicos, de cuja filosofia era muito admirador, combinando-a, já se vê, com a escolástica. Estes dois fizeram-me divisar ao longe os sistemas filosóficos.

Francisco Primo de Sousa Aguiar, a cujo cargo estavam as cátedras de história e geografia, no antigo Ateneu Fluminense, onde eu estudava, por suas admiráveis lições em que salientava o papel e o valor histórico das gentes germânicas, e pelas muitas cenas da terra alemã que, com intenso prazer e num acento muito comunicativo, punha diante dos olhos de seus ouvintes.

Finalmente, o barão de Tautfoeus, o ídolo da mocidade do tempo, verdadeiro tipo lendário, que a todos enchia de respeito, admiração e amor. Não foi meu lente; mas, por ser a bondade em pessoa, deu-me a honra de inúmeras palestras nos tempos dos exames, em que o procurava.

A filosofia da história deste sábio tinha uma raiz etnográfica poderosa, que me fez logo impressão e ficou até o presente. Aos dois últimos, é claro, devo o meu germanismo histórico, político, social, diverso do alemanismo literário, pregado em Pernambuco, por Tobias Barreto, de 1870 em diante.

No Recife, onde aportei em janeiro de 1868, e onde permaneci até 1876, levei os dois primeiros anos calado, no estudo das disciplinas que, até aos dias atuais, me têm preocupado

mais. As influências ali recebidas não fizeram senão desenvolver o que em mim já existia, desde os tempos do engenho, da vila, da aula primária e dos preparatórios. As três primeiras leituras que fiz no Recife, por um feliz acaso, me serviram para abrir definitivamente o caminho por onde já tinha enveredado, fortalecendo as velhas tendências.

Foram um estudo de Emílio de Laveleye acerca dos Niebelungen e da antiga poesia popular germânica, um ensaio de Pedro Leroux sobre a Gothe e um livro de Eugênio Poitou sob o título — Filósofos Franceses Contemporâneos. O primeiro meteu-me nessas encantadas regiões de folclore, crítica religiosa, mitologia, etnografia, tradições populares, que me têm sempre preocupado. O segundo nas acidentadas paragens da crítica literária moderna, que tanto me tem dado que fazer.

O terceiro no mundo áspero e movediço da filosofia, em que me acho nas mesmas condições. Mas tudo isso já vinha de trás. Aí ficam as várias cenas do 1º ato — As Origens — de minha vida espiritual.

Como, depois, me orientei de tudo isso, por entre as leituras e estudos que tenho feito por quarenta anos ininterruptos, o que aprendi dos mestres, o que tirei de mim próprio, isto é, o 2º ato do drama — A Formação — deixo de indicar, porque já me vou tornando secante. A crítica indígena que o procure por si mesma descobrir e refazer, se achar nisso algum interesse.

Deixei para o fim a influência em mim exercida por Tobias Barreto, para ter o prazer de destacá-la com mais força. Não recebi dele propriamente idéias; aprendíamos, por assim dizer, em comum.

Dele aproveitou-me intensamente, e nunca fiz disso mistério, o entusiasmo de combater, o calor da refrega, o ardor da luta, o espírito de reação, a paixão das letras, o amor pela vida do pensamento, pelo espetáculo das idéias. E assim, penso, meu caro João do Rio, tenho respondido ao seu primeiro quesito.

Das suas obras, qual a que prefere?

Ao segundo, pondo de parte uma fingida modéstia que nunca tive, e sem perder a cabeça em julgá-los mui grande coisa, declaro que se se pode assim falar, de meus trabalhos prefiro todos, porque cada um deles visou um fim e teve função especial. Me gustan todos... Desculpe a rude franqueza de nortista.

Lembrando separadamente a prosa e a poesia contemporâneas, parece-lhe que no momento atual, no Brasil, atravessamos um período estacionário, há novas escolas

(romance social, poesia de ação, etc.) ou há a luta entre antigas e modernas? Neste último caso, quais são elas? Quais os escritores contemporâneos que as representam? Qual a que julga destinada a predominar?

O terceiro ponto do questionário se me antolha coisa para ser discutida em estudo aprofundado. O momento atual parece-me um momento de simples parada, não de decadência. O mesmo se deu em começos do século XVIII depois de Gregório de Matos e Antônio Vieira, que se pode considerar brasileiro pela ação; o mesmo nos princípios do século XIX, após o surto da escola mineira. É o que se nota na própria Europa.

Fazendo mais de perto a distinção da poesia e da prosa, não me parece que esteja esta pujante no momento de agora e a outra decadente. Apurando bem os prós e os contras, eu me decidiria antes pela poesia. Estão ainda vivos e na força da mocidade e vigor do talento seis, pelo menos, dos melhores poetas que o Brasil tem produzido. Fazem ainda verdadeira a sentença de ser o lirismo a mais fulgurante manifestação da estesia pátria.

O desenvolvimento dos centros-literários dos Estados tenderá a criar literaturas à parte?

À quarta pergunta respondo sem hesitar: a função literária e intelectual de nossas antigas províncias não é a de criarem literaturas à parte, como, com alguma ironia, se alvitra no Rio de Janeiro, depois que o saudoso Franklin Távora falou em literatura do Norte.

Não foi no sentido incriminado o seu pensamento, com o chamar a atenção para as tradições, os costumes, as cenas nortistas e com o aludir aos bons talentos daquela zona. A sátira é escusada, ainda que parta principalmente de provincianos acariocados. A função das províncias, prefiro lhes chamar assim, do norte, sul, centro e oeste, é a de produzirem a variedade na unidade e fornecerem à Capital os seus melhores talentos.

Sempre foi isto desde os tempos de Silva Alvarenga, dos Andrada, Cairu, Odorico Mendes, até Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Coelho Neto, Raimundo Correia, Artur e Aluísio Azevedo, Luís Murat, José do Patrocínio, Graça Aranha, Araripe Júnior, Afonso Celso, Arinos, João Ribeiro, José Veríssimo, Capistrano de Abreu, Fausto Cardoso, Melo Moraes, Teixeira Mendes... e duzentos mais, passando por Gonçalves Dias, Alencar, Porto Alegre, Macedo e as mais vivas figuras do romantismo.

Inútil é lembrar os políticos cujo número é legião. Pelo que se refere ao quinto e último quesito, afirmo convicto, posto nunca tivesse sido um homem do ofício, que o

jornalismo tem sido o animador, o protetor, e, ainda mais, o criador da literatura brasileira há cerca de um século a esta parte.

É no jornal que têm todos estreado os seus talentos; nele é que têm todos polido a linguagem, aprendido a arte da palavra escrita; dele é que muitos têm vivido ou vivem ainda; por ele, o que mais vale, é que todos se têm feito conhecer, e, o que é tudo, poderia ser mais se houvesse um acordo e junção de forças; é por onde os homens de letras chegam a influir nos destinos deste desgraçado país entregue, imbele, quase sempre à fúria de politiqueros sem saber, sem talento, sem tino, sem critério, e, não raro, sem moralidade... E aqui faz ponto seu admirador."

Palavras de João do Rio: Não é preciso fazer o elogio desta carta cheia daquele espírito que o filósofo chamava de eterno...

Fonte: RIO, João do. **O momento literário**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.